

Carla Patrícia Silva Ribeiro

***SNI E SEIT (1944-1974):
A HISTÓRIA DE UMA INSTITUIÇÃO DO ESTADO NOVO***

Projecto de Pós-Doutoramento em História Contemporânea

– Relatório Final –

ORIENTAÇÃO:

Professora Doutora Maria da Conceição Meireles Pereira

Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Departamento de História e de Estudos Políticos
Internacionais



Porto, Dezembro de 2020

Carla Patrícia Silva Ribeiro

***SNI E SEIT (1944-1974):
A HISTÓRIA DE UMA INSTITUIÇÃO DO ESTADO NOVO***

Projecto de Pós-Doutoramento em História Contemporânea

– Relatório Final –

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Porto, Dezembro de 2020

FICHA TÉCNICA

Título: SNI/SEIT (1944-1974). A história de uma instituição do Estado Novo

Autor: Carla Patrícia Silva Ribeiro

Editor: FLUP

Local de Edição: Porto

Ano de Edição: 2020

ÍNDICE

RESUMO	6
ABSTRACT	7
PRÓLOGO	8
I PARTE – RELATÓRIO DE ACTIVIDADES	10
II PARTE – INVESTIGAÇÃO REALIZADA	16
INTRODUÇÃO	16
1. OS ORGANISMOS: SNI (1944-1968) E SEIT (1968-1974)	20
2. SNI E SEIT: O FUNCIONAMENTO.....	28
2.1 Orçamentos e funcionários.....	28
2.2 Os directores: perfis e actuação.....	40
3. A GEOGRAFIA DE ACÇÃO NO TERRITÓRIO CONTINENTAL: A DELEGAÇÃO DO SECRETARIADO NO PORTO	65
3.1 As relações com a imprensa.....	68
3.2 As relações com a radiodifusão.....	71
3.3 A acção cultural da Delegação.....	73
3.4 A acção turística da Delegação.....	75
4. A GEOGRAFIA DE ACÇÃO NO TERRITÓRIO ESTRANGEIRO: OS CENTROS PORTUGUESES DE INFORMAÇÃO DE GENEBRA E ROMA	81
4.1 Os Centros Portugueses de Informações em Genebra e Roma: Fundação	82
4.2 Os Centros Portugueses de Informação de Genebra e Roma: Actividades	88
4.3 Os Centros Portugueses de Informação de Genebra e Roma: Dificuldades	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	97
FONTES ARQUIVÍSTICAS.....	103
FONTES LEGISLATIVAS.....	103
FONTES HEMEROGRÁFICAS.....	103
FONTES IMPRESSAS	104
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	104

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1: Quadro de pessoal dirigente do SPN.....	28
Quadro 2: Quadro de pessoal do SNI.....	30
Quadro 3: Despesas do SNI com propaganda no estrangeiro/com estrangeiros.....	34
Quadro 4: Despesas do SNI com a imprensa	36
Quadro 5: Despesas do SNI com actividades culturais.....	36
Quadro 6: Despesas do SNI com actividades turísticas	37
Quadro 7: Quadro de pessoal da SEIT	40
Gráfico 1: Orçamento com pessoal SPN/SNI/SEIT	31
Gráfico 2 : Despesas do SNI com actividade editorial.....	32
Figura 1: Estudo e preparação dos materiais para a construção das naus para o Festival do Rio Douro.....	59
Figura 2: Construção das naus no estaleiro do Ouro para o Festival do Rio Douro, 1960: esqueleto da nau.....	60
Figura 3: Construção das naus no estaleiro do Ouro para o Festival do Rio Douro, 1960: resultado final.....	60
Figura 4 e Figura 5: Delegação do SNI no Porto.....	66
Figura 6 e Figura 7: Agência de Turismo da Delegação do SNI no Porto.....	79
Figura 8 e Figura 9: Montras da Delegação do SNI no Porto.....	80
Figura 10: Paulo Ferreira e Jaime de Carvalho, numa rua de Berna, perante o cartaz da exposição "Lisbonne aux mille couleurs", de Carlos Botelho	83
Figura 11: Recital de fado com Amália Rodrigues, Legação de Portugal, 29 de Fevereiro de 1952.....	84
Figura 12: Un soir au Portugal: inauguração da “Casa Portuguesa”, decoração de Paulo Ferreira, Legação de Portugal, 30 de Maio de 1952.....	84

RESUMO

Este projecto assume como principal objectivo fazer uma análise diacrónica do Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI) e da Secretaria de Estado da Informação e Turismo (SEIT), no período compreendido entre 1944 e 1974. Trata-se das instituições que substituíram o Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), o primeiro dos novos organismos criados pelo Estado Novo, fundado logo em Setembro de 1933.

A opção por este período cronológico justifica-se pelo facto de os estudos existentes se centrarem primordialmente (ou quase em exclusivo) no período inicial de vida deste órgão, de 1933 a 1944, e na figura do seu primeiro director, António Ferro.

Organismo multifacetado e complexo, na dependência directa da Presidência do Conselho ao longo de toda a sua existência, foi um efectivo instrumento de governo e um dos alicerces institucionais da política do Estado Novo, encarregue da instauração e consolidação de uma ideia de Nação e da construção de uma memória colectiva, em consonância com os princípios ideológicos do regime. Dada a longevidade do Secretariado/Secretaria, optou-se pelas seguintes linhas de investigação, explanadas neste relatório: i) o perfil dos seus directores, no que concerne à carreira académica, profissional e política, procurando entender se essa formação e/ou percurso profissional teve influência na sua actuação; ii) as principais directrizes que cada dirigente considerou relevantes relativamente ao Secretariado/Secretaria; iii) o funcionamento do organismo, relativamente ao quadro de funcionários, repartições, orçamentos; iv) a acção da Delegação do Secretariado no Porto, política, cultural e no campo turístico, e como essa acção se conectou com a função primordial do Secretariado, de construção retórica do regime do Estado Novo; v) os esforços da diplomacia cultural do Estado Novo no estrangeiro, no período pós II Guerra Mundial., através da análise da acção dos primeiros Centros de Informação Portugueses, em Genebra e Roma, tutelados em parte pelo Secretariado/Secretaria procurando-se elucidar sobre a sua orgânica, a sua relação com o poder central, bem como examinar as actividades desenvolvidas e os resultados alcançados.

ABSTRACT

The main purpose of this research project is to undertake a diachronic analysis of the National Secretariat of Information, Popular Culture and Tourism (SNI) and the Secretariat of State for Information and Tourism (SEIT), in the period between 1944 and 1974. These institutions replaced the Secretariat of National Propaganda (SPN), the first of the new organisations created by the New State, founded in September 1933.

The selection of this timeframe is a consequence of the existing studies regarding this organism, that focused primarily (or almost exclusively) on the initial period, from 1933 to 1944, and on the figure of its first director, António Ferro.

A multilayered and complex institution, directly dependent on the Council Presidency throughout its existence, it was an effectively governing body and one of the institutions forming the basis of the Estado Novo's policies, responsible for establishing and consolidating an idea of the Nation and building a collective memory, in line with the ideological principles of the regime. Given its longevity, in this report, we selected the following lines of research: i) the profile of its directors, with regard to their academic, professional and political careers, seeking to understand whether this training and/or professional path had an influence on their actions; ii) the main guidelines that each director considered relevant with regard to the Secretariat; iii) the functioning of the body, with regard to staff, bureaux, budgets; iv) the political, cultural and tourism-related activities of the Secretariat's Porto Delegation and how these activities were connected with the Secretariat's main function - the rhetorical construction of the New State regime; v) the regime's cultural diplomacy efforts abroad in the post-World War II period, through the analysis of the action of the first Portuguese Information Centres, in Geneva and Rome, subject to the Secretariat, seeking to elucidate their organic structure, their relationship with the central power, as well as to examine the activities developed and the results achieved.

PRÓLOGO

O presente relatório decorre de um projecto de pós-doutoramento, proposto à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, que decorreu de Abril de 2016 a Dezembro de 2020. Procurou-se fazer um estudo sistemático sobre o principal organismo de propaganda do Estado Novo português, no período entre 1944 e 1974 – o Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (ou SNI), substituído em 1968 pela Secretaria de Estado de Informação e Turismo (ou SEIT). Apesar de este organismo existir desde 1933 (então com a designação de Secretariado de Propaganda Nacional, ou SPN), a opção pela cronologia mencionada baseou-se na evidente lacuna historiográfica, uma vez que os estudos existentes se centram primordialmente (ou quase em exclusivo) no período inicial, de 1933 a 1944.

Como é próprio da sua natureza, neste relatório procura-se dar conta das actividades de investigação desenvolvidas, bem como dos resultados concretizados.

Assim, na primeira parte, cabem breves considerações sobre as acções desenvolvidas no âmbito do projecto, em particular as deslocações ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo, bem como a listagem da participação em encontros científicos e das publicações resultantes da investigação realizada; na segunda parte, são apresentados os resultados da investigação produzida. Descreverei aqui o melhor e o pior deste processo: por um lado, os resultados da investigação a que procedi, que incluo no primeiro grupo e, por outro, aquilo que não consegui fazer e gostaria de ter feito, e as razões porque não aconteceu. De qualquer forma, devo dizer que os resultados alcançados foram, no meu entender, positivos, deram os contributos que esperava com este trabalho e, sobretudo, deixaram pistas em aberto para futuras investigações.

Aproveito este breve texto introdutório para alguns agradecimentos. Em primeiro lugar, à minha orientadora, a Professora Doutora Conceição Meireles Pereira, que me acompanha desde 2010, tendo sido minha orientadora no mestrado em História Contemporânea e no doutoramento em História. Todos os agradecimentos que possa aqui deixar serão sempre insuficientes, face à bondade e carinho com que sempre me tratou, ao profissionalismo no acompanhamento do meu trabalho, sempre com uma resposta pronta, atenta, competente e rápida aos meus pedidos, mesmo em momentos mais difíceis e de sobrecarga de trabalho. Depois, aos funcionários do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em particular ao Dr. Paulo Tremoceiro, conhecido por todos pela sua solicitude e disponibilidade para ajudar, sempre portador de uma palavra simpática e um gesto amável. Por fim, ao meu colega de trabalho mas, sobretudo, meu amigo Amândio Barros, sem o qual este relatório não teria acontecido. Sem a sua ajuda, este processo, que foi difícil por impedimentos profissionais vários, teria sido impossível de levar a bom termo. Tornou-se na pessoa com quem podia conversar sobre o que

escrevia, sobre os congressos a que fui, que me comentava os trabalhos que ia desenvolvendo. Foi o melhor companheiro de jornada que podia ter tido.

I PARTE – RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

O projecto de investigação que aqui apresento é, de forma muito evidente, ambicioso, uma vez que, apesar de se circunscrever a um período de (apenas) 30 anos, centra-se no estudo de um organismo multifacetado, complexo, que se foi avolumando com o decorrer da sua existência, para o qual se torna necessário recorrer a uma multiplicidade de arquivos. Decorreu, de forma natural, dos estudos empreendidos no decurso do Mestrado em História Contemporânea e do Doutoramento em História (ambos na Faculdade de Letras da Universidade do Porto)¹. No primeiro caso, abordando a relação do organismo e do seu primeiro director, António Ferro, com o cinema nacional, quer do ponto de vista político, relativamente ao projecto cinematográfico oficial do regime, quer do ponto de vista pessoal, no que concerne aos ideais estéticos de Ferro; no segundo, analisando a acção deste órgão no respeitante à elaboração identitária de Portugal, isto é, procurando compreender o papel desempenhado na construção e concretização de um ideário que expressava a identidade da Nação portuguesa, naquilo que se propunha ser a sua autenticidade. As investigações concretizadas conduziram a uma tomada progressiva de consciência do pouco que efectivamente se sabe e se escreveu sobre este tão discutido organismo (apesar de sobre ele muitos falarem), despertando para a necessidade de se investir em estudos mais sistemáticos.

De referir que teria sido importante ter tido uma bolsa de pós-doutoramento, que me permitisse concretizar o que é absolutamente indispensável e que este trabalho requeria: grandes temporadas nos arquivos, participação em variados congressos e encontros científicos e diálogo e discussão constante com investigadores que se dedicam a estas mesmas áreas. Todavia, tal não foi possível, pelo que a investigação se desenvolveu em paralelo com a minha actividade profissional primordial, a docência. Deste facto decorreram vários constrangimentos ao trabalho desenvolvido, tornando irregulares estes quatro anos de pós-doutoramento, uma vez que, se entre 2017 e 2018, realizei uma primeira parte dos trabalhos de investigação, o ano de 2019 foi de quase total paragem, por motivos profissionais. Retomei o projecto neste ano de 2020, para o finalizar. Infelizmente, também este foi um ano atípico, já que a última deslocação a arquivos, em particular ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo, mas também ao Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, ao Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e ao Centro de Documentação do

¹ Ribeiro, Carla, 2010. *O “alquimista de sínteses”: António Ferro e o cinema português*. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Ribeiro, Carla, 2014. *Imagens e Representações de Portugal. António Ferro e a elaboração identitária da nação*. Tese de Doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, respectivamente.

Turismo de Portugal², programadas para o segundo semestre de 2020, foi impossibilitada pela situação de crise sanitária que se viveu no país desde Março.

Assim, nas duas deslocações feitas à Torre do Tombo, em 2017 (6 a 10 de Março) e 2018 (14 a 18 de Maio), procurei identificar e fazer um primeiro levantamento da documentação de interesse no Fundo do Secretariado Nacional de Informação. Este Fundo, como sabe quem com ele trabalha, é muitíssimo extenso, sendo composto por cerca de 7700 caixas e 20 livros. Mas é essencial, porque permite conhecer a realidade das acções empreendidas pelo Secretariado/Secretaria, espelhando a vida deste organismo ao longo da sua existência. Assim, interessam em especial os copiadorees de circulares, a correspondência expedida e recebida, a documentação sobre gestão financeira, patrimonial e de pessoal e as informações de serviço, que nos conseguem oferecer um vislumbre sobre o quotidiano do organismo. Igualmente a salientar, a informação vinda dos diversos serviços, como as delegações, agências e postos de turismo, e os serviços no estrangeiro, como as Casa de Portugal, os Centros de Turismo e os Centros de Informações. Por fim, toda a documentação que se relaciona com as diversas iniciativas empreendidas nas diferentes áreas de actuação, desde o sector turístico à cultura popular e espectáculos.

Embora já estivesse familiarizada com este Fundo, desde o trabalho de investigação executado ao longo do mestrado e, sobretudo, do doutoramento, a diferença de objectivos e a ampliação cronológica deste estudo exigiram um novo investimento. A pesquisa incidiu, em concreto, na recolha de documentação sobre a fundação e actividade dos Centros Portugueses de Informações em Genebra e Roma (11 caixas); sobre a actividade da Delegação do SNI no Porto (5 caixas), em particular uma recolha dos relatórios emanados da Delegação para a sede; na secção de Contabilidade e Tesouraria, relativamente aos orçamentos do Secretariado (2 caixas), neste caso, entre 1944 e 1949, aos quadros de pessoal (7 caixas) e, por fim, a relatórios de actividade das diversas repartições e secções e aos gastos registados (7 caixas).

Dado que o Secretariado/Secretaria foi, em toda a sua existência, um organismo sob a dependência directa da Presidência do Conselho, e uma vez que o Arquivo Marcello Caetano, depositado na Torre do Tombo, e no que diz respeito ao exercício do cargo de presidente do Conselho, está condicionado, em termos de acesso, por um prazo de 50 anos até 2030, o recurso ao Arquivo Oliveira Salazar impôs-se. De uma extensão assinalável – 1177 caixas e cerca de 435 000 documentos – este arquivo eminentemente político revela-se um instrumento decisivo para o conhecimento do cargo de presidente do Conselho exercido por Salazar entre 1932 e 1968. Apesar do investimento diminuto que fiz em termos investigativos neste arquivo no período em análise, recuperei e utilizei variada documentação recolhida aquando do doutoramento, proveniente das séries “Correspondência Oficial”

² E que deveriam ter sido efectuadas no período de 2019.

e “Correspondência Oficial relativa à Presidência do Conselho”, em especial a referente ao Secretariado.

Deste trabalho resultou a participação, com submissão de propostas de comunicação, em variados congressos e encontros científicos:

1. 2019 – “António Ferro, o jornalismo literário e a estética modernista como forma de construção da realidade”. Comunicação apresentada na conferência internacional *História do Jornalismo em Portugal*, realizada de 3 a 4 de Outubro de 2019, no Colégio Almada Negreiros – Campus de Campolide da Universidade Nova de Lisboa, organização do ICNOVA – Instituto de Comunicação da Nova
2. 2018 – “A Delegação do Secretariado Nacional de Informação no Porto. Protagonistas e iniciativas”. Palestra apresentada no ciclo de conferências *O Porto de Resende — os tempos que eram*, realizado a 9 de Novembro, no Palacete dos Viscondes de Balsemão, no Porto, organização do Lugar do Desenho - Fundação Júlio Resende
3. 2018 – “A ação política da Delegação do Porto do Secretariado Nacional de Informação: as relações com a imprensa e a radiodifusão portuenses”. Comunicação apresentada no congresso *Os media no Portugal Contemporâneo: da ditadura à democracia*, realizado entre 18 e 19 de Outubro de 2018, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa
4. 2017 – “O Futurismo no percurso público e político de António Ferro”. Comunicação apresentada no congresso internacional *100 Futurismo 2017*, realizado de 14 a 17 de Novembro de 2017, na Fundação Calouste Gulbenkian, organização do CLEPUL (Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, da Universidade de Lisboa) e Cátedra Jorge de Sena (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
5. 2017 – “Turismo no Estado Novo português: o papel do demótico e do Secretariado de Propaganda Nacional”. Comunicação apresentada no *XII Colóquio Internacional Tradição e Modernidade no Mundo Ibero-americano*, realizado de 18 a 21 de Julho de 2017, na Universidade Católica do Porto, organização conjunta do Centro de Estudo de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa, Grupo de Investigação “Intelectuais e Poder no Mundo Ibero-Americano” da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Asociación de Historia Actual da Universidade de Cádiz e Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra
6. 2016 – “Turismo em Portugal: e se António Ferro não tivesse existido?”. Comunicação apresentada no congresso internacional *Turismo, História, Património e Ideologia*, realizado de 10 a 12 de Novembro de 2016, no Centro Cultural de Cascais, organização conjunta do Instituto de História Contemporânea e da Câmara Municipal de Cascais

7. 2016 – “António Ferro e a propaganda de um certo Portugal: Berna e Roma, 1950-1956”. Comunicação apresentada no congresso internacional *Genius Loci: lugares e significados*, realizado de 20 a 22 de Abril de 2016, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, organização conjunta do CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória» e do Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Em termos de produção científica, resultaram:

1. 2020 – “Turismo em Portugal: e se António Ferro não tivesse existido?”, in Pires, Ana Paula, Cadavez, Cândida, Henriques, João Miguel (coord.). *Turismo, História, Património e Ideologia. Diálogos e Memórias*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais/UNL-FCSH, p. 56-77, Disponível em https://biblioteca.cascais.pt/bibliotecadigital/DG316/DG316_item1/DG316_PDF/DG316_PDF_24-C-R0300/DG316_0000_Obracompleta_t24-C-R0300.pdf
2. 2020 – “António Ferro, o jornalismo literário e a estética modernista como forma de construção da realidade”, in Baptista, Carla, Sousa, José Pedro (org.). *Para uma história do Jornalismo em Portugal*. Lisboa: Livros ICNOVA, p. 17-39
3. 2019 – “The Porto Delegation of the National Secretariat for Information (1945-1960): the relationship with the city and its institutions”. *e-Journal of Portuguese History*, vol. 17, nº 2, p. 48-75, Disponível em <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:1104361/>
4. 2019 – “A ação política da Delegação do Porto do Secretariado Nacional de Informação: as relações com a imprensa e a radiodifusão portuguesas”. *Mídia & Jornalismo*, vol. 19, nº 35, p. 23-36.
5. 2019 – “As mil e uma vidas do Galo de Barcelos”. *História Jornal de Notícias*, nº 21, Agosto, p. 10-33.
6. 2018 – “Attraverso i territori del Portogallo: il viaggio turistico in treno e la (ri)scoperta dell'identità nazionale (1930-1960)”. *Diacronie. Studi di Storia Contemporanea*, nº 36, Disponível em https://www.studistorici.com/2018/12/29/ribeiro_numero_36
7. 2017 – “António Ferro e a propaganda de um certo Portugal: Berna e Roma, 1950-1956”, in Rosas, Lúcia, Sousa, Ana Cristina, Barreira, Hugo (coord.) – *Genius Loci: lugares e significados | places and meanings*, vol. 1. Porto: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», pp. 485-495

8. 2017 – “Um intelectual orgânico no Estado Novo de Salazar: as ideias e os projetos de luso-brasilidade de António Ferro”. *Intellectus*, vol. 16, nº 2, p. 45-67, Disponível em <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intellectus/article/view/31651>
9. 2017 – “Turismo ferroviário em Portugal nos anos de 1930”. *Dos Algarves: A Multidisciplinary e-Journal*, nº 30, p. 18-30, Disponível em <http://www.dosalgarves.com/index.php/dosalgarves/article/view/124>
10. 2017 – “A educação estética da Nação e a “Campanha do Bom Gosto” de António Ferro (1940-1949)”. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 43, nº 2, p. 289-302, Disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/issue/view/1121>
11. 2017 – “Turismo no Estado Novo português: o papel do demótico e do Secretariado de Propaganda Nacional”, in Rosa, Eliana Brites, Prado, Maria Emilia (orgs.). *Atas do XII Colóquio Internacional Tradição e Modernidade no Mundo Ibero-Americano*, Rio de Janeiro/Porto: Rede Sirius
12. 2017 – “António Ferro, o construtor da identidade”. *Visão História*, nº 41, Maio, p. 26-29
13. 2016 – “Da arte rústica à arte nacional: o Museu de Arte Popular”. *MIDAS* [Online], nº 7, Disponível em <http://midas.revues.org/1074>
14. 2016 – “História e Império. Exposições portuguesas e o estabelecimento de modelos de representação identitária: a Iª Exposição Colonial Portuguesa, a Exposição Histórica da Ocupação no Século XIX e a Secção Colonial da Exposição do Mundo Português”. *CesContexto*, nº 13, p. 88-100, Disponível em http://www.ces.uc.pt/publicacoes/cescontexto/ficheiros/cescontexto_debates_xiii.pdf
15. 2016 – “O cinema nos regimes autoritários: estudo comparativo dos casos espanhol e português (1930-1950)”, in Sampaio, Sofia, Reis, Filipe, Mota Gonçalo (eds.). *Atas do V Encontro Anual da AIM*. Lisboa: AIM, p. 194-205, Disponível em <http://aim.org.pt/atas/Atas-VEncontroAnualAIM.pdf>

Em resumo, a actividade desenvolvida entre 2016 e 2020 neste projecto traduz-se no seguinte:

- Comunicações em congressos internacionais: 5
- Comunicações em congressos nacionais: 2
- Artigos em revistas nacionais e internacionais, com *peer review*: 8
- Artigos em actas de reuniões de natureza científica: 2
- Artigos em revistas de divulgação: 2
- Capítulos de livros: 3

Por fim, de mencionar dois artigos, que se encontram ainda em fase de submissão a revistas internacionais:

- *'Staging the Nation': Cultural Diplomacy of the Portuguese Estado Novo through the Geneva and Rome Information Centres*
- *'A grande fachada da nacionalidade': a cultura no Estado Novo pela mão do Secretariado Nacional de Informação e dos seus directores*

II PARTE – INVESTIGAÇÃO REALIZADA

INTRODUÇÃO

O projecto idealizado para este pós-doutoramento tinha como principal objectivo fazer uma análise diacrónica do Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI) e da Secretaria de Estado da Informação e Turismo (SEIT), no período compreendido entre 1944 e 1974. Trata-se das instituições que substituíram o Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), que foi o primeiro dos novos organismos criados pelo Estado Novo, fundado logo em Setembro de 1933. Para Jorge Ramos do Ó, foi mesmo “o mais importante *interface* do salazarismo” (1999: 54).

Esta opção decorreu de um conjunto de factores. Desde logo, e como já mencionado, as investigações realizadas no âmbito do mestrado em História Contemporânea e do doutoramento em História, que se centraram, de diferentes formas, na figura de António Ferro, director quer do SPN, quer do SNI. Depois, o facto de, apesar de a história dos organismos e instituições do Estado Novo se ter começado a fazer nos anos de democracia³, o estudo sistemático do Secretariado/Secretaria continuar por concretizar, apesar da importância que teve (facto que, em grande medida, explica a sua longevidade). Se não existem ainda sínteses relativos aos 41 anos de vida deste organismo, faltam igualmente estudos de pormenor, por exemplo relativamente à sua organização interna, quadros de pessoal, orçamentos, projecção e implantação nos órgãos decisivos do Estado, quanto às iniciativas e influência na produção cultural nacional nas diversas áreas, impacte entre as elites, políticas, sociais e intelectuais, e no sector primordial do turismo, quer a nível nacional quer a nível local. Ora, da análise da produção científica existente, fica claro que os estudos realizados incidem no período inicial, entre 1933 e 1949, centrando-se, maioritariamente, na figura do seu primeiro e carismático director, António Ferro.

Em jeito de breve nota sobre o 'estado da arte', além das entradas em vários dicionários e Histórias de Portugal, relativas ao Secretariado⁴, podem referenciar-se como estudos que versam sobre o Secretariado a obra de Jorge Ramos do Ó (1999), onde o autor, embora tendo a figura de António Ferro como pano de fundo, procurou abordar a prática, a estrutura e os discursos culturais de diversas

³ Graças a esses trabalhos de investigação, conhecemos agora melhor a história das organizações femininas (Pimentel, 2000), da PIDE (Pimentel, 2007), da Mocidade Portuguesa (Vieira, 2008), da Legião Portuguesa (Rodrigues, 1996), da Fundação para a Alegria no Trabalho (Valente, 2001), da Emissora Nacional (Ribeiro, 2005) ou da Federação Nacional de Colectividades de Recreio e Cultura (Melo, 1999c).

⁴ Ó, 1996b ou Pinto, 1999.

instituições e iniciativas do Estado Novo, entre as quais inclui pertinentes informações sobre o Secretariado; o livro de Daniel Melo (2001), que tem como tema a perspectiva oficial sobre a cultura popular durante o Estado Novo, no período compreendido entre 1933 e 1958, abarcando o Secretariado mas não se limitando a este organismo; e o estudo comparativo de Heloísa Paulo (1994), relativo aos organismos de propaganda dos Estados Novos português e brasileiro, respectivamente o SPN/SNI e o Departamento de Imprensa e Propaganda, mas ainda dentro da cronologia das décadas de 1930 a 1950.

Para temáticas mais específicas, sobre as iniciativas e a produção cultural deste órgão, destacam-se alguns trabalhos fora da área da História, como a dissertação de mestrado de Ema Pires (2003) e a tese de doutoramento de Vera Marques Alves (2013). A primeira analisa, num discurso cruzado entre a História e a Antropologia, as narrativas turísticas e os discursos de propaganda presentes na política de António Ferro, de 1933 a 1949, numa construção, pela propaganda turística, de um Portugal para consumo interno e externo. Já a obra de Vera Alves centra-se na política folclorista do Secretariado, tendo como principal referência as teorias desenvolvidas pela Antropologia e outras ciências sociais em torno dos usos nacionalistas da cultura popular e da etnografia. Dentro da produção especificamente historiográfica, de referir a obra resultante da tese de doutoramento de Goffredo Adinolfi (2007), onde o investigador procura avaliar as técnicas de propaganda e de conquista de consensos promovidas pelo Estado Novo, com uma secção dedicada ao SPN, e o livro de José Guilherme Victorino (2018), que se centra na análise da revista *Panorama*, editada pelo Secretariado entre 1941 e 1974.

Considerando que a instauração e consolidação de uma ideia de Nação e a construção de uma memória colectiva – em consonância com os princípios ideológicos do regime – constituíram as principais directrizes deste organismo, percebe-se igualmente a sua importância na estrutura do Estado Novo e o facto de, em toda a sua existência, se ter encontrado na dependência directa da Presidência do Conselho. Foi, portanto, um efectivo órgão de governo e um dos alicerces institucionais da política do novo regime. Por outras palavras: desde a primeira hora fez-se dele um organismo instrumental na produção de um mundo simbólico, e de um discurso único capaz de arregimentar as massas. Em suma, com o Secretariado montava-se um “cerco ideológico” à Nação, nas palavras de Júlia Leitão de Barros (2005: 235).

Como se procurou demonstrar, existe portanto uma lacuna evidente na historiografia do Estado Novo no que ao SNI/SEIT diz respeito. Neste sentido, apresentaram-se inicialmente as seguintes questões de investigação:

- » Qual o perfil dos directores do SNI/SEIT a nível de carreira académica, profissional e política? Teve essa formação e/ou percurso profissional influência na sua actuação?

- » Quais as principais directrizes que cada dirigente considerou relevantes relativamente ao Secretariado/Secretaria?
- » Como funcionou o Secretariado/Secretaria, relativamente ao quadro de funcionários, repartições, orçamentos?
- » Qual a estrutura de gestão do SNI/SEIT a nível nacional e local?
- » Qual a geografia da acção do Secretariado/Secretaria no conjunto dos territórios continental, insular e ultramarino?
- » Quais as iniciativas que dimanaram do Secretariado/Secretaria, e os resultados obtidos, no que concerne às suas áreas de actuação (Censura, Teatro, Cinema, Rádio, Artes Plásticas, Artes Performativas)?
- » Como passou a funcionar a Censura depois de a sua tutela ter passado para o SNI?
- » Qual o relacionamento do Secretariado/Secretaria, no campo das políticas culturais, com outros organismos cuja área de actuação era também essa (como o Ministério da Educação Nacional ou a FNAT)?
- » Qual a relação estabelecida pelo SNI/SEIT com os meios de comunicação social (imprensa escrita, rádio e televisão)?
- » Quais as relações entre o Secretariado/Secretaria e Salazar, primeiro e Marcello Caetano, depois, enquanto organismo dependente da Presidência do Conselho?
- » Dentro da ideia de uma tão propalada "Primavera Marcelista", teve a SEIT algum papel relevante? E como se manifestou?

Por fim, considerou-se igualmente relevante uma análise comparada com o organismo congénere em Espanha, a *Dirección General de Propaganda*, dadas as semelhanças (políticas e de duração) entre os regimes ibéricos, abordando-se as relações e os paralelismos existentes entre os dois órgãos.

A investigação projectada era ambiciosa (como mencionado anteriormente) e extensa, eventualmente mais adequada a um projecto que englobasse toda uma equipa de investigadores. Por esse motivo, por se ter percebido, desde logo, que a investigação era assim tão complexa e, também, dadas as vicissitudes (leia-se: limitações e entraves) descritos anteriormente, tomou-se a decisão de apenas uma parte deste questionário ser tratada no âmbito deste programa de trabalhos. Será essa a que se apresenta de seguida, nos vários capítulos. Destaca-se, todavia, o facto de se considerar que as questões levantadas podem (e devem) servir como guia para futuros estudos em torno desta temática.

Como principais suportes documentais, e como já referido, recorreu-se sobretudo ao Fundo do Secretariado Nacional de Informação e, em menor escala, ao Arquivo Oliveira Salazar, ambos em depósito no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. O elenco das fontes recolhidas pode ser verificado

no final deste relatório. Para dar ainda mais corpo à investigação foi ainda essencial a utilização de fontes hemerográficas: jornais, revistas e publicações periódicas (oficiais, oficiosas e de oposição ao regime), que permitem outros enquadramentos e perspectivas sobre os assuntos estudados, pese embora o papel, relevante, e profundamente transformador, que a censura exerceu sobre eles.

Por fim, de referir que os textos produzidos e apresentados neste relatório são exemplo, em certa medida, de uma prática que se pretende de micro-história (ou de estudos de caso), tendo-se utilizado técnicas de tipo qualitativo, cruzando a análise de conteúdo com a análise do discurso.

1. OS ORGANISMOS: SNI (1944-1968) E SEIT (1968-1974)

Um ano antes do final da II Guerra Mundial, em 1944, era criado o Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo⁵, por extinção do Secretariado de Propaganda Nacional.

O processo parece ter sido espoletado por um memorando escrito por António Ferro, então o director do Secretariado de Propaganda Nacional, dirigido ao Presidente do Conselho que, embora sem data oficial, se presume ser de 1943, intitulado “Algumas causas, aparentes ou reais, da inquietação de certos portugueses no momento actual”. Este memorando surgia num período do conflito mundial particularmente crucial, de viragem do rumo da guerra a favor dos Aliados; apesar da neutralidade assumida por Portugal, o documento destacava a “falta de independência dos portugueses no que respeita ao conflito internacional” e a “actividade intelectual das esquerdas, inteiramente à solta”⁶. Ferro listava ainda como causas para a inquietude percebida “a crise e burocratização da mística”, a “falta de uma imprensa continuamente orientada” e, igualmente importante, a “deficiência de meios legais da propaganda e falta de coordenação com os serviços públicos”⁷. Estas afirmações, à primeira vista, parecem admitir o falhanço do principal objectivo que o Secretariado deveria atingir, e para o qual tinha sido criado: “Integrar os portugueses no pensamento moral que deve dirigir a Nação”⁸.

Como se disse, estas afirmações permitem inferir que a actividade do organismo terá ficado aquém do que dele se esperava. Mas pode-se ir mais longe. Nas palavras de Ferro adivinhava-se a emergência (ou reforço?) de movimentos político-ideológicos de cariz democrático e contrários ao Estado Novo, que aproveitavam a direcção que a guerra parecia tomar para prepararem caminho para a sua afirmação. Tal impunha um reforço da actividade do Secretariado. Só possível, contudo, se o organismo dispusesse dos necessários meios. Conforme tem sido dito, ao Secretariado

lacked the powers of its Italian and German counterparts. More specifically, the Director of the Secretariat could not issue decrees or participate in the meetings of the Council of Ministers, and was often

⁵ A reestruturação aconteceu a 23 de Fevereiro de 1944, pelo Decreto-Lei n.º 33 545; logo a seguir, o Decreto-Lei n.º 34 133 e o Decreto n.º 34 134, que o regulamentaram, ambos de 24 de Novembro, fixaram as atribuições, a organização e o regime administrativo do novo organismo. A partir de Novembro de 1947, o Secretariado abandonou as instalações no segundo andar no número 75 da Rua de S. Pedro de Alcântara, no antigo edifício do Tribunal do Comércio, e passou a ter como sede o Palácio Foz, na Praça dos Restauradores, um edifício renovado e adaptado pelo Ministério das Obras Públicas, a partir de planos do arquitecto Luís Benavente.

⁶ ANTT – Arquivo Salazar, *Algumas causas, aparentes ou reais, da inquietação de certos portugueses no momento actual*, PC-12E, cx. 662 [1943], p. 1-2.

⁷ ANTT – Arquivo Salazar, *Algumas causas, aparentes ou reais, da inquietação de certos portugueses no momento actual*, PC-12E, cx. 662 [1943], p. 1-2.

⁸ *Diário do Governo*, I série, n.º 218, Decreto-Lei n.º 23 054 de 25.9.1933, preâmbulo.

completely subordinated to the New State hierarchy. Censorship remained in the hands of the Ministry of the Interior; control of the radio was a task shared with the Ministry of Public Works; and the newspapers were free to decide whether to publish SPN releases or not, as the national propaganda body did not have powers to coerce the press in this regard (Adinolfi, 2012: 614).

Em suma, esta ausência de poderes repressivos tolhia a acção do organismo dirigido por Ferro e o seu propósito de anular as ameaças ao regime.

No memorando, como solução para a situação descrita, e de forma a criar-se uma “atmosfera de optimismo sereno”⁹, Ferro apresentava um conjunto de 25 medidas políticas, que abrangiam numerosas áreas de actuação, desde a propaganda directamente ligada ao seu organismo, a acções que envolviam outras entidades, entre elas os ministério da Educação e do Interior, e organismos como o Comissariado do Desemprego. Nele reclamava uma maior capacidade de intervenção e controlo para o Secretariado. Que lhe foi concedida com a metamorfose operada em 1944.

O novo órgão não divergia muito do antigo Secretariado quanto à sua função de propaganda¹⁰. Politicamente, contudo, assumia de forma clara uma faceta mais repressiva e coerciva. A reestruturação tinha-lhe conferido os poderes de controlo sobre a imprensa e os espectáculos culturais que Ferro reivindicava, reunindo num único organismo serviços que até aí tinham estatuto próprio e autónomo. Assim, tendo já assumido a tutela sobre os Serviços de Turismo em 1940¹¹, concentrava agora

⁹ ANTT – Arquivo Salazar, *Algumas causas, aparentes ou reais, da inquietação de certos portugueses no momento actual*, PC-12E, cx. 662 [1943], p. 12.

¹⁰ Fundado a 25 de Setembro de 1933, pelo Decreto-Lei nº 23 054, num período de estruturação e consolidação do Estado Novo, o Secretariado de Propaganda Nacional funcionou como “um dos vectores da institucionalização do próprio regime” (Silva, 1990: 324), uma vez que em Portugal, e ao contrário de outros regimes de tipo autoritário e ditatorial da Europa no período (em especial a Itália e a Alemanha), a propaganda assumiu-se, não como um instrumento de conquista do poder, mas como arma de legitimação do governo: tendo Salazar chegado ao cargo de presidente do Conselho sem grandes movimentações de massas sentiu, no entanto, necessidade de legitimar o seu exercício através da integração das mesmas, recorrendo, para tal, à propaganda, assente num discurso ideológico simples, fornecedor de certezas incontrovertidas e indiscutíveis. Assim, ao Secretariado caberia a tarefa de criar e divulgar uma imagem: a imagem da Nação como entendida pelo regime. Para tal, deveria defender, legitimar e divulgar os propósitos e iniciativas do governo: “Compete ao Secretariado, em matéria de informação, promover no País e no estrangeiro a divulgação e a exacta compreensão dos factos mais importantes da vida portuguesa” (SNI, 1955: 11). Entendia-se que Portugal deveria ser mostrado aos portugueses e aos estrangeiros, que o desconheciam, de forma a “vencer a indiferença e o silêncio e fazer acreditar, com sadia esperança, nos valores nacionais, [desenvolvendo] o clima próprio de admiração e de respeito a que tínhamos jus” (Política do Espírito – Política da Nação. *Notícias de Portugal*, nº 600, 1.11.1958, p. 2).

¹¹ Em 1939, o Decreto nº 30 251, de 30 de Dezembro, providenciava a passagem, a partir de 1 de Janeiro de 1940, das competências em matéria de turismo do Ministério do Interior para o Secretariado. Esta mudança justificava-se por um conjunto de factores. Por um lado, porque as alterações sucessivas ocorridas na tutela oficial do turismo desde a Ditadura Militar, em 1926, tinham conduzido à perda de dinamismo e a uma incapacidade de criar as condições essenciais exigidas para o seu desenvolvimento, comprometendo desta forma a eficácia da acção turística nacional. Por outro lado, o facto de a Repartição de Turismo do Ministério do

igualmente a gestão dos Serviços de Exposições Nacionais, dos Serviços de Radiodifusão, dos Serviços de Imprensa – com as funções de registo e licença para jornalistas e agências noticiosas¹² – e a execução das antigas atribuições da Inspeção Geral dos Espectáculos. Estas últimas eram cruciais e faziam do organismo, na prática, um censor: permitiam-lhe centralizar a fiscalização e o fornecimento de registos, licenças e vistos para toda e qualquer manifestação artística ou casa de espectáculo aberta ao público, logo, dando-lhe o poder de autorizar ou proibir a realização de qualquer espectáculo; em síntese, e como se afirmou, assumia o controlo, crucial, das funções relativas à censura, que actuava sobre toda a produção cultural nacional, função que até aí estava na dependência do Ministério do Interior.

Com um organigrama bem mais complexo, a anterior divisão em Serviços Internos e Serviços Externos foi abandonada¹³, passando a existir quatro repartições, encarregadas dos serviços relativos à Administração Central, Informação, Cultura Popular e Turismo. À primeira, dividida em três secções, incumbiam todos os assuntos de expediente e arquivo geral, economato, cadastro, conservação das instalações, depósito e expedição de publicações, contabilidade e tesouraria, assim como os serviços técnicos utilizados pelos vários departamentos do Secretariado. À Repartição de Informação correspondiam quatro secções: estudo e difusão de informações, imprensa portuguesa, imprensa estrangeira e intercâmbio luso-brasileiro; dela dependiam a Biblioteca, o Arquivo Fotográfico e os Postos de Radiodifusão. A Repartição de Cultura Popular, por seu turno, agrupava, em três departamentos, as vertentes de exposições e realizações diversas, cinema e publicações, etnografia, teatro e música. Neste campo, ao Secretariado atribuíam-se “a orientação, o estímulo e a coordenação de todas as actividades que se destinem a elevar o nível moral e intelectual do povo português e a exaltar e valorizar a sua individualidade nacional”¹⁴. Por fim, a Repartição de Turismo incluía os sectores de

Interior ver a sua acção rivalizada e, até, suplantada por outros organismos no seio da própria administração, como a Comissão de Propaganda do Turismo no Estrangeiro do Ministério dos Negócios Estrangeiros, por exemplo, ou a Federação Nacional de Alegria no Trabalho (FNAT), criada em 1935, e que se ocupava do turismo social, mas igualmente por instituições privadas, como o Automóvel Clube de Portugal. Uma outra justificação para esta mudança residia na ligação orgânica entre o turismo e a propaganda existente (e testada já) noutros contextos que não o português, nomeadamente em Itália onde, em Abril de 1931, Mussolini tinha criado o *Comissariato per il Turismo*, sob a dependência directa da Presidência do Governo, substituído, em 1934, pela *Direzione Generale per il Turismo*, integrada no *Sottosegretariato per la Stampa e la Propaganda* (Aguiar, 2008).

¹² Embora desde 1941 que o Secretariado registasse informações relativas à actividade desenvolvida por jornalistas estrangeiros em Portugal.

¹³ Aos Serviços Internos caberiam as tarefas de regular as relações da imprensa local com os poderes do Estado, divulgar a doutrina, combater a penetração no país de ideias perturbadoras e dissolventes da unidade nacional; aos Serviços Externos ficava confiada a colaboração com os organismos portugueses no estrangeiro, propondo-se elucidar a opinião internacional sobre o regime (a sua visão dele, leia-se) e promovendo exposições e conferências nos grandes centros, incidindo sobre a acção exercida nas colónias e as manifestações de arte e da literatura nacionais. Neste contexto, os seus interlocutores privilegiados eram, interna e externamente, escritores e jornalistas, diplomatas e agências estrangeiras de informação.

¹⁴ *Diário do Governo*, I série, nº 260, Decreto nº 34 134 de 24.11.1944, art.º 2º.

turismo geral, local e indústria hoteleira, ampliando a acção anteriormente desenvolvida pelo Secretariado neste campo, sendo que o novo organismo deveria “promover e favorecer a sua expansão, elaborando os planos gerais, coordenando os esforços dos órgãos locais e das actividades que com ele mais estreitamente se relacionam, de forma a garantir a unidade de pensamento e acção”¹⁵. O novo Secretariado estabeleceu ainda uma delegação no Porto, de forma a estender e reforçar a acção do organismo.

Esta remodelação (porque efectivamente foi disso que se tratou, mais do que a criação de um novo organismo) inscreveu-se num processo de desfascização relativa do regime (desde logo na designação, retirando-se-lhe o termo propaganda, directamente conotado com os regimes ditatoriais da época), operado por Salazar face à conjuntura de fim da guerra e de maior atenção, por parte da cena política internacional, ao autoritário Estado Novo. Todavia, não deu resposta a um dos pedidos mais insistentes do seu director, que deixava claro, no documento de 1943, que ao seu órgão “têm faltado os meios hierárquicos e legais [para] realizar inteiramente o seu programa [e] para concluir a sua obra”; Ferro falava mesmo de um “complexo de inferioridade” de que sofreria o organismo, só possível de ser ultrapassado “desde que seja elevada, de qualquer forma, a sua categoria burocrática”¹⁶: isto é, a transformação do Secretariado num ministério. Mas a posição do organismo na hierarquia do regime manteve-se: continuava dependente da Presidência do Conselho, permanecendo abaixo da categoria de Ministério, tão desejada por António Ferro.

No geral, pode-se dizer que a reestruturação conduziu a uma mudança profunda. De um órgão cuja função era a de “institucionalizar a portugalidade”, apresentando uma “pátria trans-histórica [e] coesa” (Ó, 1992: 394-395) que, culturalmente, se assumia como instância unificadora, juiz das mercadorias culturais, hierarquizando-as de acordo com o seu grau de semelhança face ao estabelecido pelo regime como aceitável e desejável, o novo Secretariado era, agora, um efectivo órgão de controlo político, fiscalizando, superintendendo, centralizando, numa palavra, vigiando a vida cultural e artística do país.

Esta clara (re)politização do Secretariado acarretou um progressivo esvaziamento da política cultural até então empreendida pelo organismo, com o afastamento dos artistas modernistas que Ferro tinha promovido e protegido, “esteticamente, claro, mas cada vez mais politicamente” (Portela, 1982: 99): a nova vaga de modernos, os da “terceira geração”, já não se encontrava mobilizada na política cultural do regime, protagonizada pelo Secretariado, e muitos destes artistas e intelectuais associaram-se ao Movimento de União Democrática (MUD), em nítida oposição ao Estado Novo¹⁷.

¹⁵ *Diário do Governo*, I série, n.º 260, Decreto n.º 34 134 de 24.11.1944, art.º 2.º.

¹⁶ ANTT – Arquivo Salazar, *Algumas causas, aparentes ou reais, da inquietação de certos portugueses no momento actual*, PC-12E, cx. 662 [1943], p. 11-12.

¹⁷ Artistas como António Pedro, Júlio Resende, Maria Keil, entre outros.

Como se viu, o memorando de 1943 desempenhou um papel relevante nesta mudança institucional. Todavia, ela era inevitável, em face do novo contexto político internacional estabelecido com o aproximar do final da II Guerra Mundial, e, mais ainda, no pós-guerra, que trouxe ao país a necessidade de se reajustar, a vários níveis.

Assim, por um lado, a vitória das democracias um pouco por toda a Europa Ocidental colocou a ditadura portuguesa sob atento escrutínio internacional. Este exame correu os diferentes aspectos da vida nacional e focou-se nos assuntos que potencialmente enfraqueciam o autoritarismo do regime. Por exemplo, dando visibilidade a um conjunto de greves contra o governo, destacando-se as greves de 1947, dos operários da construção naval da região de Lisboa, que se alastraram a outros sectores industriais, e as greves e protestos organizados pelos estudantes. De igual forma, as prisões de vários dirigentes estudantis, bem como as denúncias do MUD relativamente à falta de liberdade de expressão e pensamento e à perseguição a opositores políticos, colocaram Portugal à margem do emergente sistema político europeu. Esta imagem desgastada do país na opinião pública internacional (em parte dela pelo menos) reflectiu-se em artigo da revista *Time* de Julho de 1946 – *Portugal's Salazar: Dean of Dictators* – com uma imagem de Salazar na capa e uma maçã aparentemente comestível, mas podre no seu interior; o trabalho resultara da recolha de informação por parte do editor Percy Knauth e de um correspondente em Lisboa, o italiano Piero Saporiti, radicado na capital portuguesa desde 1944. Nele se apresentava Portugal como “um Estado falhado, onde abunda[va] a miséria, a corrupção e o clientelismo endémico” (Ribeiro, 2018: 157).

Por outro lado, o início do processo descolonizador na Ásia, e o subsequente alastramento para o continente africano, perante o qual o Estado Novo se mostrava teimosamente intransigente, colocou a tónica, relativamente à política externa portuguesa, na necessidade de defender a imagem do país. Ao longo da década de 1950, a questão desenrolou-se nos fóruns internacionais, na Organização das Nações Unidas (ONU) e junto da opinião pública mundial, tendo influenciado, por exemplo, a recusa da União Soviética, da Polónia e do México face ao (primeiro) pedido de entrada de Portugal na ONU, em 1946, com a justificação de ser tratar de um regime fascista (Ribeiro, 2018). Um dos momentos mais delicados neste contexto foi a sequência de acontecimentos em torno das possessões coloniais de Portugal na Índia: em 1954, a União Indiana (que obtivera a independência em 1947) invadiu e ocupou os enclaves portugueses de Dadrá e Nagar-Avelly, manifestando ainda a intenção de integrar os territórios portugueses de Goa, Damão e Diu (que se efectivou apenas em 1961, por via militar).

Entende-se, portanto, que a sobrevivência do regime neste período crítico esteve em causa. Foi garantida por um conjunto de três factores: a neutralidade mantida por Portugal durante o conflito mundial, as concessões militares que fez aos Estados Unidos da América (EUA) e à Grã-Bretanha, e o início da Guerra Fria. Como refere António Costa Pinto, “the Salazar regime survived by cultivating an

external image of a benign and aging authoritarianism that stood as an anti-communist bulwark of western civilization” (2011: 46).

Neste contexto de indispensabilidade de reposicionar a imagem externa do país, em 1953 verificou-se a integração no Secretariado das Casas de Portugal, até aí na esfera do Ministério dos Negócios Estrangeiros¹⁸. Considerando as três vertentes de actuação das Casas – a mais importante, a política, de representação de Portugal no estrangeiro¹⁹, secundada por funções de promoção turística e comercial – e dado “o crescente desenvolvimento das actividades e obrigações de cada país no que diz respeito à sua actuação no estrangeiro e a multiplicidade de funções novas que às suas representações incumbem”²⁰, assumiu-se o pressuposto de que seria o Secretariado o órgão estatal mais indicado para fomentar e desenvolver estes fins, passando as Casas a actuar como delegações suas no estrangeiro.

Até início da década de 1960, a estrutura da sociedade portuguesa permaneceu praticamente inalterada: 43% da população trabalhava no sector primário, 22% no secundário e 34% no sector terciário. As taxas de urbanização do território comprovavam esta situação: apenas 23% da população vivia em centros urbanos, com os restantes permanecendo nas áreas rurais (Monteiro; Pinto, 2011). Foi apenas a partir de 1960 que a situação lentamente se modificou. Tal decorreu de um conjunto de vários factores, nomeadamente o êxodo rural²¹, a industrialização do país²² e a abertura económica à Europa Ocidental.

Esta abertura, ao comércio e à aceitação de capitais externos (no fundo, à importação de capitais), conduziu a resultados económicos positivos – na primeira década de adesão à Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA), o crescimento económico atingiu 6%, com as exportações e o investimento estrangeiro no país a crescerem igualmente (Pinto, 2011)²³. Reflectiu-se igualmente no sector turístico, com o turismo de massas, que chegava então também a Portugal, país visto como um destino turístico apetecível pelos turistas do centro e norte da Europa, atraídos pelo binómio sol e praia. O crescimento das entradas de visitantes nas fronteiras portuguesas foi exponencial: o número de

¹⁸ Até 1953, data desta mudança, a Secção de Turismo das Casas de Portugal mantinha contacto com o Secretariado, prestando toda a colaboração que este organismo entendesse conveniente em matéria de propaganda espiritual, literária ou artística. Neste sentido, pelo menos a Casa de Portugal em Paris actuava como o representante em França do Secretariado (Ganhão, 2018).

¹⁹ A par de outras formas de representação de Portugal no exterior, nomeadamente as Embaixadas, Legações, Consulados, Centros de Informação e Casas da Metrópole em África (Ganhão, 2018).

²⁰ *Diário do Governo*, I série, n.º. 282, Decreto-Lei n.º 39 475, 21.12.1953, preâmbulo.

²¹ Mais evidente a partir de meados dos anos de 1960, traduziu-se em muitos casos numa consequente emigração em massa, para destinos na Europa Ocidental como a França e a Alemanha.

²² Que originou o aparecimento de um novo proletariado industrial jovem e de uma pequena burguesia urbana de assalariados de serviços, bem como uma crescente urbanização do território, em particular do litoral.

²³ Ajudando, desta forma, nas contas públicas, em défice em resultado do peso crescente das despesas com a guerra colonial, tendo estes encargos passado de 31% para 78% da despesa extraordinária do Estado no período entre 1958 e 1973 (Rosas, 1994).

estrangeiros que visitaram Portugal passou de 55 000 em 1950 para 352 000 em 1960, atingindo-se 2 milhões em 1967 e, em 1970, 3 milhões (Lobo, 2010)²⁴.

Esta evolução terá justificado, em parte pelo menos, uma reorganização do Secretariado, efectuada em 1960, com os serviços a distribuírem-se por duas Repartições, a dos Serviços Centrais e a de Cultura Popular. As outras duas, de Informação e Turismo, “cujas atribuições e volume de trabalho não têm cessado de crescer e de se tornar mais complexos”²⁵, foram elevadas a Direcções de Serviço, naquilo que se configurava como uma estratégia de melhoria da eficiência dos quadros orgânicos do Secretariado. A Direcção dos Serviços de Informação compunha-se agora de duas repartições (subdivididas em quatro secções): Imprensa Portuguesa e Radiodifusão e Imprensa Estrangeira, enquanto a Direcção dos Serviços de Turismo se dividia na Repartição de Turismo Geral e na Repartição da Indústria Hoteleira, cada uma com duas secções.

Cinco anos volvidos, quando o número de turistas estrangeiros entrados no país tinha já chegado ao milhão, a Direcção dos Serviços de Turismo era extinta e criado em seu lugar um Commissariado de Turismo, com a categoria de Direcção-Geral, que passou a exercer as atribuições respeitantes às competências do Secretariado em matéria de turismo. No preâmbulo do documento que formalizava esta mudança, refere-se que “o ritmo em que se tem processado, nomeadamente nos últimos dois anos, o desenvolvimento do turismo, aconselha o reajustamento dos correspondentes serviços nacionais, que deverão dispor dos múltiplos meios humanos e materiais indispensáveis ao estudo dos múltiplos problemas em que se desdobra a concepção de uma política turística e à sua oportuna e eficiente execução”²⁶. Para tal, o Commissariado desdobrava-se em três Repartições – de Fomento, de Actividades Turística e de Propaganda – e num Gabinete de Estudos e de Planeamento²⁷.

A última grande reestruturação do Secretariado dá-se em 1968, pela mão de Marcello Caetano, então presidente do Conselho. Extinto o Secretariado, os respectivos serviços transitaram para a Secretaria de Estado da Informação e Turismo então criada, encarregue de “superintender nos serviços e actividades relativos à informação, ao turismo e à radiodifusão sonora e visual, teatro, cinema e outros espectáculos e formas de cultura popular”²⁸.

²⁴ Estes números teriam o seu reflexo nos Planos de Fomento, que concretizavam a necessidade de um planeamento económico estatal, sendo o turismo incluído, pela primeira vez, no Plano Intercalar (1965-1967). Esta valorização do campo turístico ficou ainda mais clara no III Plano de Fomento (1968-1973), onde era considerado sector estratégico do crescimento económico, quer como mecanismo de exportação de serviços, quer como catalisador de efeitos noutras áreas de produção (Lobo, 2010).

²⁵ *Diário do Governo*, I Série, nº 207, Decreto-Lei nº 43 150 de 6.9.1960, preâmbulo.

²⁶ *Diário do Governo*, I Série, nº 47, Decreto-Lei nº 46 199 de 25.2.1965, preâmbulo.

²⁷ Esta mudança aparece na sequência das providências enunciadas no capítulo respeitante ao turismo do Plano Intercalar de Fomento (1965-1967), sendo que a constituição do Commissariado facilitou os contactos desta entidade com outras Direcções Gerais ligadas ao sector turístico.

²⁸ *Diário do Governo*, I Série, nº 269, Decreto-Lei nº 48 686 de 15.11.1968, art. 1.

O novo organismo adoptava uma composição complexa, incluindo 3 Direcções-Gerais – da Informação, do Turismo e da Cultura Popular e Espectáculos; tinha sob a sua alçada a Comissão de Exame e Classificação dos Espectáculos e a Comissão de Literatura e Espectáculos para Menores, bem como os Conselhos Nacionais da Informação, do Turismo e da Radiodifusão.

Relativamente à Direcção-Geral da Informação, cabia-lhe promover no estrangeiro a divulgação “dos factos mais importantes da vida portuguesa”²⁹. Internamente, executaria um trabalho político duplo: por um lado, através do apoio e colaboração com a imprensa, no sentido de “contribuir para a correcta formação da opinião pública”³⁰ e, por outro, funcionando como um travão à divulgação de notícias contrárias à visão do regime, controlando a imprensa, organismos de radiodifusão, agências noticiosas e correspondentes de jornais estrangeiros através dos Serviços de Censura, reconvertidos em Comissão de Exame Prévio em 1972. Quanto à Direcção-Geral de Turismo, deveria promover a expansão do turismo nacional, pelo aproveitamento dos recursos turísticos do país, bem como do turismo estrangeiro em território nacional, a coordenação e estímulo da acção dos órgãos locais de turismo, e a fiscalização das actividades e profissões directamente ligadas ao turismo. Por fim, à Direcção-Geral de Cultura Popular e Espectáculos cabia orientar, estimular e coordenar todas as actividades relacionadas com as formas tradicionais de arte e cultura popular, e superintender nos espectáculos e divertimentos públicos; junto dela funcionavam o Conselho de Teatro e do Cinema, bem como os conselhos administrativos do Fundo do Teatro e do Fundo do Cinema.

²⁹ *Diário do Governo*, I Série, nº 269, Decreto-Lei nº 48 686 de 15.11.1968, art. 22.

³⁰ *Diário do Governo*, I Série, nº 269, Decreto-Lei nº 48 686 de 15.11.1968, art. 22.

2. SNI E SEIT: O FUNCIONAMENTO

Apresentada que está, a traços largos, a evolução deste organismo entre 1944 e 1974, procura-se, nos textos que se seguem, apresentar análises mais finas e de pormenor. Estas resultaram do trabalho de investigação desenvolvido ao longo deste projecto de pós-doutoramento e constituíram mesmo uma das suas principais linhas de trabalho.

Assim, e apesar das lacunas temporais na informação reunida, far-se-á um pequeno périplo pelos meandros do Secretariado/Secretaria, discutindo aspectos financeiros e apresentando-se algumas notas sobre o quadro de pessoal. Seguidamente, e de forma mais desenvolvida, discutem-se os directores, figuras públicas de relevo no panorama nacional, que marcaram de forma indelével este organismo, procurando perceber o seu perfil a nível de carreira académica, profissional e política, avaliando se (e como) essa formação e percurso profissional tiveram influência na sua actuação e, por fim, quais as principais directrizes que cada dirigente considerou relevantes na direcção do SNI/SEIT.

Trata-se, como se poderá perceber, de resultados parciais da investigação que realizei neste pós-doutoramento, importantes para se perceber a importância da mesma. Apesar de satisfeita com os resultados até agora obtidos, considero que se trata de uma investigação ainda em aberto e que dará muito mais.

2.1 Orçamentos e funcionários

Recuemos a 1933, quando o Secretariado foi criado. O organismo compreendia então um número muito reduzido de funcionários, nove no total: além do director, contavam-se no quadro de pessoal os chefes da 1ª Secção, de cariz financeiro e administrativo, dos Serviços Internos e dos Serviços Externos, um arquivista, dois redactores, uma dactilógrafa e um contínuo:

SECRETARIADO DE PROPAGANDA NACIONAL			
Director	António Ferro		
1ª Secção	José Alvellos		
Serviços Internos	Artur Maciel (1933-1937)	José Luís da Silva Dias (1937-1941)	Albino Tavares de Almeida (1941-1944)
Serviços Externos	António Eça de Queiroz		

Quadro 1: Quadro de pessoal dirigente do SPN

Do total estipulado para os vencimentos mensais dos funcionários (cerca de 8 000\$00), ao director do organismo caberia um valor mensal de 3 000\$00, abaixo dos 4 500\$00 que recebiam os ministros (Acciaiuoli, 2013)³¹.

Uma coisa são ordenados; outra, orçamentos. Para estes primeiros nove meses, o orçamento era de 1 000 000\$00. As verbas deveriam ser inscritas no orçamento anual do Ministério das Finanças, sendo posteriormente autorizadas as necessárias importâncias pela 2ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública. O orçamento correspondia a 0,045% do Orçamento de Estado para 1933-1934; numa comparação com os outros dois organismos europeus congéneres, verifica-se que em Itália o *Sottosegretariato* assumia um peso de 3% do orçamento de Estado e na Alemanha eram reservados para o *Reichsministerium für Volksaufklärung und Propaganda* 14 milhões de marcos (Acciaiuoli, 2013). Mas entre nós o parco valor atribuído ao Secretariado cedo provocou celeuma. Numa entrevista ao *Diário de Lisboa*, em Outubro de 1933, António Ferro respondia desta forma à polémica: “Só quem desconhece o que é publicidade ou propaganda pode atrever-se a achar exagerada tão diminuta soma”, considerando que existiriam “empresas comerciais e indústria que gastam tanto ou mais”³².

O Secretariado funcionava, como se referiu já, directamente na dependência da Presidência do Conselho. Nesse sentido, o escrutínio das contas era da exclusiva responsabilidade do presidente do Conselho, como o comprova um ofício de Oliveira Salazar, de 1936, em resposta a um pedido de informações do deputado Ângelo César Machado: “As contas do SPN não são nem têm se ser discriminadas [...]. A natureza dos serviços que incumbem ao SPN não consente a sua completa divulgação. Assim o prevê a disposição legal. [...] O Presidente do Conselho tem conhecimento exacto e minucioso das verbas despendidas de carácter reservado. O Ministro das Finanças sanciona-as com o seu visto” (*apud* Victorino 2018: 117).

Entre 1935 e 1936, verificou-se uma primeira reorganização dos quadros do SPN³³. Embora se mantivessem as três secções existentes, as designações mudaram: os Serviços Internos passavam a Serviços de Informação e Imprensa e os Serviços Externos a Serviços Exteriores³⁴. Com a criação do lugar de sub-chefe de serviços, o número de funcionários aumentou também: passou a 12 entre 1936 e 1940 e a 17 entre 1941 e 1944 (Ó, 1999).

Em 1944, o Secretariado de Propaganda Nacional foi oficialmente extinto e criado o Secretariado Nacional de Informação, como anteriormente referido. Esta remodelação não foi apenas

³¹ Por comparação, calculava-se que, para o ano de 1938, era necessário para uma família-tipo (constituída por um operário, mulher e três filhos) viver modestamente um salário mensal de 1 080\$00 (correspondente a cerca de 42\$00 por dia) (Pimentel, 2012: s/p). Daqui se poderá deduzir que esta era, manifestamente, uma elite. Mesmo assim, o orçamento do novo organismo era 'pobre' em relação a outros estados congéneres.

³² Uma entrevista oportuna. *Diário de Lisboa*, 11.10.1933, p.1.

³³ De acordo com o indicado no Decreto-Lei nº 26 115, de 23 de Novembro de 1935.

³⁴ ANTT – Arquivo Salazar, *Projecto de Decreto-Lei*, PC-12, cx. 657, s/d.

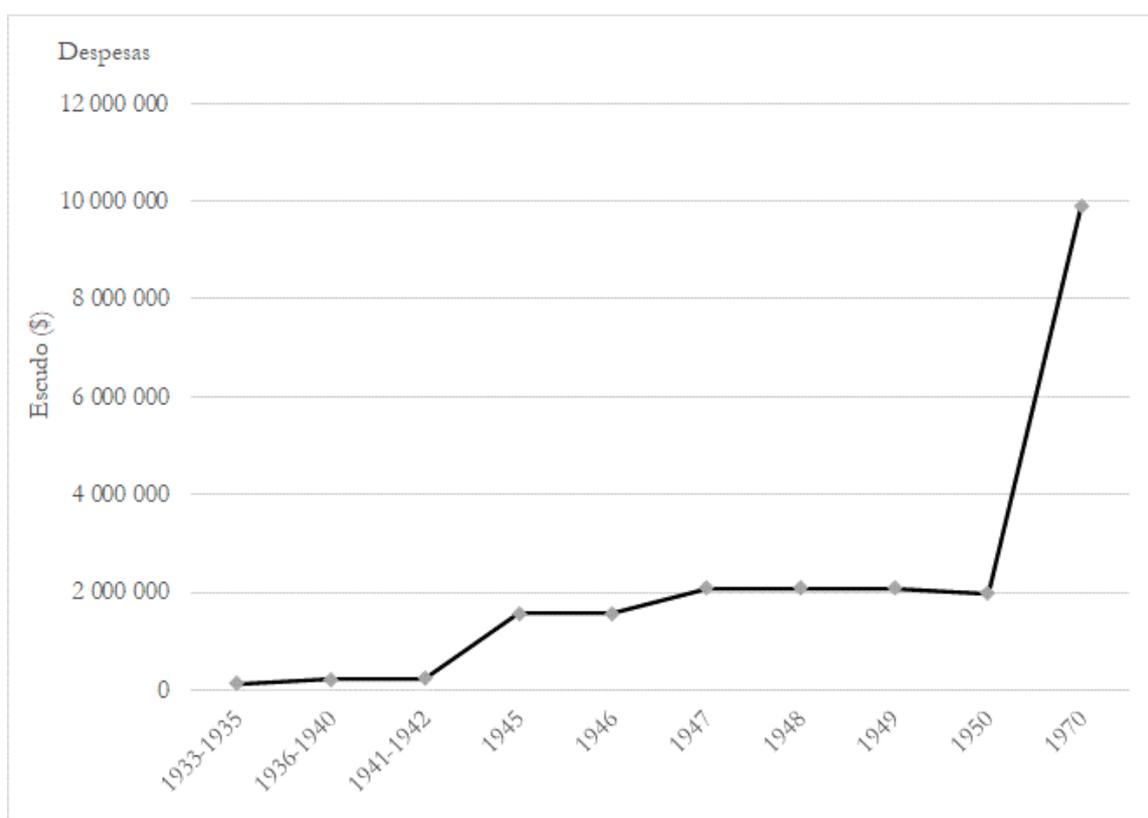
nominal. A transformação do SPN em SNI, e a inclusão de uma série de novas funções e organismos, ocasionou um redimensionamento da infra-estrutura: em funcionários e no que dizia respeito ao orçamento. O organismo apresentava-se (sem o ser) como um autêntico ministério, como se pode comprovar pelo aumento exponencial do quadro de pessoal do Secretariado: 128 funcionários, entre 103 elementos de pessoal maior e de 25 de pessoal menor. Até cerca de 1940, o organismo empregava de forma permanente, como se referiu, apenas 17 funcionários, embora fosse recorrente o recurso a trabalhadores externos (Ó, 1999). Uma questão que me parece central é conhecer este pessoal. Quem eram estes funcionários? Será possível conhecer o quadro de pessoal do SNI? Os dados que se podem consultar no quadro que se segue resultam de informação que fui encontrando, recolhendo e sistematizando, no decurso da investigação, em variados documentos consultados no Fundo do Secretariado no arquivo da Torre do Tombo. Não parecem existir mapas de pessoal agrupados por anos, por exemplo, ou um livro de entradas e saídas. Por esse motivo os registos são dispersos e daí resultam falhas e lacunas; a sua apresentação nestes moldes justifica-se pelo facto de se considerar que podem gerar novos estudos, inclusive de carácter biográfico, sobre alguns dos funcionários que parecem ter acompanhado quase toda a vida do organismo, por um lado, e por outro, sobre aqueles que mais se destacaram em termos públicos.

SECRETARIADO NACIONAL DE INFORMAÇÃO, CULTURA POPULAR E TURISMO (1944-1968)			
Director	António Ferro (1944-1949) António Eça de Queiroz, interino (1950-1951) José Manuel da Costa (1951-1955) Eduardo Brazão (1955-1958) César Moreira Baptista (1958-1968)		
1ª Repartição: Serviços Centrais			
José Alvellos (1952-1959?) A. Peres Rodrigues (1959?-1962?)			
1ª Secção: Secretaria, Arquivo, Depósito e Expedição de Publicações	2ª Secção: Contabilidade e Tesouraria	3ª Secção: Serviços Técnicos	
Manuel Henriques da Silva	José Alvellos (1947-?) A. Peres Rodrigues (1957-1958)	?	
2ª Repartição: Informação (1944-1960) Direcção dos Serviços de Informação (1960-1968)			
Ramiro Machado Valadão (1950?-1969)			
1ª Secção: Estudo e Difusão de Informações	2ª Secção: Imprensa Portuguesa	3ª Secção: Imprensa Estrangeira	4ª Secção: Intercâmbio Luso-Brasileiro
?	Albino Tavares de Almeida	?	Gastão de Bettencourt
3ª Repartição: Cultura Popular			
1ª Secção: Exposições e	2ª Secção: Cinema	3ª Secção: Etnografia, Teatro e	

Realizações Diversas		Música
Francisco d'Avilez	Manuel Félix Ribeiro	Francisco Lage (1944-1948)
4ª Repartição: Turismo (1944-1960) Direcção dos Serviços de Turismo (1960-1965) Direcção-Geral: Comissariado de Turismo (1965-1968)		
Almeida Araújo Jorge Felner da Costa (?-1959) Álvaro José Roquette (1960-1968)		
1ª Secção: Turismo Geral	2ª Secção: Turismo Local	3ª Secção: Indústria Hoteleira
António Hartwich Nunes (1957-?) José da Costa Pessoa (1960-?)	Noel de Arriaga	Manuel de Mello Correia (1944-1962)

Quadro 2: Quadro de pessoal do SNI

As mudanças ocorridas em 1944 repercutiram-se igualmente no plano financeiro, em particular nas dotações com pessoal. O gráfico que se segue procura mostrar o crescendo com essas despesas, apesar de os dados compilados apenas dizerem respeito ao período entre 1933 e 1950, não tendo sido possível, pelas razões mencionadas, obter dados até 1974:

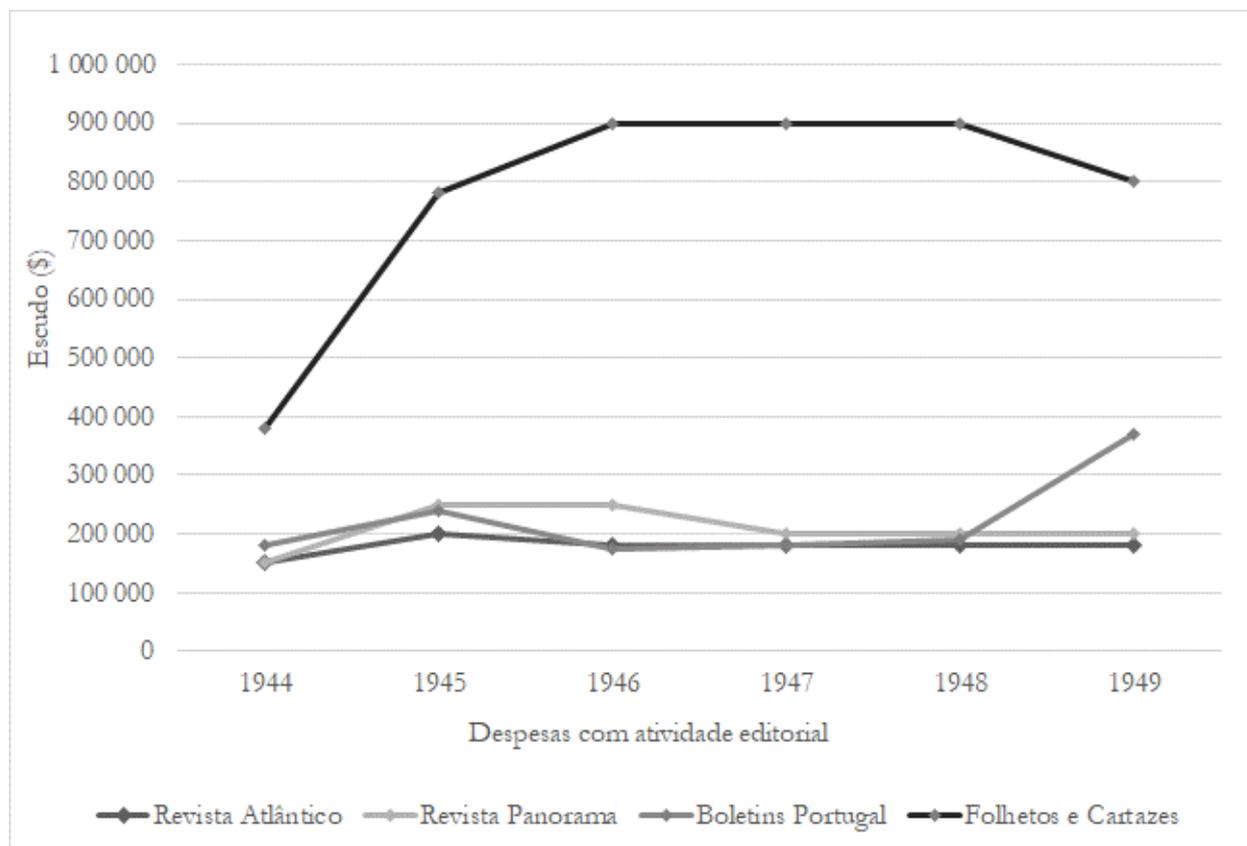


(Fonte: ANTT/SNI, cxs. 2044, 4006, 4311)

Gráfico 1: Orçamento com pessoal SPN/SNI/SEIT

Relativamente aos orçamentos do Secretariado, destacam-se as rubricas mais expressivas, onde o peso financeiro era maior, o que indicará, naturalmente, as prioridades do organismo. De ressaltar, novamente, que o período em análise é circunscrito, tendo em consideração a totalidade da existência do Secretariado/Secretaria.

Evidenciam-se desde logo as verbas dedicadas à actividade editorial do Secretariado:



(Fonte: ANTT/SNI, cxs. 662, 780, 4311)

Gráfico 2: Despesas do SNI com actividade editorial

Inevitavelmente, para um organismo que tinha como núcleo central da sua acção a propaganda do regime e do país, muitas das acções do Secretariado assumiram a forma de publicações e, entre 1933 e 1968, o SNI empreendeu uma intensa actividade editorial. Particularmente a partir de 1945, com as mudanças verificadas na Europa e no mundo, o controlo da opinião, no país e no estrangeiro, revelou-se uma preocupação central da instituição³⁵. No capítulo das publicações periódicas, é de salientar a comparticipação nas revistas *Atlântico* e *Panorama*, e as verbas investidas na edição dos boletins *Portugal* e em folhetos e cartazes. Desta forma, pode dizer-se que “muitas destas publicações assumiam-se, na verdade, como a principal ferramenta de propaganda política e cultural do Estado Novo, para o qual a

³⁵ Teria sido também interessante analisar os conteúdos destas publicações, mas esse não era um dos objectivos específicos desta investigação; porém, revela-se uma interessante pista para futuros estudos.

obtenção de algum reconhecimento internacional, bem como a elucidação do caso português, era fulcral” (Cotrim, 2010: 15).

Como é perceptível pelos valores apresentados, as verbas despendidas com a edição de folhetos e cartazes foram elevadas, havendo um claro investimento, no período pós SPN, neste tipo de publicações, onerosas dado “o elevado custo dos materiais e mão de obra”³⁶, mas indispensáveis a “um bom serviço de propaganda tanto no País como no Estrangeiro”³⁷, em especial porque falamos sobretudo de publicações de carácter marcadamente político e ideológico, com tiragens que se iam multiplicando de ano para ano, embora por vezes envoltas em ‘roupagens’ de edições de cariz turístico e cultural.

Distingue-se igualmente o boletim *Portugal*, de carácter mensal, destinado ao estrangeiro; tratava-se de um resumo mensal dos acontecimentos políticos, económicos e literários da vida portuguesa. A primeira edição, em 1935, era em francês, seguindo-se, em 1937, a versão em inglês e, em 1939 e 1941, respectivamente, as edições espanhola e alemã, que terminaram, contudo, em 1949 e 1944; em 1952 só se publicavam as edições francesa e inglesa, com uma tiragem mensal de cerca de 9000 exemplares³⁸. Esta não foi a única mudança, registando-se, em 1948, alterações nos conteúdos e organização do boletim, “intercalando várias gravuras, o que aligeira o texto” e lhe conferia “um maior interesse [...], tornando a sua consulta mais atraente”³⁹. Para tal, seriam necessários mais recursos financeiros, o que acabou por acontecer, como se torna evidente no aumento da dotação entre 1948 e 1949. Da análise de um relatório de 1952, na secção sobre a questão da propaganda no estrangeiro, confirma-se este investimento na actividade editorial do Secretariado destinada ao exterior, uma vez que se indicava que, desde 1938, se tinham publicado 811 edições em cinco línguas estrangeiras, tratando dos mais variados assuntos⁴⁰.

Outra rubrica com verbas avultadas era a da propaganda no estrangeiro e com estrangeiros:

³⁶ ANTT – Secretariado Nacional da Informação, *Projecto do orçamento para o ano económico de 1947*, cx. 4311, 23.11.1946, s/p.

³⁷ ANTT – Secretariado Nacional da Informação, *Projecto do orçamento para o ano económico de 1948*, cx. 4311, 18.12.1947, p. 16.

³⁸ ANTT – Secretariado Nacional da Informação, *Elementos acerca da actividade desenvolvida pelo Secretariado desde a sua criação em 25 de Setembro de 1933, trabalho organizado em conformidade com o despacho de Sua Excelência o Ministro da Presidência de 22 de Novembro de 1952*, cx. 4006 [1952], p. 2.

³⁹ ANTT – Secretariado Nacional da Informação, *Projecto do orçamento para o ano económico de 1949*, cx. 4311, 9.12.1948, p. 17.

⁴⁰ ANTT – Secretariado Nacional da Informação, *Elementos acerca da actividade desenvolvida pelo Secretariado desde a sua criação em 25 de Setembro de 1933, trabalho organizado em conformidade com o despacho de Sua Excelência o Ministro da Presidência de 22 de Novembro de 1952*, cx. 4006 [1952], p. 8.

DESPESAS COM PROPAGANDA NO ESTRANGEIRO/COM ESTRANGEIROS						
RUBRICA	ANOS					
	1944	1945	1946	1947	1948	1949
Visitas de personalidade brasileiras	110 000\$00	100 000\$00	80 000\$00	140 000\$00	150 000\$00	250 000\$00
Despesas com estrangeiros	80 000\$00	140 000\$00	200 000\$00	500 000\$00	450 000\$00	450 000\$00
Propaganda em Espanha	270 000\$00	600 000\$00	_____	_____	_____	_____
Missões de propaganda em países estrangeiros	_____	_____	300 000\$00	400 000\$00	500 000\$00	500 000\$00

(Fonte: ANTT/SNI, cxs. 662, 780, 4311)

Quadro 3: Despesas do SNI com propaganda no estrangeiro/com estrangeiros

As despesas com estrangeiros, como se consegue verificar, subiram paulatinamente no período entre 1944 e 1949, com um incremento a partir de 1947. Nesse ano, o aumento na verba pedida era justificado pela “afluência de estrangeiros que presentemente visitam Portugal e que não sendo convidados oficiais recorrem ao S.N.I. a fim de obterem informações e aos quais o organismo tem o dever de prestar assistência, e como consequência despender importâncias em amabilidades”⁴¹. No ano seguinte, e relativamente a este encargo, nova justificação do valor solicitado, com o facto de ser imprescindível dar resposta não apenas às “despesas provenientes com convidados oficiais, como também às ocasionadas com estrangeiros de categoria que visitam Portugal e aos quais o Secretariado tem de prestar assistência”, uma vez que o seu número tinha crescido substancialmente nos últimos anos, e era por vezes necessário “terem de ser pagas as suas despesas totais por assim ter sido considerado útil para o País”⁴².

Neste sentido tinha sido criado oficialmente em 1944 o serviço de recepção de estrangeiros, que assumia como missão “procurar que os estrangeiros que visitam Portugal possam tirar da sua estadia o máximo rendimento, ficando com um conhecimento tão exacto quanto possível do nosso país e das nossas realizações”⁴³. No referido relatório de 1952, na parte referente à 3ª Secção da 2ª Repartição, registava-se que “muitos destes estrangeiros têm sido, por vezes, acompanhados em visitas por Lisboa e

⁴¹ ANTT – Secretariado Nacional da Informação, *Projecto do orçamento para o ano económico de 1947*, cx. 4311, 23.11.1946, s/p.

⁴² ANTT – Secretariado Nacional da Informação, *Projecto do orçamento para o ano económico de 1948*, cx. 4311, 18.12.1947, p. 14.

⁴³ ANTT – Secretariado Nacional da Informação, *Elementos acerca da actividade desenvolvida pelo Secretariado desde a sua criação em 25 de Setembro de 1933, trabalho organizado em conformidade com o despacho de Sua Excelência o Ministro da Presidência de 22 de Novembro de 1952*, cx. 4006 [1952], p. 19.

pelo País por funcionários desta Secção. De algumas dessas viagens têm resultado interessantes séries de artigos publicados lá fora sobre nós e muitos deles acompanhados de excelentes reportagens fotográficas”⁴⁴.

Já muito se falou sobre esta prática do Secretariado, desde a famosa embaixada cultural organizada por António Ferro em 1935 – a de trazer a Portugal, para o visitar e sobre ele escrever, jornalistas e intelectuais estrangeiros. Neste sentido, a escolha dos convidados nunca era inocente: “O Secretariado requeria aos seus agentes no estrangeiro informações minuciosas sobre o posicionamento político dos jornais e dos jornalistas locais, a fim de se proceder a uma selecção cuidada dos indivíduos a convidar” (Cotrim, 2010: 18). Desta actividade externa do organismo, e segundo o referido relatório de 1952, teriam sido publicados e dedicados a Portugal, desde 1933 até finais de 1951, “10.250 artigos em 2.766 jornais e revistas, escritos por 2.500 jornalistas estrangeiros; e 371 obras literárias diferentes, em alemão, espanhol, francês, holandês, inglês, italiano, português (Brasil), romano e servo-croata”; tal reflectiria “o interesse que tem merecido o caso português” e traduzia-se igualmente na “crescente afluência de turistas de todo o mundo”⁴⁵.

De ressaltar ainda a importância conferida à recepção de personalidades brasileiras pelo Secretariado, visível nas verbas alocadas a essa rubrica e assim esclarecida no relatório de 1952, na parte relativa à 4ª Secção da 2ª Repartição:

São inúmeras as personalidades de influência da vida brasileira que visitam Portugal cada vez com maior frequência o que, em grande parte se deve ao maior prestígio do nosso país. Essas personalidades são recebidas por funcionários dos nossos serviços e, quando a sua importância ou a finalidade da sua visita o exija, são acompanhadas durante a sua visita. É enorme a influência geral que vêm a exercer tais personalidades que, ao regressarem ao Brasil, dão entrevistas aos jornais, publicam artigos e, às vezes, até livros sobre o nosso país; isto sem falarmos na grande influência do seu convívio pessoal e das funções que exercem. [...] Estando nós assim interessados directamente no melhor acolhimento destas personalidades, a isso ainda se acrescenta o empenho que em tal acolhimento põem os núcleos da colónia portuguesa do Brasil. Pelos lugares que ocupam, de muitos dos brasileiros que visitam Portugal está dependente a actividade dos portugueses no Brasil⁴⁶.

Da análise destes orçamentos ressalta igualmente o investimento na imprensa, como se pode verificar no seguinte quadro:

⁴⁴ ANTT – Secretariado Nacional da Informação, *Relatório das Actividades da Secção de Imprensa Estrangeira, 3ª Secção da 2ª Repartição*, cx. 4006, 22.10.1952, p. 17.

⁴⁵ ANTT – Secretariado Nacional da Informação, *Elementos acerca da actividade desenvolvida pelo Secretariado desde a sua criação em 25 de Setembro de 1933, trabalho organizado em conformidade com o despacho de Sua Excelência o Ministro da Presidência de 22 de Novembro de 1952*, cx. 4006 [1952], p. 21.

⁴⁶ ANTT – Secretariado Nacional da Informação, *Relatório da 4ª Secção - Secção Brasileira da 2ª Repartição*, cx. 4006, 18.10.1952, p. 13.

DESPESAS COM A IMPRENSA						
RUBRICA	ANOS					
	1944	1945	1946	1947	1948	1949
Colaboradores	120 000\$00	150 000\$00	130 000\$00	150 000\$00	160 000\$00	180 000\$00
Arquivo Fotográfico	100 000\$00	150 000\$00	120 000\$00	130 000\$00	130 000\$00	150 000\$00
Subsídios a jornais e revistas	————	400 000\$00	340 000\$00	340 000\$00	340 000\$00	330 000\$00

(Fonte: ANTT/SNI, cxs. 662, 780, 4311)

Quadro 4: Despesas do SNI com a imprensa

Esta relação era especialmente cuidada no tocante à imprensa regional, quer através da concessão de subsídios, quer pelo recrutamento de uma equipa de colaboradores, que se procurava constantemente ampliar, e a quem caberia a tarefa de fornecer artigos de natureza vária, mas essencialmente de carácter político. Do Arquivo Fotográfico, criado em 1938, saíam fotografias e gravuras para essa imprensa, mas também, e sobretudo, para as constantes solicitações para revistas e livros sobre Portugal que o Secretariado recebia.

Verifica-se ainda, no respeitante à distribuição das verbas dos orçamentos do Secretariado, a presença de duas áreas que assumem um peso expressivo: o das actividades culturais e o das actividades turísticas, intimamente relacionadas:

DESPESAS COM ACTIVIDADES CULTURAIS						
RUBRICA	ANOS					
	1944	1945	1946	1947	1948	1949
Exposições	126 000\$00	300 000\$00	220 000\$00	100 000\$00	250 000\$00	250 000\$00
Bailados Verde Gaio	380 000\$00	700 000\$00	700 000\$00	750 000\$00	900 000\$00	900 000\$00
Cinema	700 000\$00	800 000\$00	800 000\$00	1 000 000\$00	1 500 000\$00	1 500 000\$00
Teatros Ambulantes	————	400 000\$00	500 000\$00	400 000\$00	500 000\$00	500 000\$00
Cinema Ambulante	————	280 000\$00	320 000\$00	400 000\$00	350 000\$00	350 000\$00
Prémios Literários e Artísticos	61 000\$00	61 000\$00	95 000\$00	115 000\$00	115 000\$00	115 000\$00

(Fonte: ANTT/SNI, cxs. 662, 780, 4311)

Quadro 5: Despesas do SNI com actividades culturais

DESPESAS COM ACTIVIDADES TURÍSTICAS						
RUBRICA	ANOS					
	1944	1945	1946	1947	1948	1949
Revisão de hotéis	110 000\$00	170 000\$00	200 000\$00	230 000\$00	250 000\$00	260 000\$00
Benefícios nas pousadas de turismo	80 000\$00	200 000\$00	310 000\$00	300 000\$00	270 000\$00	220 000\$00
Despesas com as pousadas do SNI	20 000\$00	—	50 000\$00	60 000\$00	110 000\$00	120 000\$00
Postos fronteiriços e de informações	50 000\$00	200 000\$00	250 000\$00	370 000\$00	370 000\$00	170 000\$00
Concursos turísticos	25 000\$00	100 000\$00	100 000\$00	100 000\$00	100 000\$00	100 000\$00
Subsídios para melhoramentos turísticos	30 000\$00	100 000\$00	140 000\$00	220 000\$00	180 000\$00	100 000\$00
Propaganda e publicidade turísticas	40 000\$00	60 000\$00	60 000\$00	60 000\$00	100 000\$00	100 000\$00

(Fonte: ANTT/SNI, cxs. 662, 780, 4311)

Quadro 6: Despesas do SNI com actividades turísticas

Da análise dos quadros destaca-se, desde logo, o investimento avultado feito no cinema, através dos cinemas ambulantes, uma das primeiras iniciativas do Secretariado, dos prémios então criados, e da representação do país em manifestações internacionais (mostras e festivais de cinema e congressos) mas, sobretudo, pelo *Jornal Português*, o primeiro magazine de actualidades cinematográficas em Portugal, produzido entre 1938 e 1951 por António Lopes Ribeiro e financiado pelo Secretariado⁴⁷. Tal era justificado, em nota apensa ao projecto de orçamento para 1949, desta forma: “Tudo o que se relaciona com o Cinema é muito dispendioso, porém, as despesas feitas são largamente compensadas por ser por esta via que os factos e acontecimentos que se vão desenrolando na vida portuguesa ficam

⁴⁷Embora de frequência mensal, o *Jornal Português* teve apenas 95 edições, numa média anual de cerca de sete números. Foi, a par da rádio, um importante veículo de propaganda da ideologia do Estado Novo. Isto porque a temática central deste magazine foi o próprio regime, registando-se manifestações de apreço a Salazar, comemorações de efemérides e das datas importantes para o Estado Novo, desfiles e festas militares e cerimónias religiosas, além de inaugurações de obras públicas. Como nos diz Maria do Carmo Piçarra (2006), Salazar, Carmona, o Cardeal Cerejeira, o Exército, a Marinha, a G.N.R. ou a Legião e Mocidade Portuguesas eram os actores principais do *Jornal Português*, para um cidadão que assistia à distância às celebrações e realizações do regime. Atingido pela mudança que o final da II Guerra Mundial tinha ocasionado, passou a dirigir a sua atenção para o progresso e a recuperação financeira, noticiando empresas como a C.U.F., os irmãos Melo ou a C.P., mostrando inaugurações de hospitais e barragens. Foi extinto em 1951, quando José Manuel da Costa assumiu a direcção do Secretariado, substituído, dois anos depois, pela revista cinematográfica *Imagens de Portugal*, que perdurou até 1970, tendo produzido 449 números.

registados para o futuro”⁴⁸. A este magazine cinematográfico juntavam-se os documentários realizados pelo Secretariado, “pequenos filmes quer panorâmicos, quer culturais, que se prestem a ser exibidos nas escolas, hospitais, quartéis, etc., e ainda que possam ser cedidos para o estrangeiro mostrando os nossos monumentos, aspectos da nossa terra, seus usos, costumes, artes regionais”⁴⁹. Estes filmes eram considerados essenciais como instrumentos de propaganda política no exterior e, ainda, como fonte de informação turística sobre Portugal, agora que este tinha “passado a ser considerado um país de grande interesse para o turismo”, defendendo-se que “nenhuma propaganda surtirá mais efeitos do que aquela que for feita pelo Cinema”⁵⁰.

Quanto às exposições, estas foram desde cedo uma das mais fortes apostas do Secretariado, como ficava expresso na publicação que resumia a sua actividade ao longo de 25 anos, entre 1933 e 1958: “Nunca o Secretariado Nacional da Informação se alheou desse movimento de realizações nacionais que, desde 1926, provocou e continua constantemente a provocar uma profunda e sadia modificação das gentes e terras portuguesas”, entendendo que “não só se não tem alheado como, por todos os meios ao seu alcance, tem procurado através de brevíssimos e ligeiros apontamentos ou vastas recapitulações, mostrar aos portugueses as vivas realidades que em 28 de Maio de 1926, todos desejavam, mas muitos julgavam impossível que algum dia existissem em Portugal” (SNI, 1958: 50-51). Neste sentido, e decorrente da passagem do organismo para a nova sede, no Palácio Foz, que dispunha de um estúdio amplo, “digno das funções que lhe competem” e mais propício à realização de “uma série de Exposições visitadas por algumas dezenas de milhares de pessoas”⁵¹, os valores gastos com esta rubrica subiram depois de 1947, no intuito declarado de intensificar este tipo de acções. A razão era simples: o valor propagandístico e educativo do modelo expositivo era elevado. A esta forma de propaganda caberia a tarefa de mostrar “toda uma série de imagens esclarecedoras do muito que se tem feito, das razões que o determinaram e das circunstâncias que o condicionaram” (SNI, 1958: 51). Torna-se evidente que o discurso pouco tinha mudado desde 1933: continuava-se a falar do desejo de “reaportuguesar Portugal”, por um lado, e da necessidade, por outro, de “dar contas ao País inteiro do que poderia ser esquecido de alguns, e ignorado de outros” (SNI, 1958: 51). Assim se entenderia a exposição 25 Anos no Governo da Nação, que “se limitou a colocar objectivamente, frente à consciência portuguesa, um conjunto de indiscutíveis realizações que determinaram a nossa posição

⁴⁸ ANTT – Secretariado Nacional da Informação, *Projecto do orçamento para o ano económico de 1949*, cx. 4311, 9.12.1948, p. 20.

⁴⁹ ANTT – Secretariado Nacional da Informação, *Projecto do orçamento para o ano económico de 1949*, cx. 4311, 9.12.1948. 20.

⁵⁰ ANTT – Secretariado Nacional da Informação, *Projecto do orçamento para o ano económico de 1949*, cx. 4311, 9.12.1948, p. 20.

⁵¹ ANTT – Secretariado Nacional da Informação, *Projecto do orçamento para o ano económico de 1948*, cx. 4311, 18.12.1947, p. 18.

actual” ou mesmo uma mostra de cariz (aparentemente) cultural, como foi a dos 30 Anos de Cultura Portuguesa, apresentada como permitindo compreender o que, no campo espiritual, pensadores e artistas “puderam realizar nestes anos de paz nas ruas e nas consciências” (SNI, 1958: 51-52).

Por fim, a questão turística, núcleo central da política do SPN (muito embora só em 1940 os Serviços de Turismo tenham transitado para a sua tutela) e, depois, parte integrante do SNI, inclusive na própria designação do organismo. Um dos destaques é o investimento na criação e instalação de postos fronteiriços e de informações, começando em 1939 com o posto de Vilar Formoso, e seguindo-se os dos aeroportos de Lisboa (Portela e Cabo Ruivo), das fronteiras em Vila Real de Santo António, em 1949, e em Caia-Elvas, em 1950, e das estações marítimas de Alcântara e da Rocha do Conde de Óbidos, igualmente em 1950; a isto se acrescentavam as Agências de Turismo do Secretariado no Palácio Foz e na Delegação do Porto⁵². Para o organismo, estas eram as ‘salas de espera’ perfeitas, onde os turistas eram recebidos tendo em mente a frase de Salazar: “Somos demasiadamente honestos e pobres para comprar consciências: preferimos conquistá-las” (SNI, 1958: 109).

Neste sentido, o da encenação deste Portugal que assim se oferecia ao exterior, revelou-se crucial o papel desempenhado pelas brigadas técnicas de assistência e inspecção, que percorriam o país vistoriando hotéis, pensões, e outros estabelecimentos hoteleiros privados, de forma a cuidar da necessária imagem de bom gosto e higiene que permitisse continuar a atrair os turistas. Assim, ajuizavam “das suas condições de funcionamento e notifica[vam] os industriais das beneficiações a fazer para serem eliminadas as deficiências mais flagrantes”; prestavam “assistência técnica, pois sem ela nem sempre é possível elevar o nível dos estabelecimentos”, desde “sugestões e conselhos quanto à modernização e forma de beneficiar as instalações, os serviços e a exploração, valorizando o estabelecimento no seu conjunto”, ao “fornecimento de desenhos e esboços quer para beneficiação do mobiliário e decoração quer das instalações”, até à “cooperação na execução de obras ou de melhoramentos”, compreendendo a “entrega de mobiliário, objectos decorativos, ou a execução de pequenas obras, sob a condição dos industriais executarem os planos que lhes são fornecidos”⁵³. Na anteriormente mencionada publicação sobre os 25 anos de actuação do organismo, é indicado que se gastaram cerca de 1 000 000\$00 na assistência a aproximadamente 197 estabelecimentos e que as inspecções efectuadas ultrapassaram as 15 000 (SNI, 1958: 102).

Em 1968, a extinção do SNI e a criação da Secretaria de Estado da Informação e Turismo apenas reforçou a tendência que se observou: no crescimento do número de funcionários, que em 1970

⁵² ANTT – Secretariado Nacional da Informação, *Elementos acerca da actividade desenvolvida pelo Secretariado desde a sua criação em 25 de Setembro de 1933, trabalho organizado em conformidade com o despacho de Sua Excelência o Ministro da Presidência de 22 de Novembro de 1952*, cx. 4006 [1952], p. 43.

⁵³ ANTT – Secretariado Nacional da Informação, *Elementos acerca da actividade desenvolvida pelo Secretariado desde a sua criação em 25 de Setembro de 1933, trabalho organizado em conformidade com o despacho de Sua Excelência o Ministro da Presidência de 22 de Novembro de 1952*, cx. 4006 [1952], p. 46-47.

era de 160⁵⁴, e no conseqüente reforço da dotação orçamental do organismo. Conseguiu-se listar, embora de forma fragmentária e lacunar, os principais funcionários do organismo neste período:

SECRETARIA DE ESTADO DA INFORMAÇÃO E TURISMO (1968-1974)	
Director	César Moreira Baptista (1968-1973) Pedro Feytor Pinto (1973-1974)
Secretaria-Geral	?
Direcção-Geral da Informação	António Caetano da Luz de Carvalho (1965-1969) Alberto Represas (1969-?) Clemente Rogeiro (?) Pedro Geraldês Cardoso (?)
Direcção-Geral do Turismo	Manuel Avillez (1969-1970) António Caetano da Luz de Carvalho (1970-Março1974)
Direcção-Geral da Cultura Popular e Espectáculos	António Caetano da Luz de Carvalho (1969-1970)

Quadro 7: Quadro de pessoal da SEIT

Considero que esta é uma das lacunas deste trabalho e decorre das limitações descritas desde o início do relatório: a impossibilidade de realizar longas temporadas em arquivos impediu-me de explorar os fundos – dispersos, lacunares, extraviados mas, sobretudo, de enorme dimensão – como gostaria, e de tentar encontrar mais e melhores dados sobre a Secretaria. Assim, e face a estes constrangimentos, optei por tratar os dados existentes de forma ‘telegráfica’ e aqui apresentá-los. De qualquer forma, do que se sabe, a intervenção da Secretaria parece mostrar alguma continuidade relativamente ao organismo seu antecessor, como se poderá constatar nos capítulos que se seguem.

2.2 Os directores: perfis e actuação

De forma muito característica do modo de actuação do regime, este organismo, ao longo dos seus 41 anos de existência, viu sucederem-se apenas quatro directores, homens muito diferentes entre si. No carácter e personalidade, na formação académica e na carreira que desenvolveram: António Ferro (1933-1944 e 1944-1949), José Manuel da Costa (1951-1955), Eduardo Brazão (1955-1958) e César Moreira Baptista (1958-1968 e 1968-1973). Em 1950, era criado o cargo de ministro de Presidência, pensado para coadjuvar na coordenação interministerial e no despacho dos serviços administrativos, que passava a ter sob a sua tutela o Secretariado, facto que alterou igualmente a lógica interna deste aparelho de Estado. No período em análise, foram três os ministros da Presidência, que

⁵⁴ ANTT – Secretariado Nacional da Informação, *Relação de colaboradores-remunerações*, cx. 2044, 23.4.1970.

influenciaram de formas muito diversas o Secretariado e, depois, a Secretaria: João Pinto da Costa Leite [Lumbrales] (1951-1955), Marcello Caetano (1955-1958) e Pedro Teotónio Pereira (1958-1961).

Nesta secção, procura-se apresentar uma análise diacrónica do Secretariado/Secretaria, através dos seus directores, clarificando, quanto a cada um, o seu perfil – carreira académica, profissional e política – bem como as principais linhas condutoras estabelecidas para o(s) organismo(s) que dirigiram. Com estes dados, e tal como disse, em parte fica colmatada a ausência de dados sobre a SEIT.

O primeiro director do Secretariado, então da Propaganda Nacional, foi António Joaquim Tavares Ferro (1895-1956). Figura incontornável do Estado Novo, constitui uma das suas personagens mais complexas, paradoxais e marcantes. Para Luís Reis Torgal, foi um dos “intelectuais orgânicos” do regime, isto é, um homem que “relaciona a sua visão da sociedade e da política com as suas escolhas culturais e estéticas” (2005: 240).

No que diz respeito aos directores deste organismo, só António Ferro foi ainda alvo de estudos bio-ideográficos, em obras que estudam esta personagem a nível do seu contexto político⁵⁵, da sua acção cultural nos anos de 1920, enquanto jornalista, crítico teatral e homem das letras⁵⁶, ou do percurso político-cultural no regime estadonovista⁵⁷. Outros abordaram-no num registo memorial⁵⁸, mas também em estudos de carácter essencialmente sintético e antológico⁵⁹.

António Ferro tornou-se director do Secretariado na sequência de um conjunto de cinco entrevistas que fez, em 1932, ao recém-nomeado presidente do Conselho, Oliveira Salazar, publicadas nesse mesmo ano no *Diário de Notícias*. É uma história bem conhecida. Tal como o era o jovem de 38 anos. Ferro destacara-se já na vida pública portuguesa como literato, primeiro, e como jornalista, depois. Estas duas profissões, além de lhe granjearem notoriedade pública, deram-lhe as ferramentas e o entendimento para perceber como moldar (construir?) uma determinada realidade, uma imagem do país, mas também (ou sobretudo?) do regime e do seu ditador.

Viveu, como referido, uma juventude de pendor literário, numa multiplicidade de registos, da poesia, conferência, novela e conto ao teatro e ao manifesto, inaugurada oficialmente com o livro *Missal de Trovas* (1912), e continuada com a obra *Teoria da Indiferença* (1920), o romance *Leviana* (1921), o manifesto modernista *Nós* (1921) e a peça dramática *Mar Alto* (1924). Viveu esta etapa da sua vida, como o colocou António Rodrigues, “com todos os sentidos nos mais variados acontecimentos da hora que passa” (1995: 116). Deste período, o acontecimento comumente mais invocado é a sua

⁵⁵ Leal, 1994; Zúquete, 2005; Adinolfi, 2008.

⁵⁶ Rodrigues, 1995.

⁵⁷ Guedes, 1997; Guerra, 2002; Rosmaninho, 2008.

⁵⁸ Quadros, 1963 e Ferro; Ferro, 1999.

⁵⁹ Henriques 1990 e Acciaiuoli, 2013.

relação com Fernando Pessoa e Mário de Sá-Carneiro, que permitiria considerá-lo personagem de primeira linha do Modernismo português, de que foram figuras-chave, além dos já mencionados Sá-Carneiro e Pessoa, Santa-Rita Pintor e Almada Negreiros. Como José Barreto (2011) demonstrou, esta ligação à geração d' *Orpheu* foi superficial e breve: sendo certo que foi editor dos dois únicos números da revista, a escolha ter-se-ia baseado na sua menoridade, o que o tornaria legalmente inimputável. Ferro não terá contribuído com qualquer trabalho, nem como autor, nem em outra função. Em Julho de 1915, desligar-se-ia publicamente da revista por razões políticas e proibiu que o seu nome figurasse como editor. Aí terá terminado a sua aventura com o grupo.

Em 1913, inscreveu-se no curso de Direito na Universidade de Lisboa, mas abandonou-o em 1918 sem concluir, para se dedicar a uma outra paixão: a de jornalista. Trabalhou, como repórter político e cultural, para alguns dos maiores jornais nacionais, como *O Século* (1920), o *Diário de Lisboa* (1921-1922) e o *Diário de Notícias* (1923-1933). Tornou-se conhecido sobretudo pelas suas entrevistas a um conjunto eclético de personalidades internacionais bem conhecidas⁶⁰. Estas entrevistas e outras peças jornalísticas foram reunidas em obras como *Viagem à Volta das Ditaduras* (1927), *Praça da Concórdia* (1929), *Novo Mundo, Mundo Novo* (1930), *Hollywood, Capital das Imagens* (1931) ou *Homens e Multidões* (1941).

Ferro foi um entusiasta de heróis, como Gabriele d'Annunzio, cuja conquista de Fiume e consequente declaração como cidade livre cobriu para o jornal *O Século*, em 1920. Foi igualmente um admirador de ditadores. Em particular de Benito Mussolini, a quem entrevistou por três vezes, vendo-o como o grande mestre da política moderna. Sentia-se atraído pelos aspectos estéticos do fascismo italiano, aspectos esses que permitiram moldar a sua concepção de povo: “O povo que me interessa é o povo que ilumina as ruas, que transforma as cidades em alegres presépios, o povo carinhoso e bom das humildes ocupações, o povo-menino que não tem cultura, que não tem inteligência” (Ferro, 1927: 117). Esta atracção pelas direitas nacionalistas e autoritárias que na década de 1920 despontavam no continente europeu corporizou-se na ânsia, como outros da sua geração, por uma refundação da República, através de um regime de força, de tipo autoritário. Ao melhor estilo sebastianista, procurava um salvador da pátria. Quando conheceu Salazar, Ferro era um homem viajado, cosmopolita, *bon vivant*, que via a política como aventura e exaltação: “As paradas, as festas, os emblemas, e os ritos são necessários, indispensáveis, para que as ideias não caiam no vazio, não caiam no tédio” (Ferro, 2003 [1933]: 221). Assumiu-se como o *metteur en scène* de que Salazar necessitava para a (re)construção de uma

⁶⁰ Apenas para referir algumas: o papa Pio XI e o cardeal Gasparri, chefe da diplomacia do Vaticano, o rei Afonso XIII de Espanha, os marechais Pétain e Foch, escritores e intelectuais como Jean Cocteau, Valle-Inclan, Ortega y Gasset e Miguel Unamuno, o industrial Citroën, o diretor do jornal *Figaro* ou a cantora e atriz parisiense Mistinguett.

consciência nacional de acordo com o novo regime⁶¹. Ou, nas palavras de Ferro, para a construção da grande fachada da nacionalidade (Ferro, 2003 [1933]).

Este propósito concretizou-se através de uma política de fomento cultural – a “Política do Espírito”⁶². Tratava-se de um sistema coordenado de estímulos e protecção estatal às artes, num país onde nunca existira um organismo público de apoio à cultura. A “Política do Espírito”, transposição para a vida nacional da visão de Mussolini quanto ao poder e à função da arte no Estado, apoiava, promovia e utilizava a criação e produção artísticas nas suas diferentes disciplinas, da literatura e música à escultura, da arquitectura à pintura, passando pelo cinema e teatro mas, também, pelas artes decorativas e pelo *design*, instaurando um novo paradigma gráfico e estético, simultaneamente tradicionalista e modernista, cosmopolita e nacionalista. É o paradigma que rege todo o seu ‘consulado’ quer na fase de 1933 a 1944, no SPN, quer já com o SNI, entre 1944 e 1949. É por esta razão que se optou aqui por não distinguir na sua acção o que pertence a cada uma das fases, já que esta se estabeleceu num contínuo de pensamento e acção.

Assim, em traços gerais, Ferro desenvolveu a sua acção em torno de três vectores – as artes, a cultura popular e o turismo –, através de uma pluralidade de iniciativas.

Artisticamente, o Secretariado procurou romper com o gosto oitocentista ainda prevalecente nos meios oficiais, em particular através das Exposições de Arte Moderna, realizadas anualmente entre 1935 e 1951. A importância destas exposições prende-se com a sua regularidade, pioneirismo e impacto na vida artística nacional, ao contrariarem o tradicionalismo naturalista que dominava os Salões da Sociedade Nacional de Belas Artes. Todavia, aos jovens artistas modernistas, contemplados por esta política de estímulo de Ferro, pedia-se que revelassem “maior inquietação”, mas dentro dos limites dum “indispensável equilíbrio” (Ferro, 1949: 17), equilíbrio que seria condição necessária e definidora da arte que se disponibilizava a aceitar. Neste âmbito, deve destacar-se ainda o desenvolvimento de linhas editoriais próprias, assentes na estética modernista, como a *Panorama, Revista Portuguesa de Arte e Turismo* (1941-1974) e a *Atlântico, revista luso-brasileira* (1942-1950), a promoção de exposições sectoriais de desenho, de arte cenográfica e figurinos, de ilustradores e de artes decorativas, e o estabelecimento de um programa de prémios na literatura, no cinema, no teatro e nas artes plásticas, que consagravam os autores que o regime considerava mais adequados aos seus princípios e valores.

⁶¹ Numa carta a Ferro, Leitão de Barros, amigo íntimo e colaborador em diversas iniciativas do Secretariado, escrevia: “O próprio Salazar, sem você, é como um belo quadro a que [...] se tirasse a moldura” (FAQ – Fundo António Ferro/Fernanda de Castro, *Carta de Leitão de Barros a António Ferro*, cx. 0004, 28.1.1950, p. 2). Estas palavras elucidam sobre o papel que Ferro desempenhou ao serviço do Estado Novo e do seu presidente do Conselho.

⁶² Denominação inspirada por uma conferência com o mesmo título do poeta francês Paul Valéry, na Université des Annales, em 1933, intitulada *La politique de l'esprit, notre souverain bien*.

No campo da cultura popular, surgiu em 1935 o Cinema Ambulante; um ano depois o Teatro do Povo e, em 1945, as Bibliotecas Ambulantes, iniciativas dirigidas essencialmente às aldeias, que tinham como funções primordiais educar e formar. Para as elites, criaram-se estruturas artístico-culturais que procuravam difundir a cultura popular como entendida pelo regime: a companhia de bailados Verde Gaio, fundada em 1940, com um modelo coreográfico alicerçado no folclore, símbolo da estética nacionalista desejada⁶³, e o Museu de Arte Popular (MAP), inaugurado em 1948, destinado a mostrar Portugal aos Portugueses. Para o efeito aproveitou-se o espaço físico da Secção de Etnografia Metropolitana criada pelo Secretariado para a Exposição do Mundo Português, em 1940. O Secretariado organizou igualmente diversas exposições de arte popular, tanto a nível nacional – de colchas de noivado de Castelo Branco (1942), de tapetes de Arraiolos (1943 e 1946), do traje regional de Viana do Castelo (1945) ou de presépios (1947) – como internacional, em Genebra (1935), Londres (1939), Madrid (1943), Valência ou Sevilha (ambas em 1944). Neste sector, o regime, por intermédio do Secretariado, assumiu um discurso folclorista que nada mais era do que uma continuação da campanha empreendida pelos etnógrafos da I República. Um movimento em que aspectos seleccionados da cultura e da arte populares – danças, cantares, trajes, objectos diversos – sofreram um processo de depuração das suas ‘imperfeições’, sendo depois alvo de uma estilização e estetização eruditas, de raízes modernistas, empreendida pela equipa de artistas ao serviço do Secretariado.

Por fim, e no que ao turismo diz respeito, uma parte das ideias de Ferro concretizou-se por intermédio da “Campanha do Bom Gosto”, colocada em marcha a partir de 1940, no seguimento das Comemorações Centenárias então realizadas e da tutela do turismo assumida pelo Secretariado.

Constituiu uma iniciativa cultural cujo propósito assumido era o de criar uma nova consciência imagética entre os portugueses, aprimorando os padrões estéticos da sociedade. O bom gosto tornou-se, doravante, sinónimo de ‘reaportuguesamento’ e de combate à ‘desnacionalização’. Era a concretização do desejo de Ferro, de “um Portugal desempoeirado, um Portugal de alma antiga e de sensibilidade nova” (1943: 17). As iniciativas compreendidas nesta Campanha foram múltiplas e multifacetadas, com a intervenção em espaços como hotéis, restaurantes, lojas, nos aspectos exteriores do enquadramento da arquitectura, das estradas, das estações de caminho de ferro, publicidade, livros, jardins e edifícios públicos, repartições do Estado, etc. Assumiram duas configurações primordiais: os

⁶³ Nela participaram, a convite do Secretariado, um grupo heterogéneo de artistas, desde bailarinos e músicos a pintores, decoradores, figurinistas e poetas (homens e mulheres como o maestro Ivo Cruz, os compositores Rui Coelho, Frederico de Freitas e Jorge Croner de Vasconcelos, os artistas plásticos Bernardo Marques, Estrela Faria, José Barbosa, Maria Keil e Paulo Ferreira, os escritores Fernanda de Castro, Adolfo Simões Müller e Carlos Queirós), unidos por um ideal comum, o de criar uma companhia de dança notoriamente portuguesa, com argumentos de autores portugueses, baseados em lendas, canções e hábitos nacionais.

concursos e as festas⁶⁴. Destes, podem destacar-se o concurso da Aldeia mais Portuguesa de Portugal (edição única em 1938), os concursos de Montras (de estabelecimentos comerciais)⁶⁵, das Estações Floridas (de caminhos de ferro)⁶⁶, das Janelas Floridas⁶⁷, das Tintas e Flores (para melhorar o aspecto paisagístico das povoações adjacentes às estradas nacionais)⁶⁸, dos Ranchos Folclóricos, das Praias do Norte de Portugal⁶⁹, dos Bairros Económicos⁷⁰, da Casa Panorama (modelos para casas de fim de semana)⁷¹. Quanto às festas, sobressaem as Marchas Populares, em Lisboa, e as Festas do Maio Florido, no Porto.

Nesta área de actuação do Secretariado, pode e deve ainda destacar-se a criação de postos fronteiriços (o primeiro dos quais foi o de Vilar Formoso, já referido) que funcionavam duplamente como postos de controlo de tráfego e como postos turísticos, decorados com a arte popular portuguesa que, nesse caso, tinha função de cartaz de boas vindas, as Brigadas Hoteleiras, que providenciavam ajuda, melhoramentos e soluções decorativas delineadas por aquele organismo em hotéis, pensões e restaurantes, e a rede de sete Pousadas de Turismo (inauguradas entre 1942 e 1948), onde o mobiliário e a gastronomia regionais funcionavam como factores diferenciadores. Maquilhando a realidade, servindo-se do modernismo, o objectivo era claro: criar um país de bilhete-postal, nas palavras de Margarida Acciaiuoli (2013), transformando Portugal num destino turístico familiar para nacionais e estrangeiros, imaculado, pitoresco e idílico.

A radiodifusão e o cinema constituíram-se igualmente como meios indispensáveis à prossecução da missão do Secretariado. Em 1941, Ferro tornou-se presidente da Emissora Nacional, a rádio estatal, integrando este sector na estratégia de propaganda do organismo que dirigia, procedendo desde logo a um ‘aportuguesamento’ dos programas. Em paralelo, o Secretariado possuía uma Secção de Cinema – fazendo parte dos seus quadros artistas plásticos como Carlos Botelho, António Soares ou Bernardo Marques – que produziu inúmeros documentários, essenciais para a construção do que Luís Reis Torgal designa de “memória histórica do Estado Novo” (1996: 303). Ferro chegou mesmo a colaborar no argumento do filme *A Revolução de Maio*, realizado por António Lopes Ribeiro, sob o

⁶⁴ Quer os concursos quer as festas eram entendidos igualmente por Ferro como forma de criar a necessária homogeneidade da imagem do Portugal por ele idealizado, instrumentos para “ir retocando, pouco a pouco [o país], dando-lhe a tonalidade, a graça e a frescura de uma aguarela viva” (Ferro, 1949: 40). Acções de cosmética, portanto, para embelezar o país.

⁶⁵ De 1941 a 1950 em Lisboa e, no Porto, de 1945 a 1952.

⁶⁶ De 1941 a 1962, ao que se conseguiu apurar.

⁶⁷ Em Lisboa, de 1940 a 1956 (?); no Porto, como concurso de janelas floridas ou sacadas ornamentadas, de 1945 a 1947 (?).

⁶⁸ Edição única, em 1945.

⁶⁹ Ver capítulo 3.

⁷⁰ Ver capítulo 3.

⁷¹ Que se realizou apenas em 1943.

pseudónimo de Jorge Afonso. Deveu-se-lhe ainda a Lei de Protecção ao Cinema (1948), que criou a Cinemateca e o Fundo do Cinema Nacional, cujas verbas se destinavam à produção de filmes, desde que fossem representativos daquilo que era entendido pelo regime como o ‘espírito português’.

A nível externo, a participação em exposições internacionais revelou-se fundamental, permitindo difundir a imagem de uma nação simultaneamente moderna e tradicional, de ordem e equilíbrio, recuperada de anos de tumultos e instabilidade graças a Salazar. Neste sentido, tiveram especial relevo os pavilhões portugueses nas exposições de Paris (1937) e de Nova Iorque e S. Francisco (1939), da autoria do Secretariado e da sua equipa de artistas-decoradores. Ferro promoveu ainda activamente as relações culturais com o estrangeiro, tendo-se deslocado ao Brasil em 1941, e assinado, com Lourival Fontes, director do Departamento de Imprensa e Propaganda, o Acordo Cultural Luso-Brasileiro, de que resultou a criação de uma Secção Brasileira no Secretariado, que procurava divulgar junto dos portugueses que viviam no Brasil a realidade da política do Estado Novo.

Sinteticamente: de 1933 a 1943/1944, “anos que marcam a existência legal e pleno funcionamento do SPN”, são publicadas cerca de 115 obras, realizadas 4 grandes exposições em território nacional, filmadas 114 curtas-metragens e concretizadas 81 exposições, de pintura, escultura e fotografia (Paulo, 1994: 81).

A 7 de Novembro de 1949, António Ferro era nomeado ministro de Portugal em Berna. Esta saída do Secretariado marcava o fim de um ciclo de vida do regime. Sobre ela muito se especulou⁷². Em Janeiro de 1950, Ferro resumia o seu percurso político no Secretariado numa frase esclarecedora quanto às oposições com que se tinha deparado: “Combati, sem dúvida, mas fui combatido, claramente ou na sombra, sobretudo na sombra, durante muitos anos”⁷³. Como seria de esperar, a remodelação do Secretariado em 1944 não eliminou os ataques de que Ferro era alvo: por parte da oposição, certamente, mas em especial pelos próprios conservadores no interior do regime, que nunca se inibiram de criticar o organismo de propaganda nem o perfil do seu director, em particular a sua reputação de vanguardista⁷⁴. Sobretudo, as mudanças ocorridas internacionalmente depois do final da II Guerra

⁷² A saída do Secretariado continua envolta em polémica e discussão por parte dos historiadores. Para uma compreensão da multiplicidade de interpretações, ver Ribeiro, 2014 e Victorino, 2018.

⁷³ FAQ – Fundo António Quadros/Fernanda de Castro, *Discurso pronunciado pelo senhor António Ferro na homenagem pública que lhe foi prestada no SNI em 06/01/1950*, cx. 016B, 6.1.1950, p. 3.

⁷⁴ São bem conhecidos os conflitos e dificuldades de relacionamento de Ferro com Henrique Galvão (com destaque no período em que este último foi director da Emissora Nacional), o coronel Arnaldo Ressano Garcia, presidente da Sociedade Nacional de Belas Artes (que nunca se coibiu de atacar directamente o modernismo de Ferro), com Ferreira Dias Júnior, grande impulsionador da industrialização do país, e ministro da Economia entre 1958 e 1962 (que atacou publicamente as políticas folcloristas de Ferro, considerando-as como responsáveis por uma imagem externa de Portugal como país pobre e atrasado) ou mesmo Marcello Caetano, que teve um relacionamento nem sempre pacífico com Ferro.

Mundial significavam que a política personificada por Ferro já não se encaixava neste novo Estado Novo.

A sua saída deixava também um vazio. Difícil de preencher, apesar dos esforços de Ferro para encontrar o seu sucessor⁷⁵. Será António Eça de Queiroz, até aí o braço direito de Ferro no Secretariado, a assumir o cargo de director interino, em 1950, limitando-se a prosseguir a sua obra.

A 3 de Março de 1951, José Manuel da Costa assumiu o cargo. A partir deste momento, iniciava-se uma verdadeira mudança nos objectivos e acção do Secretariado. Expectável, dado o seu perfil.

O novo secretário nacional era um homem com uma formação e uma carreira muito diferentes das de Ferro. Formado em Direito e em Filologia Românica, José Manuel da Costa ingressou na carreira docente, graças ao curso do Magistério Liceal da Escola Normal Superior de Lisboa⁷⁶. Foi este percurso na docência que o fez destacar-se a ponto de ocupar a posição de secretário-adjunto do Instituto para a Alta Cultura. A nível político, foi membro dos Serviços de Formação Nacional da Mocidade Portuguesa, dos Serviços de Acção Social da Legião Portuguesa e da Comissão Administrativa da FNAT, chefe do gabinete do ministro da Educação Nacional, Carneiro Pacheco, e deputado à Assembleia Nacional. Todavia, o facto de ter sido colaborador directo e íntimo de Salazar durante sete anos, desde 1944, como chefe de gabinete, terá sido o que o levou ao cargo de director do Secretariado⁷⁷. Aliás, a fidelidade e devoção a Salazar aparentam ser os únicos traços que partilhava com António Ferro⁷⁸.

⁷⁵ Sobre este assunto, da sua substituição, escreveu Ferro uma missiva dirigida a Salazar, datada de Julho de 1950: “Não sei se Vossa Ex.^a já tomou alguma deliberação sobre o meu substituto definitivo. Mas tenho pensado [...] que talvez o Eça pudesse ficar se Vossa Ex.^a nomeasse para a Presidência o tal ministro sem pasta que aliviaria o grande peso de trabalho que Vossa Ex.^a chamou a si [...]. Se esse ministro fosse uma pessoa que sentisse o problema da propaganda poderia ser praticamente o director do organismo ficando o Eça com o título de Secretário Nacional e como um executor que cumpriria as instruções que lhe viessem de cima” (*apud* Ferro, 2016: 381). Todavia, no seu livro sobre António Ferro, o jornalista Orlando Raimundo refere que o director do Secretariado teria sugerido a Salazar o seu amigo de longos anos, Leitão de Barros, para o substituir (Raimundo, 2015).

⁷⁶ No campo da educação, José Manuel da Costa foi, sucessivamente, professor nos liceus Pedro Nunes e Gil Vicente, na Escola Industrial Marquês de Pombal, em Lisboa, e no liceu Jaime Moniz, do Funchal; reitor dos liceus de Gil Vicente e de Viseu; leitor de Português na Sorbonne, em Paris; professor no Liceu Louis-le-Grand; professor de Cultura Portuguesa na Universidade de Madrid; foi ainda vogal do antigo Conselho Superior de Instrução Pública e do Conselho Permanente de Acção Educativa e inspector do ensino particular (Novo Secretário Nacional da Informação. *Notícias de Portugal*, n.º 200, 3.3.1951, p. 1).

⁷⁷ Depois da saída do Secretariado, foi ainda chefe de gabinete da Presidência do Conselho, director do *Diário da Manhã* – órgão do regime – e administrador por parte do Estado da Companhia Portuguesa Rádio Marconi.

⁷⁸ Como fica bem evidente nestas palavras: “Quem sempre traz consigo a indefinível emoção, a honra imerecida mas honra altíssima, de ter servido durante alguns anos na convivência diária, na confiança generosa, na respeitosa e quase sagrada intimidade do sr. Presidente do Conselho, nada mais tem a acrescentar às suas já de si

Ficou bem clara, desde o início, a sua distanciação ideológica em relação a Ferro e às suas concepções quanto ao organismo que agora dirigia. No discurso pronunciado no acto de posse, o novo director rendia a sua homenagem ao antecessor, comprometendo-se a não deixar “esmorecer o brilho do seu nome, a chama do seu entusiasmo e o exemplo do seu amor ao Secretariado Nacional de Informação”⁷⁹. Todavia, Manuel da Costa deixava também bem patente, neste discurso, as diferenças a nível de carácter e personalidade. Intitulando-se “crente, patriota, soldado da Revolução Nacional”, afirmava: “Nem os rumos da minha vida, nem o meu próprio feito e gostos pessoais me abriram algum dia a perspectiva – ou o desejo – de vir ocupar este posto de vanguarda”⁸⁰. *Crente, patriota e soldado*. Melhor profissão de fé era impossível. E maiores não poderiam ser as diferenças em relação a Ferro, cultivado nas artes, um espírito sensível, um intelectual com um plano. Manuel da Costa era o oposto: não propriamente um homem de ideias para o organismo, mas antes um executor de concepções alheias.

Por isso o seu discurso relativamente ao papel e função do Secretariado era esclarecedor; quase se pode dizer que o considerava 'perigoso', se não fosse dirigido convenientemente. Assim, para o novo director, este órgão era como que um “instrumento de governo delicado e complexo, discutido e combatido, facilmente julgável nas suas aparentes superficialidades e não menos facilmente condenável nos desvirtuamentos de orientação a que está sujeito”⁸¹. Desta forma, o novo secretário pretendia transformá-lo no “espelho fiel da *doutrina*, da *acção*, da *presença* de Salazar na vida e na alma da Pátria e símbolo exacto dos valores eternos da Nação”⁸².

Tornava-se evidente o rumo que o Secretariado iria agora tomar: José Manuel da Costa retornava ao conjunto de linhas de actuação que tinham sido fixadas para o organismo pelo discurso do presidente do Conselho, no ato inaugural, em 1933. O Secretariado deveria ser, novamente, um agente de uma “cruzada nacional”, como a entendia o “crente e patriota” que era Manuel da Costa: “Dele não deixaremos que saia pensamento, palavra ou acto que negue Deus, os preceitos da Igreja e as virtudes cristãs; que desfigure a imagem de Portugal confundindo o essencial da civilização e da cultura com o acessório das aparências brilhantes e enganosas”⁸³. Trata-se de um discurso de crise. Sobre uma crise: aquela que resultara da política personificada por Ferro. E um discurso crítico; profundamente crítico. Como afirma Artur Portela, este “é o discurso de Salazar, por interposto José Manuel da Costa, [com] um significado político preciso”; mais do que um discurso, “é um requisitório” (1982: 118).

bem minguadas ambições na vida pública” (O Secretariado será espelho fiel da doutrina, da acção e da presença de Salazar. *Diário de Notícias*, 2.3.1951. p. 1-2)

⁷⁹ Novo Secretário Nacional da Informação. *Notícias de Portugal*, nº 200, 3.3.1951, p. 4.

⁸⁰ Novo Secretário Nacional da Informação. *Notícias de Portugal*, nº 200, 3.3.1951, p. 2-3.

⁸¹ Novo Secretário Nacional da Informação. *Notícias de Portugal*, nº 200, 3.3.1951, p. 3.

⁸² Novo Secretário Nacional da Informação. *Notícias de Portugal*, nº 200, 3.3.1951, p. 3.

⁸³ Novo Secretário Nacional da Informação. *Notícias de Portugal*, nº 200, 3.3.1951, p. 3-4.

Para o novo secretário, a “Política do Espírito” gizada anteriormente por Ferro seria mais eficaz se radicada “no trabalho silencioso, lento, perseverante e fecundo da renovação da mentalidade nacional pela formação absorvente e apaixonada da juventude [...] com base sólida e voluntariamente firmada na escola e no livro, no exemplo, e na doutrina”⁸⁴. E logo em seguida começava o desmantelamento, ou a desacreditação, daquela política. No programa de elevação do nível cultural do país, a cultura popular foi considerada por José Manuel da Costa como área menor, sem eficácia real “por se nos afigurar vazia de conteúdo”, apresentando-se essa área, a que Ferro tanta ênfase tinha dado, “como se fosse de alguma sorte uma alegre e vistosa sumptuária de animação e festa, sem dúvida útil na medida em que deslumbrava e agradava à sensibilidade colectiva, mas [...] de eficácia duvidosa [...] na criação do escol representativo de uma época de ressurreição nacional e até na consciente consolidação do sistema moral, social e político [...] gerador dessa ressurreição”⁸⁵.

É, pois, com José Manuel da Costa, um funcionário público de carreira, que o Secretariado verdadeiramente entra no cinzentismo que passa a ser a tónica dominante da política cultural do regime. Como se viu, depois de 1945, o Estado Novo teve de se transformar, mesmo que de forma ilusória, face a um ideário que não conseguia agora gerar tão amplos consensos como no período anterior.

A partir de 1952 começaram a fazer-se sentir de forma clara modificações substanciais nas finalidades, estratégias e iniciativas culturais do Secretariado. Mais do que na criação artística e cultural, o novo director concentrou as suas energias sobretudo na melhoria da eficiência do sistema censório: no controle da informação veiculada pela comunicação social e na inspecção das actividades culturais. Tal justificará a criação, em 1952, da Comissão de Exame da Literatura e Espectáculos para Menores, “satisfazendo uma exigência há muito reclamada por sectores católicos, nomeadamente pelo Padre Moreira das Neves que a integrará, desde o início, como representante da Igreja Católica” (Fontes, s/d: s/p). Em 1948 e em 1950, respectivamente, tinham já sido criados na dependência do Secretariado os Fundos do Cinema Nacional e do Teatro Nacional; esta lógica do subsídio directo tornou-se em apenas mais uma forma de restringir a liberdade criativa. Em 1953, com a integração no Secretariado das Casas de Portugal, conquistou-se outro canal de controlo da propaganda política do regime além-fronteiras, facto especialmente importante se se considerar que os vários grupos de exilados políticos portugueses iam ganhando as boas graças da imprensa estrangeira.

Quanto ao turismo, foi perdendo grande parte da função ideológica que lhe tinha sido atribuída por Ferro, à medida que as preocupações económicas secundarizavam as de cariz político, considerando as divisas que gerava. E é ao serviço da promoção turística que a cultura popular passava

⁸⁴ Novo Secretário Nacional da Informação. *Notícias de Portugal*, nº 200, 3.3.1951, p. 2.

⁸⁵ Novo Secretário Nacional da Informação. *Notícias de Portugal*, nº 200, 3.3.1951, p. 2.

a ser entendida e utilizada, dirigindo-se às camadas urbanas, nomeadamente as de maior rendimento e instrução. Desta forma, depois da abertura do Museu de Arte Popular, em 1948 (obra de Ferro, portanto), o Secretariado de José Manuel da Costa não foi responsável por nenhuma outra iniciativa de carácter etnográfico, verificando-se um claro desinvestimento neste campo de actuação.

Mais ainda: assistiu-se a uma menorização das estruturas criadas pelo seu antecessor. Por um lado, o Teatro do Povo, criado em 1936, e remodelado em 1952, era extinto em 1955. A justificação para este acto soa a elogio fúnebre. Pois, se era tido como “meio interessante [...] de assegurar trabalho a alguns artistas dramáticos e de não deixar esquecer de todo fora dos grandes aglomerados urbanos, o valor do teatro como espectáculo e elemento de cultura”⁸⁶, considerava-se arrumado. Que havia cumprido a sua missão e que, através do Fundo do Teatro instituído em 1950, o subsídio ao teatro itinerante e experimental e o apoio material e artístico ao teatro amador supririam as necessidades que o Teatro do Povo até então tinha tentado satisfazer.

Por outro lado, outra das criações do Secretariado mais acarinhadas por Ferro, o grupo de bailados portugueses Verde Gaio, sofria mudanças substanciais: assente inicialmente num modelo coreográfico alicerçado no folclore, símbolo de uma estética nacionalista, dentro do novo cenário da propaganda oficial do organismo, o Verde Gaio foi reconvertido em companhia de bailado clássico e relegado para actuações sobretudo nas exposições realizadas pelo Estado Novo ou em que o país participava, como elemento decorativo: em 1953, na exposição realizada no Palácio Foz, sobre o Plano de Fomento; em Setembro de 1957, integrado na representação nacional na Feira de Lausanne e, no ano seguinte, como parte dos espectáculos de comemoração do dia de Portugal na Exposição Internacional de Bruxelas.

As exposições, recorrentemente utilizadas por Ferro, foram, provavelmente, das poucas formas de propaganda que se mantiveram. Mesmo assim, na linha da subserviência ao regime e ao seu líder. Um exemplo: em 1953, o Secretariado promoveu as comemorações do 25.º aniversário da entrada de Salazar para o Governo, com um conjunto alargado de eventos, destacando-se a Exposição-Documentário sobre os XXV Anos no Governo da Nação, realizada na Feira Popular de Lisboa, naquela que terá sido a maior exposição sobre a obra do regime depois da Exposição do Mundo Português, tornando-se o ponto alto destas comemorações. Inaugurada a 11 de Julho de 1953, foi organizada, entre outros, pelo jornalista Freitas da Costa e por Francisco d’Avilez, chefe da Secção de Exposições do Secretariado (Fontes, 1999).

Terão sido estas mudanças bruscas na inflexão que tinha sido dada ao Secretariado pelo seu ex-director o que levou António Quadros a escrever, em Maio de 1955, em carta dirigida ao seu pai, António Ferro, então ministro de Portugal em Berna: “O Secretariado actual, é muito triste dizê-lo, está

⁸⁶ *Diário do Governo*, I série, nº 148, Decreto-Lei nº 40 229 de 6.7.1955, preâmbulo.

a desmoronar-se e a desvalorizar-se rapidamente. O J. M. da C. não tem a menor consciência [do poder que tem] nas mãos. [...] Por várias informações que tenho tido, o Secretariado transformou-se num alfobre de ‘panelinhas’, de ‘arranjinhos’, de má língua... e de burocracia inactiva e ineficaz. [...] Tudo parado, tudo aniquilado”⁸⁷.

A 7 de Julho de 1955, Marcello Caetano sucedia a João Lumbrales no cargo de ministro da Presidência. As responsabilidades associadas possibilitaram-lhe, através da coordenação do Secretariado, o contacto directo com as questões da informação, que muito o interessavam: os jornais, a rádio e televisão e a censura. Com efeito, Marcello era um homem do Estado Novo, possuidor de “uma visão organicista da sociedade” e de uma noção de ordem, essencial “para assegurar a manutenção das estruturas políticas autoritárias” (Cabrera, 2019: 226). Todavia, considerava essencial “revestir a governação de uma certa legitimidade popular [...] que se podia conseguir por via dos meios de comunicação” (Cabrera, 2019: 226). Desta forma, ao contrário do seu antecessor⁸⁸, procurou desde logo introduzir profundas mudanças no organismo que agora tutelava, entendendo-o como instrumental no edifício ideológico do regime e na função de controlo que o poder político deveria exercer sobre os portugueses.

A primeira alteração foi a escolha de um novo director: Eduardo Brazão, a partir de Fevereiro de 1956. Até aí chefe de protocolo do Ministério dos Negócios Estrangeiros (desde Setembro de 1955), tinha-se distinguido na carreira diplomática⁸⁹. Monárquico, foi um entusiasta do Integralismo Lusitano,

⁸⁷ FAQ – Fundo António Ferro/Fernanda de Castro, *Carta de António Quadros a António Ferro*, cx. 0037, 5.5.1955, p. 3.

⁸⁸ Profundamente conservador, João Lumbrales distinguiu-se sobretudo pelo seu pensamento económico e, enquanto ministro da Presidência, usou o cargo nesse sentido, tendo sido um dos mentores da política de intervencionismo do Estado na economia no pós II Guerra Mundial, e o principal artífice do I Plano de Fomento, para o quinquénio de 1953-1958 (Pires, 2016).

⁸⁹ Filho do famoso actor Eduardo Joaquim Brazão, conviveu desde a infância, na sua casa da Rua Barata Salgueiro, com conhecidos dramaturgos e artistas. Durante a sua juventude em Lisboa privou com intelectuais e artistas das mais variadas inclinações políticas, como João Ameal, Alfredo Pimenta, Almada Negreiros ou Álvaro Cunhal. Licenciado em Direito, entrou na carreira diplomática em 1941, como adido de Legação, colocado na repartição dos Negócios Políticos. Obteve a nomeação definitiva na carreira, como 3º secretário, em 1943, tendo estado como 2º secretário, durante a guerra, na Embaixada de Portugal junto da Santa Sé, seguindo-se Madrid e Hong-Kong. Entre 1951 e 1955, foi Encarregado de Negócios em Dublin. Depois da saída do Secretariado, foi nomeado ministro de 1ª classe, com credenciais de embaixador, para ir ocupar o cargo em Roma deixado vago pela morte de António Ferro. Foi depois embaixador no Canadá, de 1962 a 1965; embaixador extraordinário na Costa Rica, em 1966, seguindo-se Bruxelas e o Grão-Ducado do Luxemburgo, em 1967. Retornou a Roma em 1968, como embaixador de Portugal na Santa Sé, passando à situação de aposentado por conveniência de serviço em 1975 (Faria, s/d).

de Maurras e de António Sardinha, na sua propaganda nacionalista. Profundamente admirador de Salazar⁹⁰, como todos os directores do Secretariado, tinha fama de homem amável e flexível.

Este diplomata era simultaneamente um notável homem de letras⁹¹, tendo “sabido aproveitar os seus dotes intelectuais e o exercício dos seus cargos [...] a favor da cultura nacional, designadamente no campo da história e das relações de Portugal com outros países”⁹². Em Hong-Kong, por exemplo, onde esteve como cônsul de Portugal em 1947 e onde se deparou com uma comunidade numerosa – cerca de 5000 descendentes dos primeiros portugueses estabelecidos na China – em profunda letargia, praticamente esquecida a ligação a Portugal, num estado que caracterizou como de desnacionalização. Brazão procurou retomar as linhas perdidas da comunidade portuguesa, começando pelos factores aglutinadores do sentimento nacional, a língua e a cultura: abriu uma creche para filhos de portugueses; deu início ao ensino da língua portuguesa em todas as escolas católicas inglesas, chegando a contar com 400 alunos; organizou um curso bissemanal para adultos; inaugurou um centro de cultura e divulgação, o Instituto Português; realizou concertos com música e cantares nacionais; e pôs a funcionar, semanalmente, a *Meia-Hora Portuguesa* na Rádio de Hong-Kong (Faria, s/d).

No discurso da tomada de posse do novo Secretário Nacional, Marcello Caetano dirigiu-se a Brazão, explicitando claramente a direcção que o Secretariado deveria adoptar:

Faça V. Ex.^a com que os portugueses possam ter ao seu dispor os meios necessários para conhecerem os factos da vida social, os acontecimentos da administração e da política e a sua verídica explicação. A ignorância das coisas públicas ou o seu deficiente ou deturpado conhecimento por parte dos cidadãos é um dos piores males que podem minar o Estado. Seja o Secretariado sempre o órgão diligente [que] combata todos os germes da infecção da vida social dos portugueses, todos os agentes desagregadores das nossas energias morais. Busque sempre tonificar o meio em que trabalhamos e lutamos por um futuro digno dos nossos filhos, espalhando confiança e optimismo onde tantas forças adversas semeiam a descrença e o desânimo. Mostre, com verdade [...], como os portugueses, uma vez defendidos dos factores de desagregação, de desordem e de anarquia, têm podido com o seu trabalho valorizar uma terra pobre e dar novas contribuições à Civilização. É que a informação do presente deve ser a lição do futuro, lição de que o trabalho, para ser fecundo e prosperar, carece de um ambiente de paz e que, num País como o

⁹⁰ Escreve sobre o presidente do Conselho o seguinte, nas suas memórias: “Tive uma profunda admiração por Salazar que, para mim, tinha vindo no momento preciso, para nos desviar duma queda que se afigurava de consequências irremediáveis – o país parecia perdido” (Brazão, 2014 [1976]: s/p).

⁹¹ Findo o curso de Direito, em Coimbra, Brazão virou-se para a História Diplomática, tendo desenvolvido vários estudos neste campo de investigação histórica, podendo destacar-se *As Relações Externas de Portugal. Reinado de D. João V* (1938); *Relance da História Diplomática de Portugal* (1940); *Portugal e a Inglaterra na China* (1947) ou *Os Descobrimientos portugueses nas Histórias do Canadá* (1969). Brazão continuou os seus trabalhos nesta área depois da Revolução de Abril, com títulos como *Portugal e a Santa Sé* (1976) ou *A Diplomacia portuguesa nos séculos XVII e XVIII* (1979) (Faria, s/d).

⁹² Novo Secretário Nacional da Informação. *Notícias de Portugal*, nº 457, 4.2.1956, p. 2.

nosso, é essencial aos interesses da colectividade que não nos dividamos e que cooperemos todos sob uma direcção comum na perseverante e sistemática realização das aspirações nacionais⁹³.

A função original do organismo, predominantemente informativa e política, era agora plenamente retomada: “A primeira missão que incumbe ao Secretariado é a de informar portugueses e estrangeiros, informar com verdade e objectividade”⁹⁴, tornando-se “tudo o resto [...] acessório”⁹⁵.

Eduardo Brazão percebeu o que se lhe exigia; mas à obediência militar de Manuel da Costa preferiu a determinação evangelizante dos velhos pregadores, defendendo que “a obra do Secretariado tem de viver em nós com entusiasmo, com espírito de combate, com ardores missionários”⁹⁶. Para o novo secretário, a mudança era urgente. Considerando em particular o panorama com que se tinha deparado no organismo que iria agora dirigir: “Uma trapalhada simpática, ali implantada no Palácio Foz com muito amorismo, mas boémia talentosa. Um organismo português desprovido duma base sólida e inteiramente desarticulado. Pareceu-me tudo aquilo pouco sério para quem estava habituado, como eu, a ver lá fora instrumentos semelhantes que actuavam e caminhavam” (Brazão, 2014 [1976]: s/p).

No período em que esteve à frente dos destinos do organismo estatal, o país mudou de forma substancial. Em particular a partir de 1956, com a criação da Fundação Calouste Gulbenkian, o Secretariado deixou de ser o principal órgão a que os artistas e intelectuais recorriam ou do qual esperavam incentivos. Com meios económicos muitíssimo mais abundantes, e orientada para a promoção de uma cultura cosmopolita, a Gulbenkian revolucionou o panorama cultural nacional. E fez definir o papel do organismo de propaganda, cujas iniciativas culturais, como os prémios, eram cada vez menos atractivas⁹⁷. Com efeito, “as diligências de organização do campo das ideias e das letras segundo as balizas políticas do Estado Novo com base em instrumentos de reconhecimento simbólico

⁹³ A posse do novo Secretário Nacional da Informação. *Notícias de Portugal*, nº 458, 11.2.1956, p. 3.

⁹⁴ Dar testemunho da verdade: a missão do Secretariado. *Notícias de Portugal*, nº 562, 8.2.1958, p. 19 e 21.

⁹⁵ A posse do novo Secretário Nacional da Informação. *Notícias de Portugal*, nº 458, 11.2.1956, p. 2.

⁹⁶ A posse do novo Secretário Nacional da Informação. *Notícias de Portugal*, nº 458, 11.2.1956, p. 4.

⁹⁷ Alguns exemplos: o prémio Gil Vicente, criado em 1935 e perdurando até 1962, destinado, de acordo com o regulamento, ao autor da “mais notável obra de teatro nacional representada em cenas portuguesas” (*apud* Moura, 2007: 38) foi recebido por nomes próximos dos ideais do regime (como Vasco de Mendonça Alves, Alfredo Cortez, Virgínia Victorino, Carlos Selvagem, Olga Alves Guerra ou Joaquim Paço d’Arcos) mas, apesar da sua importância, o galardão ficou por atribuir entre 1946 e 1953, e entre 1955 e 1960, com excepção de 1958 (Moura, 2007). Quanto aos prémios literários, o prémio Eça de Queirós, dedicado ao romance, género maior no campo da literatura, foi atribuído somente oito vezes em 26 anos de existência (1935-1960), enquanto o prémio Fialho de Almeida, para o conto ou novela, foi concedido igualmente apenas em oito ocasiões nos 18 anos em que vigorou (1936-1954) (Medeiros, 2014-2015). Por fim, o galardão Anselmo de Andrade, que se destinava a premiar o melhor ensaio de doutrina política e económica, e que foi atribuído apenas duas vezes entre 1934 e 1952 (ANIT – Secretariado Nacional da Informação, *Elementos acerca da actividade desenvolvida pelo Secretariado desde a sua criação em 25 de Setembro de 1933, trabalho organizado em conformidade com o despacho de Sua Excelência o Ministro da Presidência de 22 de Novembro de 1952*, cx. 4006 [1952], p. 35).

como o prémio não logrou ultrapassar os sistemas de contra dominação e de autonomia do universo em que se procurava interferir” (Medeiros, 2014-2015: 26-27). A imagem do Secretariado era cada vez mais a de uma organização reaccionária que, face ao desenvolvimento da situação internacional, de ameaça ao regime e às suas colónias, em África e no Oriente, preferiu investir no reforço de uma política repressiva e de silenciamento, do que na promoção de um 'espírito nacional', por mais folclórico que ele fosse.

Torna-se claro que a necessária renovação não se verificou. Embora Brazão tenha tentado, considerando que “tanta coisa altamente positiva e actual se poderia ter feito no meio daquela trapalografia que Ferro tinha criado com muito talento, mas quase sem estruturas! Era uma fumarada brilhante a que eu teria desejado dar consistência e realidade num mundo que já começara a expelir antigas formas que tinham feito época num passado recente” (Brazão, 2014 [1976]: s/p). As mudanças imprimidas por Brazão foram escassas e mal sucedidas. Torna-se relevante, mesmo assim, assinalá-las, uma vez que incidiram em especial na área teatral (ou não fosse ele filho de um homem do teatro, como referido) e no cinema. Assim, obrigou a uma abertura dos critérios censórios nestas duas áreas, procurando “libertar dum congelamento absurdo e inquisitorial todas as peças de teatro que se tinham inscrito no *index*” (Brazão 2014 [1976]: s/p). Todavia, pouco tempo depois receberia ordens terminantes (presume-se que do ministro da Presidência) para não autorizar a representação das peças por ele libertadas da censura em espaços subsidiados pelo Secretariado. A sua saída do organismo significou novo estreitamento dos critérios de censura.

E, portanto, tudo se manteve. Tal foi bem evidente na comemoração, em 1956, das três décadas da Revolução Nacional. A grande iniciativa cultural do Secretariado foi a realização da exposição Trinta Anos de Cultura Portuguesa, nos salões da sede do organismo, no Palácio Foz. Para Heloísa Paulo, foi uma “espécie de ‘retrospectiva’ na qual a noção de ‘cultura’ fica restrita à produção dos órgãos de propaganda do Estado Novo” (1994: 102). Não apenas restrita aos órgãos do Estado Novo, mas reduzida à apresentação de uma cultura de cariz erudito: espectáculos de ópera, concertos sinfónicos e de câmara, e um conjunto de conferências culturais (Paulo, 1994).

Quanto à cultura popular, outra vez a fazer fé no filho de Ferro, nada de novo: o Secretariado sob a tutela de Brazão terá continuado na senda das ideias apresentadas por José Manuel da Costa, ou seja, a fazer nada, ou quase nada de relevante⁹⁸. Desinteresse que suscitou as seguintes queixas de

⁹⁸ O próprio Congresso de Etnografia e Folclore, que decorreu em 1956 organizado pela Câmara Municipal de Braga, realizou-se muito à margem do organismo dirigido por Brazão. De tal forma que Francisco Lage, então director do Museu de Arte Popular e responsável pela Secção de Etnografia, Teatro e Música da Repartição de Cultura Popular do Secretariado, terá escrito uma carta ao Governador Civil de Braga, “reclamando, com alguma amargura, que nem ele, nem o Secretariado tinham tido conhecimento prévio da iniciativa [...] e que estranhava a possibilidade do SNI ter sido propositadamente ignorado pelos organizadores (*apud* Oliveira, 2019: 176). Apesar de tudo, Brazão ainda proferiu o discurso inaugural, “testemunhando a sua admiração por Braga, mundo das

António Quadros, em Outubro de 1957: “Entre nós [...] ainda se considera o folclore como factor de somenos, como manifestação menor e de baixo nível”⁹⁹.

A passagem breve de Brazão pelo Secretariado, sem grande brilho, entende-se facilmente. Diplomata de carreira, a política activa não lhe agradava. Mas o próprio Secretário era um lugar difícil, como confessava nas suas memórias, publicadas em 1976, sob o título *Memorial de Dom Quixote*: “É certo que se esbarrava a cada passo com intrigas, quase sempre ouvidas de cima com certo deleite, maledicências dos impotentes, dificuldades de toda a espécie, interesses feridos, ganância de muitos, desonestidade de tantos...” (Brazão, 2014 [1976]: s/p). Os dois anos em que se manteve no cargo foram, nas suas palavras, um “autêntico purgatório”, desejando “sair daquele vespeiro, para onde entrara inadvertidamente, sem máscara e sem luvas” (Brazão, 2014 [1976]: s/p).

Em 1958, o Secretariado celebrou 25 anos de existência, já sob a direcção de novo secretário nacional, desde 1 de Fevereiro: César Henrique Moreira Baptista, politicamente “um entusiástico defensor das doutrinas do Estado Novo, nas quais milita desde os tempos escolares”¹⁰⁰.

Licenciado em Direito, teve uma breve passagem pela docência, como professor de Economia do Instituto Industrial de Lisboa. Fez a sua carreira na administração pública, começando como chefe de repartição da Direcção-Geral de Combustíveis; a seguir foi nomeado vice-presidente da Comissão Reguladora do Comércio dos Carvões. Desempenhou ainda funções de assistente corporativo, foi director da FNAT e presidente da Caixa de Previdência dos Organismos Económicos. Mas foi na década de 1950 que ganhou notoriedade pública, enquanto presidente da Câmara Municipal de Sintra, cargo que exerceu de 1953 a 1957, onde se evidenciou com as suas Jornadas Musicais de 1956-57, que tiveram projecção internacional. Neste período integrou igualmente o Conselho Nacional de Turismo e a Comissão Executiva da União Nacional. Foi ainda deputado à Assembleia Nacional na VII Legislatura (Melo, 1999a)¹⁰¹.

No decurso deste tirocínio administrativo e político Moreira Baptista tinha evidenciado “elevadas qualidades de trabalho e proficiência, revelando permanente preocupação de valorizar as funções que lhe são confiadas”¹⁰². Terão sido estas as características que o levaram ao cargo de director

mais puras tradições portuguesas, homenageando os promotores do Congresso e assegurando que não descansará enquanto não der a esta terra as possibilidades turísticas que ela merece” (*Actas do 1º Congresso de Etnografia e Folclore*, 1963: 23).

⁹⁹ Perspectivas teóricas, históricas e actuais do bailado. *Rumo, Revista de Problemas Actuais*, ano I, nº 8, Outubro de 1957, p. 494.

¹⁰⁰ Novo Secretário Nacional da Informação. *Notícias de Portugal*, nº 562, 8.2.1958, p. 1.

¹⁰¹ Em 1968, Marcelo Caetano chamou-o para a Subsecretaria de Estado da Presidência do Conselho e, cinco anos depois, no derradeiro executivo que chefiou, promoveu-o a ministro do Interior. Na sequência do 25 de Abril de 1974, foi demitido e preso. Libertado em Janeiro de 1976, foi posteriormente reintegrado na função pública (Ó, 1996a).

¹⁰² Novo Secretário Nacional da Informação. *Notícias de Portugal*, nº 562, 8.2.1958, p. 1.

do Secretariado? Sem informação documental objectiva que permita afirmar que as duas experiências anteriores foram mal sucedidas (aparentemente foram pelo menos insatisfatórias), a verdade é que o organismo necessitava de um homem do regime, considerando a importância estratégica deste aparelho de governo, na situação de crise com que o Estado Novo se deparava, nesse ano marcado pela combatividade da oposição, e pela candidatura de Humberto Delgado às eleições presidenciais.

Moreira Baptista manteve-se no cargo até 1968, ano da extinção do SNI e do aparecimento da SEIT. Na sequência desta mudança, Moreira Baptista foi nomeado Secretário de Estado deste organismo a 16 de Outubro, exercendo o cargo até 7 de Novembro de 1973, altura em que foi substituído por Pedro Feytor Pinto. Ao todo, 15 anos. Só Ferro tinha permanecido mais tempo na direcção do organismo.

Para Moreira Baptista, o Secretariado (e depois a Secretaria) constituía-se como “um posto de combate, contra o erro e contra a mentira”¹⁰³, reafirmando a necessidade de divulgação da verdade do regime e do desacreditar das vozes da oposição. Este entendimento decorria de um conjunto de circunstâncias: a abertura do país ao exterior, na década de 1960, e consequente difusão de uma cultura de massas, por um lado, como já referido; por outro, a frente política, na luta contra a oposição interna, na guerra em África, e no combate contra a opinião internacional relativamente à questão colonial. Estas condicionantes reforçaram a convicção de que se tornava necessário um maior controlo da população por parte do Estado, acentuando-se, desta forma, o carácter fiscalizador e repressivo do próprio organismo, que praticamente se abstém de qualquer iniciativa relevante no campo cultural e artístico.

Nada que incomodasse Moreira Baptista. Partilhando as preocupações políticas do regime, este dirigente centrou a actuação dos organismos que lhe foram confiados, entre 1958 e 1973, em torno de três eixos centrais: o turismo de massas, atendendo à importância económica que já então representava, a produção e controlo da informação veiculada pela comunicação social, e a fiscalização das actividades culturais, mais do que a sua promoção. De forma persistente, aprofundou a ruptura, iniciada pelos seus antecessores, relativamente às iniciativas de António Ferro, secundarizando as estruturas de apoio à cultura então criadas, transferindo parte delas para a FNAT e para o Ministério da Educação.

Desta forma, o director do Secretariado/Secretaria transformou a cultura popular, núcleo central da “Política do Espírito” de Ferro, em instrumento de animação turística e em elemento decorativo nas celebrações oficiais, recuperando, assim, uma prática iniciada por José Manuel da Costa. Foi o que aconteceu, a título de exemplo, com as comemorações dos 25 anos do regime, em 1958, e isso percebeu-se logo no anúncio público dos eventos que o Secretariado patrocinaria: o I Grande Festival de Folclore, uma apresentação do Verde Gaio, de bailados dos tempos iniciais (como *Nazaré*,

¹⁰³ Dar testemunho da verdade: a missão do Secretariado. *Notícias de Portugal*, nº 562, 8.2.1958, p. 19.

Muro de Derrete, Passatempo ou *Menina Tonta*), acompanhada pela Orquestra de Concerto da Emissora Nacional, a representação de peças do Teatro Nacional Popular (entre outras, o *Auto de Santo António, Tio Simplicio* ou *São João Baptista*) e, fechando as celebrações, o desfile das premiadas marchas populares da capital¹⁰⁴. Se, para o Secretariado, estas eram lições de portuguesismo¹⁰⁵, para outros, contudo, como Afonso Lima, esta era agora uma “espécie de subindústria para satisfação de turistas ignorantes e proveito de empresários sem escrúpulos”, um “folclore encomendado”, representado “na sua expressão mais falsa e torpemente comercializada que é do Rancho ou a do Grupo”¹⁰⁶.

Um dos símbolos maiores da campanha etnográfica empreendida nos tempos iniciais do Secretariado, o MAP, foi igualmente objecto deste desinvestimento de Moreira Baptista. Três apontamentos apenas: em primeiro lugar, a difícil questão da nomeação de um novo director, depois da morte inesperada de Francisco Lage, em 1957. Depois, o facto de uma das preocupações do museu, a ampliação das colecções, se ter subordinado às prioridades estabelecidas por Moreira Baptista: a aquisição de objectos serviria primordialmente para o aprovisionamento de ofertas de cortesia, diplomáticas e para revenda nos postos de atendimento turístico. Por fim, as dificuldades financeiras do MAP, recorrentes, agravaram-se entre 1960 e 1962, com “o orçamento do museu [...] sendo reduzido até ao essencial, uma vez que se previa o seu encerramento” (Oliveira, 2019: 187), dado o plano de urbanização da área de Belém projectado pela Câmara Municipal de Lisboa e pelo Ministério das Obras Públicas; não tendo acontecido o que se esperava, a demolição do museu, os orçamentos reduzidos de ano para ano mostravam claramente a despicienda relevância da instituição para o Secretariado (200 000\$00 em 1967 e 150 000\$00 em 1969) (Oliveira, 2019).

De igual forma, as iniciativas artísticas do Secretariado/Secretaria, em particular as exposições de arte, passaram a obedecer à lógica de apoio ao turismo e a eventos e cerimónias oficiais. Foi o caso da exposição *As Artes ao Serviço da Nação*, realizada em 1966, no âmbito da comemoração dos 40 anos da Revolução Nacional, e das exposições nos salões do Palácio Foz e na Galeria de Arte Moderna em Belém, que pouco ultrapassaram esta perspectiva pragmática. As iniciativas que o Secretariado tentou neste campo tiveram, por isso mesmo, pouco sucesso: exemplo disso foi o Salão dos Novíssimos, com apenas 5 edições, entre 1959 e 1964, e o Salão Nacional de Arte, que se realizou apenas em dois anos, em 1965 e em 1968. Noutros sectores da vida cultural, o panorama era muito semelhante: o apoio ao cinema português atingiu a sua expressão ínfima, centrando-se o Secretariado sobretudo na censura dos filmes, como reconhecia o próprio Grémio do sector.

¹⁰⁴ *O Século*, ao longo do mês de Junho de 1958.

¹⁰⁵ O I Grande Festival Nacional de Folclore. *Panorama, Revista Portuguesa de Arte e Turismo*, III série, nº 11, Setembro de 1958, s/p.

¹⁰⁶ Folclore por encomenda. *Rumo, Revista de Problemas Actuais*, ano III, nº 33, Novembro de 1959, p. 556-557.

Neste sentido, as Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, em 1960, momento de abertura cronológica e simbólica da década, constituíram também o espaço de encerramento da política cultural do Estado Novo. Daí em diante nada será igual, como se viu. O ciclo comemorativo nacional teve início a 4 de Março, em Lisboa, e prolongou-se até 13 de Novembro, em várias localidades do país, com a inauguração feita, em conjunto, pelo presidente da República Portuguesa e pelo presidente do Brasil, Juscelino Kubitschek. Estas comemorações prosseguiram na via de sempre: a legitimação do presente através do passado mitificado dos Descobrimentos, com a “história e a cultura [...] usadas como instrumentos de diplomacia internacional” (Baltazar, 2015: s/p).

As iniciativas com maior carga simbólica e maior visibilidade concentraram-se em Lisboa e no Porto. No primeiro caso, a Exposição Henriquina, em Belém, onde vinte anos antes tinha decorrido a Exposição do Mundo Português, num dos edifícios então construídos e reconvertido, em 1948, em Museu de Arte Popular, que, como já vimos, estava sob a tutela – nem sempre cuidada – do Secretariado. Realizada de 9 de Agosto a 14 de Novembro e inaugurada pelo ministro da Presidência, Pedro Teotónio Pereira, a sua finalidade era dupla: evocar a figura e a obra do Infante D. Henrique e educar a população sobre essa obra e a sua projecção na história mundial. A exposição seguia, portanto, na linha de um percurso de exposições públicas realizadas pelo Estado Novo com intuítos de propaganda política e ideológica¹⁰⁷. Dos eventos na capital, podem destacar-se ainda a realização do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos, de 7 a 15 de Agosto, e a inauguração do Padrão dos Descobrimentos, com o propósito de ser o rosto visível das comemorações – o primitivo tinha sido construído em materiais perecíveis, para a Exposição do Mundo Português, possuindo uma estrutura leve de ferro e cimento, com a composição escultórica moldada em estafe; o Padrão foi então reerguido em betão revestido de pedra rosal de Leira, sendo as esculturas em cantaria de calcário de Sintra.

No Porto, terra natal do Infante, as iniciativas multiplicaram-se. Para destacar algumas: o Centro de Estudos Humanísticos, anexo à Universidade do Porto, organizou um ciclo de estudos sobre a sua figura; foram inauguradas diversas exposições, como uma exposição documental – O Porto no Limiar das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique (1460-1960) – que decorreu no Gabinete de História da Cidade, inaugurada a 30 de Abril, ou uma exposição bibliográfica, na Biblioteca Pública Municipal do Porto, inaugurada a 10 de Julho; realizou-se ainda um Cortejo Fluvial, com

¹⁰⁷ A exposição foi exemplo, no entanto, de uma renovação, notória a partir da segunda metade da década de 1950, ao nível da linguagem formal e das soluções de intervenção espacial, manifesta na cenografia expositiva concebida por Frederico George e Daciano da Costa. Exemplos desta renovação foram igualmente a Exposição de Decoração Moderna, de 1951, projectada por Conceição Silva na Casa Jalco, ou o Pavilhão de Portugal na Feira Internacional de Lausanne, em 1957, e na Exposição Universal e Internacional de Bruxelas, em 1958 (Baltazar, 2015).

chegada à Ribeira, constituído por réplicas de naus e outros navios quatrocentistas construídos no estaleiro do Ouro e num estaleiro de obras da Câmara Municipal.



(Fonte: Arquivo Municipal do Porto)

Figura 1: Estudo e preparação dos materiais para a construção das naus para o Festival do Rio Douro



(Fonte: Arquivo Municipal do Porto)

Figura 2: Construção das naus no estaleiro do Ouro para o Festival do Rio Douro, 1960: esqueleto da nau



(Fonte: Arquivo Municipal do Porto)

Figura 3: Construção das naus no estaleiro do Ouro para o Festival do Rio Douro, 1960: resultado final

Todavia, uma das principais preocupações da comissão encarregada das comemorações no Porto foi a aquisição do edifício onde, segundo a tradição, teria nascido o Infante, o que se concretizou a 8 de Agosto, com a realização da escritura de doação à Câmara Municipal do Porto, pelo Banco Nacional Ultramarino¹⁰⁸.

O diretor do Secretariado/Secretaria reforçou ainda a fiscalização da informação pública, em especial na vertente da censura dos discursos considerados subversivos. Não por acaso, na sequência do ‘terramoto’ político que foi a candidatura de Humberto Delgado à Presidência da República, o aparelho da censura viria a conhecer mudanças significativas. Desde logo, no tipo de censores. Desde a Ditadura Militar até 1957, o pessoal político encarregado desta missão era exclusivamente militar. A partir desta data, verificou-se um alargamento considerável no quadro de censores, eventualmente seguindo o que o coronel Armando das Neves Larcher, à frente deste serviço desde 1944, tinha sugerido em memorial de Março de 1958, intitulado “Alguns apontamentos sobre a imprensa e os serviços de censura”, referindo que “a preparação literária dos oficiais do Exército, confinada às Matemáticas e à Técnica Militar ou à Administração Militar, tem-se revelado, salvas as naturais excepções, bastante deficiente” (*apud* Gomes, 2013: 82). Neste sentido, em pouco mais de dois anos, o número global de censores passava de 15 para 25 elementos e a entrada de censores civis, mais qualificados e quase todos licenciados, duplicou entre 1960 e 1966. Todavia, ressalte-se o facto de a quase totalidade das chefias intermédias, de chefes e subchefes, continuar a ser composta por coronéis do Exército, que manterão o domínio do aparelho, pese embora a nomeação, em 1958, de António Neves Martinha como director-adjunto, sendo o primeiro civil na direcção da censura (Gomes, 2013).

Estas mudanças no aparelho censório parecem ser resultado directo da intervenção de Moreira Baptista e, principalmente, de Marcello Caetano, numa primeira fase como ministro da Presidência e depois na qualidade de presidente do Conselho. No plano legislativo, o momento mais importante foi a extinção formal da Direcção dos Serviços de Censura em 1972 e a sua integração na Direcção-Geral da Informação. Esta alteração não foi de somenos: “Acarretou uma perda da autonomia funcional da censura, visível não só na selecção do pessoal político, como na sua própria actividade operacional” (Gomes, 2013: 97). Neste sentido, a Direcção-Geral da Informação e Moreira Baptista assumem um papel de controlo inédito na história deste órgão. Um exemplo apenas: na leitura especializada de certas obras com vista à obtenção de um parecer, os leitores nem sempre eram parte integrante do corpo de censores, pertencendo muitas das vezes a estruturas da própria Direcção-Geral, como a Repartição da Imprensa Estrangeira, a Repartição da Imprensa Portuguesa ou o Gabinete de Estudos (Gomes, 2013),

¹⁰⁸ A conhecida e popular “Casa do Infante”, actualmente Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto e Museu Municipal (Arquivo Municipal do Porto. *Comissão Executiva do 5.º Centenário da Morte do Infante D. Henrique – Delegação do Porto. 1957-1960*, s/d, disponível em <http://gisaweb.cm-porto.pt/creators/45682/>).

em geral homens qualificados em termos académicos, jornalistas muitos deles, o que poderia desde logo significar um melhor conhecimento dos conteúdos dos textos e, como tal, uma censura mais eficaz.

Apesar deste forte investimento na repressão, Moreira Baptista não desprezou a diplomacia da persuasão: intensificou a produção editorial, consagrando as *Edições Panorama*, onde surgiam publicadas as obras premiadas pelo seu organismo, e dinamizou novas colecções, como as *Páginas Portuguesas*, para publicitação dos autores benquistos pelo regime, e *Defesa do Ocidente*, para propaganda dos valores anticomunistas (Melo, 1999a). Procurou igualmente revitalizar os prémios criados por Ferro, “destacando o cerimonial simbólico e diversificando as categorias e os potenciais premiados” (Melo, 1999a: 169). Neste sentido, criou uma série de novos galardões: para o teatro, para o cinema, para o jornalismo, dois prémios para a área musical e igualmente dois para o turismo¹⁰⁹, além do prémio internacional António Ferro¹¹⁰. Mas, neste caso, a 'operação de charme' não alcançou os efeitos pretendidos, pois quase todos os prémios foram 'ignorados' pela comunicação social, falhando no seu objectivo de influenciar a vida cultural nacional. Também a concorrência da Fundação Calouste Gulbenkian era factor de peso neste assunto, de tal forma que César Moreira Baptista partilhou a sua preocupação com o ministro da Presidência: os “literatos e artistas não aguardam agora apenas o apoio do Estado, por noutro lugar o encontrarem por forma mais generosa que não cabe na capacidade financeira do Secretariado qualquer possibilidade de concorrência” (*apud* Moura, 2007: 140).

O regime utilizou também a televisão, que em Portugal começou as suas emissões regulares em 1957, como instrumento de conservação do poder. Veja-se, por exemplo, na fase mais tardia do Estado Novo, as célebres “Conversa em família” de Marcello Caetano, que perduraram de 1969 a 1974, onde o presidente do Conselho explicava aos portugueses as políticas do regime. Convém realçar que esta iniciativa partiu de Ramiro Valadão, então presidente da RTP – Radiotelevisão Portuguesa, a rede de televisão nacional mas que, durante as décadas de 1950 e 1960, tinha sido o director dos Serviços de Informação do Secretariado.

Moreira Baptista investiu igualmente esforços na criação de um corpo de especialistas em comunicação de massas e turismo, consciente de que as relações públicas eram o mais eficaz meio para criar uma opinião internacional favorável ao país, isto é, ao regime e ao seu chefe. Para Vasco Ribeiro, foi “o mais metódico e sistemático de todos os secretários nacionais e, por isso, aquele que mais se encaixa no perfil de relações públicas” (2018: 160). Neste sentido, deu continuidade à relação com a

¹⁰⁹ Política do Espírito - Política da Nação. *Notícias de Portugal*, n.º. 600, 1.11.1958.

¹¹⁰ O prémio, bienal, a alternar com o Prémio Camões, destinava-se a galardoar o melhor artigo publicado na imprensa periódica estrangeira, por um jornalista estrangeiro, sobre Portugal e a vida portuguesa, no valor de 15 000\$00. O autor premiado seria convidado a vir receber o prémio a Portugal, como hóspede do Secretariado. O prémio foi atribuído pela primeira vez em 1958, ao professor Leo Magnino, presidente da Associazione Amici del Portogallo (Ribeiro, 2014).

empresa norte-americana de relações públicas, a George Peabody and Associates, que se tinha estabelecido em 1951, quando José Manuel da Costa ocupava o cargo de director do Secretariado.

Esta aposta na George Peabody ia no sentido de se atingirem dois grandes objectivos: criar uma imagem política favorável do regime e de Salazar nos Estados Unidos da América, por um lado e, por outro, uma aposta na promoção de Portugal como destino turístico preferencial entre os norte-americanos.

Na concretização do segundo propósito, verificou-se a publicação de mais de 2000 artigos de promoção turística, sobre património paisagístico e edificado, folclore e língua, em revistas como a *Life*, *Time*, *Newsweek*, *Vogue*, *Cosmopolitan*, *Esquire*, *This Week*, *Readers Digest*, *Travel*, entre outras. Igualmente, o financiamento e o patrocínio de dezenas de livros e guias de viagem sobre Portugal, com a introdução de conteúdos portugueses em novas edições de autores já consagrados ou convidando-se jornalistas que tinham um bom relacionamento com Portugal a escreverem sobre o país. Era o recuperar da iniciativa do início dos anos de 1950 com o conhecido jornalista do *National Geographic Magazine*, Alan Villiers, que viajou a convite de Pedro Teotónio Pereira no lugre bacalhoeiro *Argus*, e que, com o livro que escreveu, criou o imaginário da pesca do bacalhau portuguesa, qual epopeia continuadora da obra das navegações dos Descobrimentos (Garrido, 2008)¹¹¹.

Quanto à propaganda política de Portugal, a George Peabody difundiu milhares de notas de imprensa sobre Portugal junto da *Associated Press*, incluiu suplementos no *Herald Tribune* e produziu anúncios publicitários no *The New York Times*. Na televisão, que durante a década de 1950 estava já bem difundida por todo o território norte-americano, a consultora conseguiu várias referências positivas em canais como a CBS, a NBC, a ABS ou a WABD, chegando igualmente à rádio, conseguindo a inclusão de convidados e temas portugueses na programação (Ribeiro, 2018). Saliente-se ainda o trabalho conseguido nos guias de viagem, como o *Guide to Europe*, de Richard Joseph, de 1960, que retratava Salazar não como um ditador ou um agressivo demagogo, mas como “um tranquilo e reformado professor de economia que começou a fortalecer a moeda e a revitalizar a economia” (*apud* Ribeiro, 2018: 162)¹¹².

Por fim, Moreira Baptista concentrou também as suas atenções nos “do nosso sangue que há tantas gerações andam dispersos pelo Mundo”¹¹³, procurando que o Secretariado servisse como instrumento de coesão nacional: o intuito era o de intensificar a acção do seu organismo junto dos núcleos portugueses no estrangeiro, considerando que “temo-los talvez esquecido um pouco; temos

¹¹¹ Muito possivelmente, o modelo deste tipo de prática – a de trazer a Portugal, para o visitar e sobre ele escrever, jornalistas e intelectuais estrangeiros – foi o instituído por António Ferro logo em 1934 (Ribeiro, 2014).

¹¹² Este foi um esforço continuado: em 1963, o Secretariado substituiu a George Peabody pela Heyward Associates, mantendo a ligação com a empresa até 1974; no ano seguinte, o *Portuguese Tourism Office* de Nova Iorque, na dependência directa do Secretariado, contratou a agência de publicidade J. B. Rundle (Ribeiro, 2018).

¹¹³ A posse do novo Secretário Nacional da Informação. *Notícias de Portugal*, nº 458, 11.2.1956, p. 4.

talvez pensado muito (não direi: excessivamente) nos estrangeiros e pouco (aqui, sim, di-lo-ei: excessivamente pouco) nesses portugueses”¹¹⁴. Para tal, tinha preconizado o envio de embaixadas de arte e cultura, como lhes chamou, aos núcleos portugueses nos EUA, Venezuela e Brasil, a que se seguiriam as províncias ultramarinas de África (Moçambique e Angola), as comunidades portuguesas estabelecidas na África do Sul (Joanesburgo e Capetown) e, por fim, as cidades francesas com um número elevado de emigrantes portugueses, como Paris, encarados como “gente humilde, que se dispersa na grande cidade mas que, por isso mesmo, temos de reunir de vez em quando, em festas portuguesas, de que guardam as imagens na memória”¹¹⁵.

¹¹⁴ Para uma mais ampla acção do S.N.I. *Notícias de Portugal*, nº 595, 27.9.1958, p. 4.

¹¹⁵ Para uma mais ampla acção do S.N.I. *Notícias de Portugal*, nº 595, 27.9.1958, p. 5.

3. A GEOGRAFIA DE ACÇÃO NO TERRITÓRIO CONTINENTAL: A DELEGAÇÃO DO SECRETARIADO NO PORTO

É em torno da Delegação do Secretariado Nacional de Informação no Porto que se centra este capítulo. Aborda-se a sua actuação política, cultural e no campo turístico, e como essa acção se conectou com a função primordial do Secretariado, de construção retórica do regime do Estado Novo.

De ressaltar que esta foi uma aposta investigativa forte para este relatório, especialmente porque se constatava que pouco ou nada se sabia sobre a Delegação. Em parte devido à ausência de informação, já que os textos aqui apresentados têm como base os únicos relatórios da Delegação existentes no fundo do Secretariado. Os restantes, dos anos de 1960 em diante, permanecem por localizar¹¹⁶. Embora esta documentação não seja inédita, está pouco explorada em termos historiográficos até ao momento, pelo que a sua divulgação se impunha. E, apesar de os objectivos não terem sido totalmente alcançados, o que se apurou parece ser significativo.

Depois da remodelação de 1944, no ano seguinte estabelecia-se uma delegação do Secretariado na cidade do Porto, parte integrante de uma estratégia de expansão da área de influência do governo, pela multiplicação dos órgãos burocráticos. Mas esta delegação justificava-se, também (ou sobretudo) porque a cidade era um meio marcadamente difícil para o regime.

A Delegação, em edifício situado na Praça D. João I (o prédio onde estava a Delegação, no n.º 25, pertencia à empresa Maurício Macedo & C.ª, importadores), foi dirigida por António Maria Pinheiro Torres até à sua morte, em 1966, sucedendo-lhe Manuel Seabra.

¹¹⁶ O investigador José Guilherme Victorino utilizou uma série de officios da Delegação, com a indicação de, na altura da consulta (na preparação da sua tese de doutoramento, presumivelmente entre 2006 e 2007), o acervo se encontrar à guarda do Centro de Documentação da então Direcção-Geral do Turismo, sem cota atribuída. Todavia, em conversa pessoal com o mesmo, foi-me indicado que a documentação já não se encontra no mesmo local, não havendo notícias sobre a sua localização actual.



(Fonte: ANTT, Fundo do SNI, cx. 736)

Figura 4 e Figura 5: Delegação do SNI no Porto

Todavia, o projecto de uma delegação do Secretariado estava pensado desde 1934, data em que Artur Maciel, então chefe dos Serviços Internos do Secretariado, teria efectuado uma viagem ao Norte do país, incluindo nesse périplo cidades como Braga e Viana do Castelo, tendo como um dos seus encargos encontrar na cidade do Porto um espaço que pudesse servir como delegação do Secretariado. Teria então equipado duas salas alugadas na Avenida dos Aliados, de forma que “a instalação ainda que modesta, se tornasse tão decente quanto necessário para a dependência que fique a representar, no Porto, a Presidência do Conselho”¹¹⁷. Sobre o que terá acontecido a esta Secção não reza a história ou, neste caso, os arquivos do Secretariado. A verdade é que o projecto foi retomado, como referido, em 1945, após o final do conflito mundial.

No que respeita à orgânica interna, a Delegação seguia o modelo organizativo da sede, em Lisboa, dividindo-se em quatro repartições – 1ª Repartição: Serviços Centrais (Secretaria, Tesouraria e Contabilidade); 2ª Repartição: Serviços de Informação (Imprensa, Rádio); 3ª Repartição: Cultura Popular; 4ª Repartição: Serviços de Turismo, Secção Técnica e da Agência de Informações. Neste caso, os funcionários das várias repartições reportavam directamente aos chefes de repartição ou delegados.

Não tardaram as críticas do chefe da Delegação a este sistema. Em relatório de 1954 dirigido ao Secretário Nacional, ressaltava a importância de ter directamente subordinados a si todos os funcionários da Delegação. Em especial, Pinheiro Torres lastimava a independência dos Serviços

¹¹⁷ ANTT – Arquivo Salazar, *Relatório para Sua Ex.^a. o Presidente do Conselho, sobre a viagem ao Porto, Braga, Viana do Castelo e Coimbra pelo Chefe dos Serviços Internos*, PC-12A, cx. 658, 25.3.1934, p. 5.

Centrais na parte relativa aos orçamentos e contas, que continuavam dependentes do delegado da 1ª Repartição, o que significava que o chefe da Delegação não seria ouvido na elaboração do orçamento geral, só tomando “conhecimento dele já pronto e sem discussão”¹¹⁸. Considerava, pois, que a verba destinada à Delegação deveria ser-lhe anualmente comunicada e que, depois de estudadas as necessidades de cada serviço, a ele caberia a elaboração do orçamento, remetendo posteriormente ao Secretário Nacional para aprovação. A orçamentação era, como se percebe, o principal alvo das críticas do chefe da Delegação, uma vez que teria, no seu entender, “o inconveniente de gerar uma natural independência nos outros serviços”¹¹⁹.

Todavia, nada parece ter sido feito para mudar a situação: dois anos depois, em relatório dirigido ao novo Secretário Nacional, Eduardo Brazão, Pinheiro Torres reiterava as suas queixas indicando que, quer no respeitante à orgânica, sustentada ainda na independência de cada serviço face ao chefe da Delegação, quer no que se referia à elaboração dos orçamentos e contas, tudo continuava na mesma.

No respeitante às verbas solicitadas para o funcionamento da Delegação¹²⁰, é possível concluir que a sua dotação global, até à saída de António Ferro do cargo de director do Secretariado, era relativamente elevada, variando entre os 500 000\$00 e os 700 000\$00¹²¹. Tal justificar-se-ia pela importância atribuída à Delegação, e ao papel que se esperava que desempenhasse no Porto e em todo o Norte do país. Todavia, a partir de 1950, verificou-se uma redução orçamental significativa, para valores na casa dos 300 000\$00, conforme se pode verificar nos mapas de despesa da Delegação. Tal terá marcado, e limitado, de forma indelével a sua actuação.

Outra dificuldade sentida por este organismo foi o próprio meio, isto é, a cidade do Porto, que o Delegado descrevia desta forma: “Essencialmente liberal, dificilmente aceita coarctem o que julga ser seus direitos. Ferozmente bairrista, é naturalmente tendente à independência. É católico, mas com tendências anti-clericais. É conservador, portanto, mas individualista”; constituía, pois, na óptica de Pinheiro Torres, um “terreno propício à oposição, que actua em todos os meios e por todas as

¹¹⁸ ANTT – Secretariado Nacional de Informação, *Relatório do chefe da Delegação do Porto dirigido ao Secretário Nacional*, cx. 3026, 5.11.1954, p. 3.

¹¹⁹ ANTT – Secretariado Nacional de Informação, *Relatório do chefe da Delegação do Porto dirigido ao Secretário Nacional*, cx. 3026, 5.11.1954, p. 4.

¹²⁰ De ressaltar que se tratam de dados parciais, que englobam os anos de 1946 a 1949 e 1952 a 1956, provenientes dos projectos de orçamento do Secretariado nos anos mencionados, do Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

¹²¹ Inferior, todavia, por exemplo, ao orçamento previsto para os bailados Verde Gaio, no período entre 1946 e 1949 – cerca de 800 000\$00 a 900 000\$00 por ano.

formas”¹²². Era, portanto, face a esta leitura do panorama da vida intelectual e cultural da cidade que a Delegação do Secretariado se posicionava.

Para uma mais fácil leitura, optou-se por dividir a análise da actuação da Delegação por três distintos, mas inter-relacionados, campos de acção: político, cultural e turístico.

3.1 As relações com a imprensa

Como se viu, a Delegação do Porto contava com uma repartição inteiramente dedicada aos serviços de informação, denotativa da importância conferida aos meios de comunicação, em particular a imprensa, como mecanismos indispensáveis de consolidação da ideologia estadonovista.

Se, na fase inicial do Estado Novo, como salienta José Tengarrinha, a relação do poder político com a imprensa escrita tinha como objectivo fundamental a construção de uma opinião favorável ao regime, a partir de 1950, “num período em que eram visíveis as suas dificuldades crescentes perante as ameaças internas e externas” (2006: 178), a preocupação central tornou-se impedir a disseminação de informação adversa sobre o regime. Este “mostra-se cada vez mais defensivo e inseguro, colocando-se numa atitude predominantemente negativa no seu relacionamento com a informação” (Tengarrinha, 2006: 182). Pode, pois, dizer-se que à imprensa caberia, por adesão ou por coerção, o papel de unificar e tornar visível este modelo político.

Todavia, embora essenciais ao desempenho das suas funções, as relações da Delegação do Secretariado com a imprensa portuense não foram fáceis no período em análise. No relatório do Delegado, datado de 1954, este escrevia, claramente preocupado, que “a oposição tem uma grande penetração [nos] jornais, quer nos próprios corpos redactoriais, quer nos colaboradores”, considerando “de lamentar que a censura deixe passar tanto veneno!”¹²³. Em novo relatório, de 1956, Pinheiro Torres continuava a dar importância “à penetração dos chamados oposicionistas nos jornais matutinos do Porto”, caracterizando as páginas literárias desses jornais como “de doutrina avançada, para não dizer comunizantes”¹²⁴. Também no relatório de 1952 das 2ª e 3ª repartições da Delegação, o delegado, António Pinto Machado, demonstrava insatisfação com a imprensa portuense, em particular com a resistência aos pedidos da Delegação no sentido de os jornais darem destaque a notícias de cariz político, com o argumento de falta de espaço.

¹²² ANTT – Secretariado Nacional de Informação, *Relatório do chefe da Delegação do Porto dirigido ao Secretário Nacional*, cx. 3026, 5.11.1954, p. 7.

¹²³ ANTT – Secretariado Nacional de Informação, *Relatório do chefe da Delegação do Porto dirigido ao Secretário Nacional*, cx. 3026, 5.11.1954, p. 7-8.

¹²⁴ ANTT – Secretariado Nacional de Informação, *Relatório do chefe da Delegação do Porto dirigido ao Secretário Nacional*, cx. 3026, 18.8.1956, p. 33.

Apesar de na Constituição de 1933 a imprensa surgir como um instrumento do Estado, exercendo uma função de reconhecido carácter público – ou de interesse nacional, na linguagem do artigo 23º – a realidade demonstrava uma clara resistência, nos jornais do Porto, em aceder aos pedidos da Delegação do Secretariado.

Era, todavia, uma tendência que vinha sendo reportada desde 1934. Assim, a título de exemplo, de referir que no relatório da viagem de Artur Maciel, este escrevia, a propósito do jornal *O Primeiro de Janeiro*, ser este um diário com grande facilidade de penetração, por dispor da simpatia do público e apresentar grande interesse jornalístico. Para o funcionário do Secretariado, o periódico assumia, porém, uma posição anti-situacionista, sublinhando a ideia de que embora a censura o tivesse já modificado bastante, não tinha ainda inutilizado por completo a sua acção¹²⁵. Estas considerações de Maciel iam ao encontro de dois relatórios, elaborados em 1934 e 1935 pelo Secretariado, sobre o estado da imprensa nas províncias, decorrentes das “dificuldades crescentes das delegações distritais da censura e dos governadores civis perante o avolumar das posições críticas e da controvérsia política dos jornais” (Tengarrinha, 2006: 185); quanto ao distrito do Porto, os relatórios identificavam uma relevante imprensa política onde predominava a anti-situacionista. Em 1941, o funcionário superior do Secretariado Tavares de Almeida, em relatório sobre a imprensa regional, admitia que a colaboração com a imprensa diária da cidade do Porto era insatisfatória, referindo que os jornais evitavam a publicação das informações oficiais enviadas e só relutantemente obedeciam aos pedidos feitos pelo Secretariado. A situação perdurava em 1943, evidenciada no relatório mensal sobre a imprensa diária de Lisboa e do Porto: “Continua a ser impossível afirmar que os jornais se sintam integrados e correspondam com eficácia aos deveres de verdadeiros órgãos orientadores da opinião pública que deviam ser” (*apud* Tengarrinha, 2006: 195). No ano de criação da Delegação do Secretariado no Porto, face às eleições para a Assembleia Nacional, o Secretariado fazia novo balanço das posições dos jornais continentais e insulares; as conclusões eram francamente desfavoráveis, tendo o número de jornais hostis ao Estado Novo subido de 4 para 33, em particular nos distritos de Lisboa, Aveiro, Coimbra e Porto, o que parecia revelar a incapacidade do regime em captar a imprensa moderadamente desfavorável.

Face a esta oposição, mais ou menos aberta, como manter a imprensa portuense sob controlo? A Delegação do Porto recorreu maioritariamente a duas fórmulas: a coerção e repressão, exercendo as suas prerrogativas no que à censura dizia respeito¹²⁶, e o aliciamento, no sentido de uma adesão consentida destes meios de comunicação ao regime e sua ideologia política.

¹²⁵ ANTT – Arquivo Salazar, *Relatório para Sua Ex.^a. o Presidente do Conselho, sobre a viagem ao Porto, Braga, Viana do Castelo e Coimbra pelo Chefe dos Serviços Internos*, PC-12A, cx. 658, 25.3.1934.

¹²⁶ A imprensa, de acordo com o estipulado no Decreto-Lei n.º 26 589 de 1936, estava sujeita a variadas restrições. A Direcção Geral dos Serviços de Censura tinha poderes para proibir a criação de novos periódicos,

Focando em particular as estratégias de ‘sedução’ utilizadas pela Delegação do Porto, destaca-se, desde logo, a promoção activa de um bom relacionamento com os jornalistas, de camaradagem mesmo, de forma à Delegação “tornar-se indispensável aos jornais”¹²⁷. Todavia, mais relevante era o financiamento indirecto ao aparecimento de novos jornais, simpatizantes ou situacionistas¹²⁸. Foi o caso da criação do *Diário do Norte*, em 1949, sobre o qual escrevia Pinheiro Torres: “Nunca me enganei [...] ao pugnar pela criação desse jornal, da sua influência benéfica sobre os outros, [vindo a] exercer grande influência no meio jornalístico portuense, em benefício da causa nacionalista”¹²⁹.

Muitas esperanças eram depositadas neste vespertino, um jornal “da Cidade e da Nação”, considerado pela Delegação como relevante no “desanuviar um pouco o horizonte pesado da Imprensa do Norte” e um “baluarte nosso a bitolar o procedimento da demais Imprensa para connosco”¹³⁰. Desta forma, considerava-se que a existência do *Diário do Norte*, ao acolher todas as notícias remetidas pela Delegação, teria obrigado os restantes jornais a procederem de modo idêntico: “É mais atenta e compreensiva a posição dos matutinos portuenses e os nossos ‘elementos para notícia’ são hoje, com poucas excepções, inteiramente aproveitados. De resto, as solicitações que àquela Imprensa têm sido feitas no sentido de destacar as notícias ou reportagens de carácter político ou social têm sido bem aceites”¹³¹.

O chefe da Delegação tinha mais ideias para o jornal. Defendia em especial medidas de reforço da atractividade do periódico relativamente ao público portuense, através da criação no diário de uma página literária “de grande envergadura, onde colaborem os melhores valores nossos, para suplantar a dos outros jornais”¹³². Miragem? Nos diários portuenses como o *Jornal de Notícias*, o *Comércio do Porto* ou o *Primeiro de Janeiro*, pontificavam nomes de escritores de primeiro plano, conhecidos pelo seu anti-

para supervisionar a idoneidade moral dos directores dos jornais, para homologar a sua nomeação, para aplicar multas, suspensões e até para suprimir publicações; ainda, para supervisionar a entrada, distribuição e venda no país de publicações estrangeiras (Cabrera, 2008).

¹²⁷ ANTT – Secretariado Nacional de Informação, *Relatório do chefe da Delegação do Porto dirigido ao Secretário Nacional*, cx. 3026, 5.11.1954, p. 8-9.

¹²⁸ Entende-se por jornais simpatizantes aqueles que, embora divulgassem a obra do regime, não justificavam os seus princípios políticos e sociais limitando-se a relatar os factos; por situacionistas os que sustentavam a propaganda dos princípios do Estado Novo, defendendo activamente a ‘situação’ (Barros, 2005).

¹²⁹ ANTT – Secretariado Nacional de Informação, *Relatório do chefe da Delegação do Porto dirigido ao Secretário Nacional*, cx. 3026, 5.11.1954, p. 2.

¹³⁰ ANTT – Secretariado Nacional de Informação, *Relatório do delegado da 2ª Repartição da Delegação do Porto dirigido ao Secretário Nacional*, cx. 2985, 22.3.1950, p. 7-8.

¹³¹ ANTT – Secretariado Nacional de Informação, *Relatório do delegado da 3ª Repartição da Delegação do Porto ao chefe da 3ª Repartição do SNI*, cx. 2985, 19.3.1951, p. 2.

¹³² ANTT – Secretariado Nacional de Informação, *Relatório do chefe da Delegação do Porto dirigido ao Secretário Nacional*, cx. 3026, 18.8.1956, p. 34.

situacionismo, como João Gaspar Simões, José Régio ou Jaime Cortesão. A competição com estes seria mesmo possível? Esse era, indubitavelmente, o desejo do Delegado do Secretariado no Porto.

Todavia, em última análise, o que mais condicionou a acção pretendida da Delegação relativamente à imprensa portuense foi a dotação financeira: entre 1947 e 1953, as verbas da Delegação baixaram quase 50%, com cortes maciços que reduziram várias rubricas da Delegação, nuns casos e, noutros, levaram ao seu desaparecimento, “com prejuízo da sua função e dos altos fins a que tem em vista”¹³³. Das rubricas eliminadas destaca-se a “Colaboração”, a partir da qual se efectuava a penetração política nos jornais de província, assumida pela Delegação como escola prática de nacionalismo¹³⁴. Outra das secções que mais se ressentiu com a escassez progressiva de verbas foi o Gabinete de Imprensa, que deixou de fornecer reportagens de fora da cidade, com prejuízo da influência exercida a este nível. Esta situação justificava os pedidos que, da Delegação do Porto, chegavam ao Secretário Nacional, de maiores facilidades (leia-se facilidades financeiras) de acção, de forma a que se pudesse “manter junto da Imprensa uma posição que custou a conquistar e precisa de maior valorização”¹³⁵.

3.2 As relações com a radiodifusão

Num país onde, em 1950, cerca de 40% da população era analfabeta (Barros, 2005), tornava-se clara a importância conferida pelo regime aos modernos meios de comunicação, em particular a rádio, enquanto instrumentos de formação e informação, de operacionalização, reprodução e disseminação da ideologia estonovista.

No Porto, e no que concerne à radiodifusão, no final da II Guerra Mundial as pequenas estações associadas estavam financeiramente exauridas. No começo de 1949, obtiveram autorização para colocar publicidade nos programas, que passou a ser o seu principal suporte financeiro. Mas tal autorização requeria contrapartidas. Funcionou como moeda de troca para o seu silenciamento relativamente às actividades da oposição política (Santos, 2015). Do ponto de vista da Delegação, isso fazia sentido. Num relatório do seu chefe referia-se que se tratava de “um meio difícil, porque os detentores dos Postos, na sua generalidade, têm má orientação política”¹³⁶.

¹³³ ANTT – Secretariado Nacional de Informação, *Relatório do chefe da Delegação do Porto dirigido ao Secretário Nacional*, cx. 3026, 5.11.1954, p. 5-6.

¹³⁴ ANTT – Secretariado Nacional de Informação, *Relatório do chefe da Delegação do Porto dirigido ao Secretário Nacional*, cx. 3026, 5.11.1954.

¹³⁵ ANTT – Secretariado Nacional de Informação, *Relatório do delegado da 3ª Repartição da Delegação do Porto ao chefe da 3ª Repartição do SNI*, cx. 2985, 19.3.1951, p. 1.

¹³⁶ ANTT – Secretariado Nacional de Informação, *Relatório do chefe da Delegação do Porto dirigido ao Secretário Nacional*, cx. 3026, 5.11.1954, p. 10.

Em regra, a relação da Delegação com os postos de rádio particulares do Porto concretizou-se em torno de dois vectores. Por um lado, através da acção da censura, tendo a Delegação uma relação estreita com os fiscais do governo adstritos às estações, normalmente indivíduos que desempenhavam funções profissionais em estruturas governamentais, identificados com os valores ideológicos do regime. Para Rogério Santos, o Secretariado, via Delegação, “mantinha um controlo apertado e ditava instruções de matriz ideológico” (2014: 275) a estes representantes do governo. Assim, e como mero exemplo, pode destacar-se o papel central que, quer os Serviços de Censura, quer a Delegação do Secretariado desempenharam no desaparecimento da portuense Rádio Clube Lusitânia, descrita num ofício da Delegação do Porto de Junho de 1946 como encontrando-se a difundir “programas absolutamente comunistas, cobertos com a capa de críticas literárias e artísticas feitas por estudantes” (*apud* Victorino, 2013: 141). Em consequência, o referido posto viu a sua licença apreendida e foi encerrado em 1948.

Por outro lado, a Delegação ia igualmente conseguindo os seus objetivos, orientando a radiodifusão particular do Porto “no sentido das nossas doutrinas”¹³⁷, ao impor um modelo de programação obrigatória, nova contrapartida pela publicidade autorizada a partir de 1949 (Santos, 2014). Assim, o Secretariado criou peças de teatro radiofónico, palestras e uma revista diária de imprensa, lidas pelos locutores do Secretariado que trabalhariam nos pequenos emissores privados, depois de seleccionados em concurso pelo próprio Secretariado, sendo estes programas transmitidos em horários que o organismo estatal entendia seriam os mais apropriados. No caso do Porto, a Delegação exerceu uma forte acção de colaboração regular com os postos de radiodifusão, de cariz cultural, mediante programas como *Páginas da História*, de Pedro Homem de Melo; *Páginas Literárias*, *Autores Portugueses* e *Registo de Actualidades*, de António Abel Pinto Machado; *Lâmpada de Aladino e Norte* (centrado na literatura tradicional portuguesa); *Dois dedos de conversa* e *Conheça a sua Terra* (sobre turismo), de Manuela Couto Viana, que partilhava ainda um teatro radiofónico com Humberto Magalhães e, ainda, dois programas da inteira responsabilidade da Delegação – *Viagens na minha Terra*¹³⁸ e *Postais Radiofónicos do Porto*.

O Secretariado estava bem ciente das fragilidades financeiras das rádios privadas. E procurou tirar partido disso com um sistema de financiamento indirecto que lhe garantiria o alinhamento das diferentes estações. Pelo menos, assim se esperava. Desta forma procurava exercer “uma mais eficaz influência”, já que os postos “aceitam tudo o que lhes oferecermos” e, em troca, “poderemos exigir

¹³⁷ ANTT – Secretariado Nacional de Informação, *Relatório do chefe da Delegação do Porto dirigido ao Secretário Nacional*, cx. 3026, 5.11.1954, p. 10.

¹³⁸ Escrito por Manuela Couto Viana e suspenso em 1953, devido a falta de verbas.

deles o que também quisermos”¹³⁹. Neste sentido se pode entender o destaque dado pela radiodifusão portuense às Revistas de Imprensa e Notas de Abertura elaboradas pela Delegação, elementos de doutrinação político que eram lidos pelos postos na abertura da sua programação diária. Tal não impediu totalmente, contudo, atitudes de clara rebeldia, como foi o caso da situação descrita num dos officios da Delegação, de Fevereiro de 1946, onde se reportava que a assembleia do Grémio dos Comerciantes da Rádio tinha declarado que a leitura da Revista de Imprensa do Secretariado fazia os postos perderem tempo útil de emissão, pretendendo ser indemnizados por esse prejuízo (Victorino, 2013).

Será este tipo de situações a justificar, muito provavelmente, a instalação, na Delegação, de estúdios próprios de rádio, por volta de 1949. Esta decisão terá permitido uma acção radiofónica mais eficiente e menos dispendiosa, garantindo à Delegação “vantagens de natureza económica e prática”, cruciais, como se viu já, num período em que os orçamentos iam diminuindo substancialmente; outra das vantagens percebidas era, na óptica da Delegação, o fato de estas emissões próprias de rádio constituírem um “estímulo edificante aos portos particulares”¹⁴⁰, funcionando, desta forma, como modelo a seguir.

3.3 A acção cultural da Delegação

Se os jornais e a rádio já remetiam para cuidados com a cultura, houve também uma atenção específica a estes temas propriamente ditos, que se procurará agora analisar, mostrando as linhas de força da intervenção cultural do Secretariado no Porto e Norte do país.

Culturalmente, a actividade da Delegação foi intensa durante o período de António Ferro à frente deste organismo, diminuindo depois da sua saída as verbas alocadas à Delegação, como se viu e, por consequência, o âmbito desta acção, até estar quase totalmente centrada no evento do Maio Florido. Estas festas surgiram logo em 1945 por sugestão de Ferro. Em torno da direcção mantida pelo Secretariado, congregaram-se vários organismos portuenses: a Câmara Municipal, a Comissão Central das Juntas de Freguesia, a imprensa portuense, a Associação Comercial do Porto, a Associação Industrial Portuense e a União de Lojistas do Porto.

O Maio Florido compreendia um conjunto de iniciativas de carácter cultural e artístico, destinadas a todas as esferas sociais da cidade, apresentando um “programa de bom gosto”¹⁴¹. Para as

¹³⁹ ANTT – Secretariado Nacional de Informação, *Relatório do chefe da Delegação do Porto dirigido ao Secretário Nacional*, cx. 3026, 5.11.1954, p. 11.

¹⁴⁰ ANTT – Secretariado Nacional de Informação, *Relatório do delegado da 3ª Repartição da Delegação do Porto ao chefe da 3ª Repartição do SNI*, cx. 2985, 19.3.1951, p. 4.

¹⁴¹ Maio Florido. *O Comércio do Porto*, 4.4.1946, p. 1.

elites da cidade, o Maio Florido oferecia conferências e recitais, a Exposição de Arte Moderna dos Artistas do Norte (a exemplo da iniciativa patrocinada pelo Secretariado em Lisboa desde 1935), os concertos da Orquestra Sinfónica Nacional e a festa de encerramento, a Noite do Maio Florido¹⁴². Para o povo, reservavam-se manifestações de outro tipo, de carácter menos erudito: sessões cinematográficas pelos cinemas ambulantes do Secretariado, que percorriam os bairros da cidade; festivais populares no Palácio de Cristal, com a participação de ranchos folclóricos da região Norte; uma exposição de rosas, com a colaboração da Câmara Municipal, igualmente no Palácio de Cristal; a festa anual da rádio, com artistas da Emissora Nacional. A estes eventos podem-se ainda acrescentar diversos concursos de cariz popular, como o de jardins dos bairros económicos do Porto ou o concurso de montras.

Perdurando, pelo que foi possível perceber, até 1965, as festas do Maio Florido sofreram após a saída de Ferro do Secretariado uma modificação no seu *modus faciendi*, abandonando o seu carácter simultaneamente popular e elitista. Esta mudança correspondeu, desde logo, a uma diminuição substancial do investimento material e financeiro do próprio Secretariado¹⁴³. Certos momentos do extenso programa idealizado por Ferro foram desaparecendo, como a exposição de rosas ou os concursos de montras e das janelas floridas, enquanto outros, que permaneceram pelo menos até finais da década de cinquenta, viram a sua dotação orçamental diminuída, caso da Festa da Noite do Maio Florido, tradicionalmente o evento que fechava este ciclo festivo, ou a Festa da Rádio, um dos espectáculos mais populares.

A imprensa regional não deixou de notar este apoucamento da iniciativa, criticando-a sem pejo. No *Diário do Norte* (recorde-se, o periódico oficioso do Secretariado no Porto) considerava-se que o Maio Florido tinha sido fragmentado, perdendo expressão e significado. Terá sido este descontentamento a justificar que, em 1957 e em 1958, se tenha procurado fazer reviver “o programa da hora primeira do Maio Florido”¹⁴⁴. Assim, em 1957, o evento incluiu o regresso do cinema ambulante, a Festa da Rádio e a Festa Final (com a exibição dos bailados Verde Gaio), além da tradicional Exposição de Arte Contemporânea dos Artistas do Norte; no ano seguinte, acrescentaram-se ao programa os Jogos Florais, a inauguração solene da Casa de Camilo Castelo Branco, em Seide, e o certame folclórico dos grupos ao Norte do rio Douro.

A colaboração com a edilidade portuense nas Festas da Cidade foi desde o início outro dos vectores fundamentais da acção cultural da Delegação, visível em aspectos como o concurso das

¹⁴² Evento que, no ano inicial, o de 1946, contou com declamação de poesia e com os bailados do Verde Gaio, num registo clássico e erudito, de acordo com a assistência.

¹⁴³ Um exemplo apenas: a dotação financeira do evento em 1948 foi de 190 048\$04, tendo diminuído para 64 084\$308 em 1953 (ANTT – Secretariado Nacional de Informação, cx. 5249).

¹⁴⁴ Maio Florido. *Diário do Norte*, 1.6.1957, s/p.

sacadas ornamentadas (a adaptação ao Porto do concurso das janelas floridas realizado em Lisboa), o concurso da cantiga de São João, em colaboração com o Emissor Regional do Norte (estúdios do Porto da Emissora Nacional) ou o concurso para o cartaz anunciador das Festas de S. João. Todavia, fruto dos cortes, esta cooperação centrou-se sobretudo no período inicial de actividade da Delegação, até cerca de 1949, esmorecendo a partir desta data.

Esta actividade cultural mostrava-se importante sobretudo em termos de acção política. Com efeito, para a Delegação, era necessário combater, na cidade, “um escol oposicionista-comunista existencialista, sub-realista – que penetra em todos os meios e, por intermédio dos jornais e agremiações [...] expõem e exibem as suas ideias, habilmente camufladas em conferências, exposições, filmes, músicas e teatro”¹⁴⁵. Segundo a mesma fonte, além de sedes próprias, encontravam igualmente acolhimento em instituições culturais da cidade, como o Ateneu Comercial e o Clube dos Fenianos, anti-situacionistas. Para a Delegação, era essencial “congregar todos os esforços para que, numa bem orientada acção, fizéssemos barreira a essas manifestações, opondo-lhes as nossas ideias, precisamente pelos mesmos meios”¹⁴⁶: pela realização, no Porto, ao longo de todo o ano, de variadas manifestações artísticas, aí trazendo, sempre que possível, as conferências e exposições do Secretariado realizadas em Lisboa, de forma a obter uma “acção combativa” na cidade”¹⁴⁷.

3.4 A acção turística da Delegação

Se as preocupações culturais misturavam discursos estéticos, valores do regime e combate às ideias progressistas de associações e dos meios de comunicação social portuenses, os mesmos cuidados se podem encontrar no programa de fomento turístico que a Delegação desenvolveu, no Porto e na região Norte. É o que veremos na última secção deste texto.

A tutela do turismo cabia ao Secretariado desde 1940, como se viu já. Todavia, desde 1910, com a implantação da República, que este sector era considerado estratégico em termos estatais, entendido então como factor de progresso económico e, em simultâneo, meio para o desenvolvimento de sentimentos patrióticos e de uma nova consciência cívica (Henriques; Lousada, 2010)¹⁴⁸. Embora a sua importância continue a ser reconhecida, as mudanças políticas que, entretanto, ocorreram – a

¹⁴⁵ ANTT – Secretariado Nacional de Informação, *Relatório do chefe da Delegação do Porto dirigido ao Secretário Nacional*, cx. 3026, 5.11.1954, p.14.

¹⁴⁶ ANTT – Secretariado Nacional de Informação, *Relatório do chefe da Delegação do Porto dirigido ao Secretário Nacional*, cx. 3026, 5.11.1954, p.14.

¹⁴⁷ ANTT – Secretariado Nacional de Informação, *Relatório do chefe da Delegação do Porto dirigido ao Secretário Nacional*, cx. 3026, 18.8.1956, p. 35.

¹⁴⁸ Estas ideias traduziram-se na criação, logo em 1911, do Conselho de Turismo, coadjuvado por uma Repartição de Turismo, organismos estatais inseridos no então Ministério do Fomento.

instauração de uma Ditadura Militar, em 1926 e, a partir de 1933, o regime do Estado Novo – conduziram à tutela do Ministério do Interior sobre o sector turístico. Uma tutela, todavia, que comprometia a eficácia da acção turística nacional, uma vez que o Ministério do Interior desde sempre se tinha mostrado mais orientado para a manutenção da ordem pública. Tal conduziu à indispensabilidade de uma direcção mais adequada, que se revelou ser o Secretariado, muito provavelmente por responder directamente ao presidente do Conselho de Ministros.

Sob a supervisão deste organismo, o turismo tornou-se um instrumento privilegiado de promoção e propaganda do regime e garante de manutenção da ordem interna, visível no discurso oficial do director do Secretariado: “Se o turismo é um problema sério, e não um simples passatempo, é porque está ligado, directa e indirectamente, a quase todos os problemas nacionais, contorno indispensável da nossa renovação [...], meio seguríssimo não só de alta propaganda nacional como de simples propaganda política (Ferro, 1949: 34). Era, portanto, um “turismo ideológico”, como afirma Guilherme Victorino (2018: 358), desempenhando, nas palavras do próprio diretor do Secretariado, “o altíssimo papel de encenador e decorador da própria Nação” (Ferro, 1949: 34).

Neste sentido, também a Delegação do Secretariado no Porto possuía Serviços de Turismo, divididos entre as 3ª e 4ª Repartições. No âmbito destes Serviços cabia uma variedade muito grande de acções relacionadas com o sector, como as vistorias a estabelecimentos hoteleiros (hotéis, pensões, pousadas, estalagens, casas de hóspedes, restaurantes ou cafés), a assistência técnica a entidades várias, a realização de trabalhos gráficos, a participação em júris de concursos e o trabalho na Agência de Turismo então criada.

Estas actividades permitiam uma efectiva intervenção do Secretariado, via Delegação, não apenas na cidade do Porto, mas em todo o Norte do país. O objectivo era claro: a criação de uma ‘sala de visitas’ digna de receber um público estrangeiro, erudito e cosmopolita, e um público nacional, constituído pelas citadinas classes médias-altas e por elites intelectuais, políticas e económicas, oferecendo-lhes um Portugal de bom gosto, ‘autêntico’. Para tal, impunha-se o aprimoramento dos padrões estéticos da sociedade, apresentando espaços e cenários de agradável contemplação, que atendessem às exigências destas audiências, funcionando em simultâneo como emblemas da portugalidade, ou de uma portugalidade como idealizada pelo regime, via Secretariado.

Foi, portanto, a retórica visual do Estado Novo, as noções de ‘bom gosto’ e de ‘belo’ instituídas pelo Secretariado o que se procurou cumprir, naquilo que se pode considerar uma orientação ‘musculada’ de um programa estético, que era em simultâneo (ou sobretudo?) político. Assumiu, sobretudo, uma vertente formativa, pedagógica mesmo, mas também, em diversos casos, fiscalizadora.

Desde logo, pelos concursos lançados, alguns de cariz regional, outros réplicas do que se fazia na sede, em Lisboa, com diferentes níveis de sucesso e eficácia. Por exemplo, o concurso das praias do

Norte, lançado no Verão de 1945 e descrito na imprensa diária como uma “prova de bom gosto”¹⁴⁹, que contou, todavia, apenas com três edições, de 1945 a 1947. Ou o concurso de jardins dos bairros económicos da cidade do Porto, competição iniciada em 1947 e que terá perdurado até 1958, apresentada no *Diário do Norte* como procurando “contribuir para o apuramento estético de uma obra comum”¹⁵⁰. Ainda: o concurso de montras do Secretariado, continuação do que se fazia desde 1940 em Lisboa, integrado nas primeiras festas do Maio Florido, que almejava “valorizar, dentro do máximo bom gosto e dos modernos processos de propaganda, os produtos expostos nos estabelecimentos comerciais e industriais”¹⁵¹.

A função destes concursos? A modelação de uma nova fisionomia turística do Norte, e do país, de matriz nacionalista e regionalista, de enfatização dos recursos de cariz popular, estilizados pelos artistas modernistas da equipa do Secretariado. No fundo, uma proposta alternativa ao mercado turístico internacional, recheado de atracções eruditas e cosmopolitas.

Depois, pela assistência técnica na organização de festas, certames e solenidades de interesse nacional ou local – como as Festas Gualterianas de Guimarães e a Feira Agrícola Industrial de Fafe, as exéquias por alma da rainha D. Amélia (através do arranjo da Igreja da Lapa, no Porto) ou a campanha para as eleições presidenciais de 1954. De tal forma esta presença se fazia sentir que, em relatório da Delegação à sede do Secretariado, se escrevia: “Não há solenidade de vulto no Norte, para que não nos peçam assistência técnica ou, pelo menos, que não consultem estes Serviços”¹⁵².

Igualmente, na orientação e colaboração em trabalhos técnicos em espaços turísticos privados, nomeadamente no que a mobiliário e decoração dizia respeito, propondo aplicações decorativas a partir de materiais ‘tipicamente’ portugueses, como a cortiça, os tecidos regionais, o ferro forjado, os azulejos. Podem-se destacar, neste campo, o desenho de peças de mobiliário e projectos de decoração na Pousada do Barão de Forrester, em Alijó, na Pousada de São Gonçalo, no Marão, no Hotel do Toural, em Guimarães, ou no Posto de Turismo de Barcelos. Muito deste esforço de enquadramento estético dos espaços turísticos nos cânones e valores defendidos pelo Secretariado resultava da acção, via Delegação do Porto, das Brigadas Hoteleiras¹⁵³ do Secretariado para o Norte do país, providenciando ajuda, melhoramentos e soluções decorativas delineadas por aquele organismo.

¹⁴⁹ Concurso das praias do Norte. *Diário de Notícias*, 15.8.1945, p. 2.

¹⁵⁰ Ronda das ‘Pequenas Cidades’ do Porto. *Diário do Norte*, 10.12.1949, p. 5.

¹⁵¹ Maio Florido. *O Comércio do Porto*, 4.4.1946, p. 7.

¹⁵² ANTT – Secretariado Nacional de Informação, *Relatório do chefe da Delegação do Porto dirigido ao Secretário Nacional*, cx. 3026, 5.11.1954, p.25.

¹⁵³ Foram criadas pelo Secretariado duas secções, uma para o Norte e outra para o Sul do país, que entraram em actividade em Abril de 1941, constituídas por um arquitecto, um artista decorador e um funcionário dos Serviços de Turismo do Secretariado.

Quanto à Brigada Hoteleira do Norte, e sob a alçada da Delegação do Porto, entre 1945 e 1948, encarregou-se de nove intervenções de fundo em hotéis, pensões e restaurantes. A partir de um ofício desta Delegação, de Janeiro de 1947, e dirigido a António Ferro, percebem-se as múltiplas deficiências detectadas nestes estabelecimentos. Dos casos aí expostos, são referidas as tarifas altas do pequeno-almoço no Grand Hotel do Porto e os preços elevados das refeições no restaurante Leonardo, na Póvoa de Varzim. A vários espaços visitados pelas Brigadas foi recusada a atribuição de valor turístico, caso dos restaurantes Camões, Expresso e Porto; outros baixaram de classificação, perdendo alguns hotéis e pensões a categoria respectiva e passando a ter de utilizar a designação de albergaria (Victorino, 2018).

De destacar a execução de trabalhos gráficos diversos, como folhetos de propaganda de festas, maquetas, mapas turísticos ou cartazes, como resposta às múltiplas solicitações que chegavam à Delegação, em particular por parte dos municípios, com pedidos de verbas e de equipamentos, relativamente às suas actividades – concursos, festas ou efemérides. Esta opção da Delegação do Porto, de divulgação propagandística deste tipo de iniciativas municipais através de produção gráfica própria, permitia controlar os custos com despesas, ao mesmo tempo que garantia uma melhor qualidade gráfica destes materiais do que aquela que poderia resultar da iniciativa dos organismos locais. Possibilitava ainda dar trabalho a artistas, quer locais – exemplos de António Cruz, a quem foi entregue a concepção de um Roteiro das Praias do Norte, em 1946, de Albano Neves e Sousa, autor de um cartaz para Espinho, em 1948, ou de Carlos Carneiro, responsável pelo cartaz das Festas de S. João em Braga, em 1946 – quer dos quadros da própria Delegação, já que a pedidos como o do presidente da Comissão Municipal de Turismo de Vila do Conde para o financiamento de um folheto de produção local, respondia a Delegação com uma proposta de maquete de um cartaz, muito provavelmente efectuada pelo artista de serviço na Delegação, e delegado da 4ª Repartição, José Luís Brandão de Carvalho (Victorino, 2018).

Por fim, e no que diz respeito à promoção genérica, no âmbito turístico, salientam-se iniciativas como os pedidos da Delegação dirigidos aos governadores civis e presidentes de municípios nortenhos para enviarem fotografias de monumentos, paisagens e obras executadas, com a intenção de se criar um portefólio para aproveitamento futuro daqueles conteúdos ou o envio de notas aos directores dos vários postos de rádio (Rádio Renascença, Emissor Regional do Norte e postos particulares), solicitando a cobertura de eventos de valor turístico a acontecerem na região Norte.

Quanto à acção da Agência de Turismo, e devido ao aumento do movimento de turistas que visitavam o Norte do país – de 3674 em 1951, passaram para 8960 no ano seguinte, duplicando em 1953 – considerava-se absolutamente necessário dispor em número suficiente de publicações de turismo para oferta aos turistas que se dirigiam à Agência. Todavia, a questão da escassez de verbas

revelava-se aqui, como em outras áreas de actuação da Delegação, um forte entrave, gerando um défice crónico de publicações informativas, problema que parecia sem solução; assim, em 1946, Brandão de Carvalho referia o seu descontentamento com a chegada de um número reduzido de exemplares do *Guia Portugal Pousadas* à Delegação, após uma espera de três meses face ao pedido feito, enquanto um turista alemão se queixava, nesse mesmo ano, da falta de um guia turístico da cidade do Porto (Victorino, 2018).



(Fonte: ANTT, Fundo do SNI, cx. 736)

Figura 6 e Figura 7: Agência de Turismo da Delegação do SNI no Porto

Estes constrangimentos orçamentais reflectiram-se, por fim, no arranjo das montras da Delegação, elemento essencial na divulgação turística da cidade, da região e do próprio organismo, tendo o seu responsável indicado que não teria sido possível manter as montras por falta de material, pelo que estariam vazias, apresentando como soluções o arranjo das montras com elementos enviados da sede ou o destinar de verba específica, no orçamento da Delegação, para este fim.



(Fonte: ANTT, Fundo do SNI, cx. 736)

Figura 8 e Figura 9: Montras da Delegação do SNI no Porto

4. A GEOGRAFIA DE ACÇÃO NO TERRITÓRIO ESTRANGEIRO: OS CENTROS PORTUGUESES DE INFORMAÇÃO DE GENEBRA E ROMA

Como se viu, o final da II Guerra Mundial confrontou Portugal com desafios acrescidos, face a um novo contexto internacional: na Europa, decorrente de um novo cenário político dominado por democracias parlamentares; fora da Europa, com a hegemonia conseguida pelos EUA, pelo surgimento da chamada Guerra Fria e pela emergência e desenvolvimento dos movimentos de descolonização. Estava, pois, em causa a sobrevivência do regime. Para a garantir, Portugal cedo entendeu a necessidade de integração. Assim, aderiu ao Plano Marshall e à Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), em 1949, assinou com os Estados Unidos dois acordos bilaterais de defesa e de auxílio mútuo, em 1951, e apresentou a sua candidatura, logo em 1946, a membro da ONU, como já referido, embora a adesão só se tenha concretizado em 1955. Tratava-se, pois, de exemplos da “estratégia de adaptação do regime ao novo sistema internacional do pós-guerra” (Castaño, 2015: 9).

Neste contexto, aborda-se neste capítulo a política cultural externa de Portugal nas décadas de 1950 e 1960. Entende-se que a abordagem às práticas de diplomacia cultural do país é essencial para melhor se compreender o processo de procura de legitimação internacional pelo regime.

Como é do conhecimento geral, a diplomacia cultural acompanhou e facilitou o processo de construção dos Estados-nação desde o último quartel do século XIX. Esclareça-se que o conceito de diplomacia cultural aqui seguido baseia-se na proposta de Richard Arndt (2011), significando um conjunto de acções culturais configuradas pelo Estado e que se encontram ao serviço do interesse nacional; entende-se, portanto, a diplomacia cultural como uma forma de promoção “[of] emblems and cultural representations that seek to synthesize a specific way of ‘being’ in the world” (Zamorano, 2016: 180). Neste sentido, a cultura, em particular a noção de cultura nacional, tendeu a ser politicamente instrumentalizada, sobretudo nas suas formas de representação externa. A propensão de institucionalização das actividades de diplomacia cultural, iniciada no contexto do pós I Guerra Mundial, quando se desenvolveu “[a] state initiated, administered and financed external cultural policy”, acentuou-se durante o segundo conflito mundial, verificando-se “the close bond forged between external cultural policy and propaganda” e intensificou-se no período do pós-guerra, em particular no contexto da Guerra Fria, verificando-se que “the politicization of culture that intensified with the inter-war propaganda now escalated to turn culture from a vehicle for ideology into a synonym of ideology” (Paschalidis, 2009: 280-283). Desta forma, a abordagem conceptual aqui utilizada decorreu da aplicação

do conceito de *soft power*¹⁵⁴, no contexto de um pós guerra europeu – mas também mundial – em que se fazia sentir “a importância cada vez maior da dimensão cultural, num mundo de comunicação e intercâmbios multiplicados em que a centralidade das relações externas e a preponderância da multilateralidade cresciam a olhos vistos” (Guedes, 1998: 114).

Assim, este capítulo dirige o seu foco para os denominados Centros Portugueses de Informações, em Genebra e em Roma, criados pelo então ministro de Portugal nestas cidades, António Ferro¹⁵⁵. Considera-se que estas instituições, de carácter cultural, operavam numa lógica de disseminação de uma certa imagem e concepção nacionais, tendo actuado recorrentemente como instrumento de políticas externas estatais assentes num forte nacionalismo cultural. Através destes organismos, Portugal procurou criar e difundir uma imagem positiva “através de um conjunto referencial fiduciário” (Matos, 2010: 142). Neste sentido, a acção de António Ferro como ministro de Portugal em Berna e em Roma destacou-se pelo seu entendimento de que a história e a cultura lusas¹⁵⁶ seriam (ou deveriam ser) os referenciais identitários fundamentais que guiarão a política externa do país.

4.1 Os Centros Portugueses de Informações em Genebra e Roma: Fundação

Depois de, em 1953, a tutela das Casas de Portugal ter passado para o Secretariado, como se viu, a representação cultural externa do país passou a ser gerida com base num novo formato, com o Secretariado a abrir, nas décadas de 1950 e 1960, em várias cidades europeias, representações portuguesas que se inspiravam directamente no modelo das Casas, emulando a sua orgânica bipartida, e onde a articulação entre a representação cultural/turística/comercial e a propaganda política era inegável. Foram então criados, com tutelas diferenciadas e funções repartidas: os Centros de Turismo

¹⁵⁴ O termo foi usado pela primeira vez pelo professor de Harvard Joseph Nye, em particular na obra seminal de 2004 – *Soft Power: The Means to Success in World Politics*. Para Joseph Nye, *soft power* constitui “the ability to affect others to obtain the outcomes one wants through attraction rather than coercion” (2008: 94). Nye caracteriza o *soft power* como o tipo de exercício de poder que utiliza recursos intangíveis, entre os quais a cultura, por oposição ao *hard power*, que utiliza recursos materiais, como a população, o território, os recursos naturais, o poder da economia, as forças armadas e o desenvolvimento tecnológico.

¹⁵⁵ Sobre este assunto, os conhecimentos, no que ao caso português se refere, são exíguos. Na realidade, não parece existir nenhum estudo sobre este tipo de instituições em particular. Ver, contudo: Guedes, 1998 e Ganhão, 2018. Há, em contrapartida, investigação mais genérica, que se pode dividir em dois pólos de interesse. Por um lado, sobre as relações culturais entre Portugal e outros países: Matos, 2010, Ninhos, 2012 e Ninhos, 2016; por outro, relativamente à actividade da diplomacia cultural de Portugal no estrangeiro: Mineiro, 2017, Alves; Araújo, 2015 ou Rollo; Queiroz; Brandão; Salgueiro, 2012.

¹⁵⁶ Politicamente, no discurso oficial do Estado Novo, a história de Portugal apresentava-se como uma sucessão de factos heróicos, de acções abnegadas, de personagens quase míticas, uma série de feitos únicos, especiais, possíveis porque portugueses.

de Portugal em Bruxelas e Estocolmo, e os Centros de Informações em Genebra, Roma, Bona e Hamburgo. Enquanto os primeiros foram colocados sob a dependência do Comissariado de Turismo, órgão do Secretariado, os Centros de Informações ficaram na alçada do Fundo de Fomento de Exportação, embora com subsídios específicos do Secretariado destinados à propaganda turística e cultural (Melo, 1999b).

Quanto ao Centro de Informações de Genebra, a sua história começou em 1950, quando António Ferro assumiu o cargo de ministro de Portugal na Suíça, e rapidamente transformou a vida pacata da Legação de Portugal em Berna num rodopio de recepções, almoços, jantares, bailes, *cocktails*, exposições¹⁵⁷, idas ao cinema, ao teatro e a concertos e passeios turísticos por cidades e aldeias suíças.



(Fonte: FAQ, Newsletter nº 96 / 14 de Outubro de 2015)

Figura 10: Paulo Ferreira e Jaime de Carvalho, numa rua de Berna, perante o cartaz da exposição "Lisbonne aux mille couleurs", de Carlos Botelho

¹⁵⁷ Como a exposição do pintor Carlos Botelho, intitulada *Lisbonne aux mille couleurs*, inaugurada a 22 de Setembro de 1951, e constituída por cerca de uma vintena de quadros a óleo, tendo como tema Lisboa (Ferro, 2015).



(Fonte: FAQ, *Newsletter* nº 96 / 14 de Outubro de 2015)

Figura 11: Recital de fado com Amália Rodrigues, Legação de Portugal, 29 de Fevereiro de 1952



(Fonte: (FAQ, *Newsletter* nº 96 / 14 de Outubro de 2015)

Figura 12: Un soir au Portugal: inauguração da “Casa Portuguesa”, decoração de Paulo Ferreira, Legação de Portugal, 30 de Maio de 1952

Tinha-se atribuído uma função: apresentar Portugal à nação suíça, convicto que “pela Europa fora há muito a fazer por Portugal e pelas nossas coisas”¹⁵⁸. Mas cedo percebeu que a Legação seria insuficiente para concretizar essa missão. Desta forma, em breve apresentava ao Presidente do Conselho um projecto para um Centro Português de Informações em Genebra, cidade onde existia um espaço que tinha sido ocupado pela delegação portuguesa na antiga Sociedade das Nações, então fechado e sem finalidade prática. Para o ex-director do Secretariado, o Centro de Informações teria como orientação fundamental uma acção de propaganda política, num país fulcral como a Suíça, “pela posição geográfica [...] de encruzilhada, no centro da Europa”¹⁵⁹. Via-o mesmo como uma “base discreta à [sua] acção diplomática”¹⁶⁰. A esta actuação política, o ministro de Portugal acrescentava duas outras linhas de acção complementares: uma de cariz turístico – considerando a Suíça como “o país do turismo por excelência”¹⁶¹ – e cultural, através de iniciativas “que alimentem a curiosidade, o interesse pela nossa terra”¹⁶², e outra de activa propaganda económica dos produtos portugueses, dada a importância do mercado suíço.

Em Itália, contudo, a questão de um Centro de Informações advinha de razões bastante diferentes, já não se tratando, somente, da necessidade de divulgação do país. Na década de 1950, nas relações bilaterais entre Portugal e Itália assistiu-se a um estreitamento dos laços históricos e de amizade. O discurso diplomático italiano que sustentou esta aproximação assentava no argumento dos interesses espirituais comuns da latinidade. Todavia, na realidade, a política externa italiana jogava-se como uma estratégia de posicionamento em áreas onde pretendia obter influência económica, constituindo “uma via de solução para problemas internos, relacionados com a exportação de produtos nacionais e de mão-de-obra excedentária e a obtenção de matérias-primas essenciais à indústria nascente” (Matos, 2010: 65). Esta estratégia não passava despercebida ao Encarregado de Negócios de Portugal em Roma que, em ofício de 1955, escrevia: “Parece [...] resultar que, por detrás de todas as afirmações de carácter cultural, existiriam, fundamentalmente, interesses muito concretos de carácter económico” (*apud* Matos, 2010: 78). Atitude que não interessaria muito ao regime português, tradicionalmente fechado aos interesses económicos de nações mais fortes. Neste sentido, parece

¹⁵⁸ Martins, Pina. Recordando António Ferro, embaixador de Portugal em Roma. *Diário de Notícias*, 25.11.1971, p. 18.

¹⁵⁹ ANTT – Secretariado Nacional da Informação, *Exposição sobre o Centro Português de Informações*, cx. 3098 [1950], p. 2.

¹⁶⁰ ANTT – Secretariado Nacional da Informação, *Exposição sobre o Centro Português de Informações*, cx. 3098 [1950], p. 4.

¹⁶¹ Nesta proposta, Ferro frisava que “não há europeu ou um americano que não sonhe com umas férias na Suíça e grande é o número de europeus e de americanos que realizam, anualmente, esse sonho” (ANTT – Secretariado Nacional da Informação, *Exposição sobre o Centro Português de Informações*, cx. 3098 [1950], p. 1).

¹⁶² ANTT – Secretariado Nacional da Informação, *Exposição sobre o Centro Português de Informações*, cx. 3098 [1950], p. 2-4.

coerente o fato de, na década de 1950, terem sido nomeados para a missão diplomática portuguesa em Roma personalidades ligadas à vida cultural nacional e internacional, em particular António Ferro, como mencionado, que aí esteve apenas dois anos, entre 1954 e 1956¹⁶³.

Chegado a Roma, Ferro cedo se apercebeu que a presença e a visibilidade de Portugal, e da cultura portuguesa, eram diminutas, por comparação com a acção de outras representações diplomáticas e instituições culturais estrangeiras. O ministro de Portugal sentia a necessidade de diminuir a “patente desigualdade” em que Portugal aí se encontrava face a outras nações, levado por “considerações de prestígio”, por um lado e, por outro, convicto de que uma presença cultural portuguesa intensa “colocaria Portugal entre os países cujo reflexo em Itália poderia exercer a mais profunda atracção”¹⁶⁴. Uma presença forte de Portugal em Itália, no campo cultural, mediante um Centro Português de Informações, era, portanto, considerada indispensável à projecção política da Nação, e o ministro de Portugal compreendeu que não só as grandes potências levavam a cabo uma intensa actividade cultural e de propaganda¹⁶⁵, como “os pequenos países desenvolvem aqui um programa muito maior do que me foi dado verificar noutros centros”¹⁶⁶. Ferro referia-se em particular a nações europeias como a Áustria, a Bélgica, a Suécia ou a Holanda, mas também a países como o Egipto e nações da América Latina, em particular o Brasil e a Argentina, que desenvolviam a sua acção através de institutos, cursos de línguas, concertos, conferências, projecção de filmes e da publicação de boletins, em geral distribuídos gratuitamente. Alguns destes países possuíam ainda centros de informações, casos do Egipto e da Suécia.

Para o ministro de Portugal, a propaganda cultural deveria ser encarada como um dos vectores da estratégia anticomunista nacional, ainda mais relevante num país como a Itália que, no imediato pós II Guerra Mundial, tinha visto a influência da ideologia comunista crescer entre a população. Também José Manuel da Costa, então director do Secretariado Nacional de Informação, tinha manifestado ao ministro da Presidência o seu interesse na criação de um Centro Português de Informações em Roma, considerando que tal se enquadrava “dentro do plano de actividade turística concebido pelo

¹⁶³ E não personalidades com interesses ou funções na área económica. A Ferro sucedeu Eduardo Brazão, entre 1958 e 1962, que o tinha anteriormente substituído como director do Secretariado Nacional de Informação, cujo perfil académico foi já analisado neste relatório.

¹⁶⁴ ANTT – Secretariado Nacional da Informação, *Carta do ministro de Portugal em Roma a Jorge Felner da Costa, chefe da 4ª Repartição do SNI*, cx. 698, 20.12.1954, p. 3-4.

¹⁶⁵ Ferro destacava a acção dos EUA, mediante o *United States Informations Service*; de França, através do *Centre Culturel Français*, da Academia Francesa, do *Centre d' Études St. Louis de France*, do *France Tourisme Service* e do *Bureau de Presse et Documentation*; da Inglaterra, via *British Council* e Bureau Inglês de Informações e Imprensa, e ainda da Espanha, que atuava mediante o *Instituto Español de Lengua y Literatura*, do *Centro Turístico Español* e do Bureau de Imprensa da Embaixada (ANTT – Secretariado Nacional da Informação, *Carta do ministro de Portugal em Roma a Jorge Felner da Costa, chefe da 4ª Repartição do SNI*. ANTT/SNI, cx. 698, 20.12.1954, p. 1).

¹⁶⁶ ANTT – Secretariado Nacional da Informação, *Carta do ministro de Portugal em Roma a Jorge Felner da Costa, chefe da 4ª Repartição do SNI*, cx. 698, 20.12.1954, p. 1.

Secretariado como indispensável à cada vez mais imprescindível difusão da informação portuguesa em países estrangeiros”¹⁶⁷.

A política ultramarina foi outro dos factores que condicionou as relações com Itália. O governo italiano tinha assumido desde o final da II Guerra Mundial uma clara posição anticolonialista, embora mostrasse em meados da década de 1950 uma mudança relativamente a esta postura, como apontado por António Ferro, em carta ao ministro dos Negócios Estrangeiros, afirmando que a Itália teria optado por uma “posição cada vez mais compreensiva em face da autoridade das potências detentoras de colónias”, pois perdera a esperança de que “a exibição de um anticolonialismo provado contribuiria para abrir ao comércio exportador italiano grandes facilidades aos novos Estados criados no Norte de África e nos países do Médio Oriente”, considerando que seria “mais fácil [...] encontrar acolhimento às suas pretensões africanas através de entendimentos de chancelaria com países coloniais” (*apud* Matos, 2010: 227).

Todavia, o reconhecimento, por parte de Portugal, da ambiguidade política de Roma face a este assunto, criando margem de manobra suficiente que melhor conviesse ao pragmatismo dos seus interesses – optando ora por apoiar as potências coloniais ora os nacionalismos africanos¹⁶⁸ – tornava essencial a prontidão da acção informativa portuguesa “para a obtenção de apoios externos, permitindo a formação de uma opinião favorável” (Matos, 2010: 97), justificando em grande medida o apoio estatal à criação de novo Centro de Informações em Roma.

Nos dois casos em estudo, um vector em comum a justificar a sua criação: o turismo. Para Portugal, e para o seu regime, o turismo tornou-se parte essencial no granjear de uma imagem positiva na opinião pública internacional. Como Paula Ganhão sublinha, “quantas maiores as dúvidas em relação à natureza autoritária ou fascista dos regimes, maiores as necessidades de assegurar uma imagem de normalidade, reiterada pela possibilidade de visitar, ver e circular dentro do país” (2018: 37).

Mas não se tratava apenas da reputação de Portugal. Dizia respeito igualmente às suas finanças: o início da década de 1960 revelou-se um período marcado pelas dificuldades económicas provocadas

¹⁶⁷ ANTT – Secretariado Nacional da Informação, *Carta do director do SNI ao ministro da Presidência*, cx. 698, 16.11.1954, p. 1-2. Em 1958, já depois de Ferro ter sido substituído no cargo por Eduardo Brazão, a presença cultural de Portugal em Itália continuava a estar na ordem do dia, considerando o novo ministro de Portugal que “é sobretudo nesse campo que a nossa presença neste país mais se poderá salientar, com aquelas consequências vantajosas que advêm dessa forma de expansão da nossa cultura” (*apud* Matos, 2010: 232). Em nova carta de 1958, Brazão insistia: “A mim parece-me que a presença viva de Portugal no campo cultural, em países como a Itália, é indispensável à nossa projecção política” (*apud* Matos, 2010: 234).

¹⁶⁸ Foi o caso da posição assumida por Roma em 1955, face à tentativa de invasão de Goa, um dos territórios coloniais portugueses, pela União Indiana, que reflectiu a pluralidade de interesses em causa: desde logo, a necessidade de preservar as relações diplomáticas com Portugal, em função dos interesses económicos italianos já salientados em relação à África portuguesa; depois, o facto de a União Indiana constituir um dos principais importadores de produtos italianos.

pela Guerra Colonial em que Portugal se tinha envolvido, que comprometiam o precário equilíbrio das contas com o exterior. Em simultâneo, esta foi a época da explosão do turismo em massa, como se viu já, decorrente da recuperação económica sentida na Europa no pós II Guerra Mundial, da consequente melhoria das condições de vida e da consolidação e universalização de conquistas sociais (algumas das quais iniciadas já nos anos trinta), entre elas o direito a férias pagas, bem como da democratização de acesso a meios de transporte como o automóvel ou o avião.

Iniciou-se, desta forma, um novo período no sector turístico nacional, centrado sobretudo nos estrangeiros. Como afirma Susana Lobo: “A uma oferta dedicada quase exclusivamente à procura interna, centrada na propaganda dos ‘Valores Turísticos Nacionais’ e estruturada a partir de uma rede de pousadas espalhadas pelos principais itinerários turísticos do país, sobrepõe-se, então, a necessidade de dar resposta à crescente entrada de estrangeiros que atravessam as nossas fronteiras à descoberta do sul” (2010: 91). Mas para estes turistas escolherem Portugal como o seu destino de férias, a propaganda do país no exterior revelava-se fundamental; esta era, também (sobretudo?), a função dos Centros de Informações, como se verá a seguir.

4.2 Os Centros Portugueses de Informação de Genebra e Roma: Actividades

Estes Centros estavam na dependência directa do Fundo de Fomento de Exportação, como mencionado anteriormente, criado em 1949 para apoiar a promoção do comércio externo português, preocupação fundamental do governo, em especial numa fase em que se empregavam esforços para melhorar a situação da balança comercial. O que se pretendia era actuar no sentido de se fazer “uma propaganda bem orientada que torne conhecidos os nossos produtos” de forma a, por um lado, manter as posições tradicionais do comércio externo português e, por outro, “abordar, com êxito, a conquista de novos mercados”¹⁶⁹.

Uma das atribuições do Fundo era o auxílio, por meio de subsídios ou empréstimos, aos serviços ou organismos nacionais que no estrangeiro exercessem funções de estudo, informação e observação de mercados, bem como na propaganda e defesa dos produtos portugueses em contextos extra nacionais. Assim se entendia a sua relação com os Centros de Informações, essenciais para o trabalho que viria a ser desenvolvido no estrangeiro (Ganhão, 2018).

Neste sentido, a propaganda económica levada a cabo pelos Centros constituiria uma secção autónoma, gerida directamente pela Comissão Delegada para o Comércio Externo através do Fundo de Fomento de Exportação. Previa-se que o director dos Centros fosse delegado do Ministério da Economia, e por ele pago, exercendo cumulativamente essas funções com as que lhe seriam atribuídas

¹⁶⁹ *Diário do Governo*, I série, nº 192, Decreto-Lei nº 37 538 de 2.9.1949, preâmbulo.

pelo Secretariado, uma vez que, para além da propaganda comercial, os Centros, como foi dito, tinham sido pensados igualmente como indispensáveis veículos de propaganda política, cultural e turística e, desta forma, a relação estabelecer-se-ia entre o director dos Centros e o SNI.

Nos casos aqui em estudo, a verba concedida pelo Fundo de Fomento de Exportação foi, no ano inicial, aplicada quase totalmente na instalação, organização e funcionamento dos serviços, com uma reserva muito limitada para actividades adicionais. Quanto à verba do Secretariado, e decorrente da análise das propostas de orçamentos e contas de gerência dos Centros, sabe-se que a dotação do Centro de Genebra manteve-se a mesma entre 1950 e 1956, no valor de 180 000\$00 anuais, isto apesar dos pedidos insistentes para um aumento do subsídio. Quanto ao Centro de Roma, dispôs no período de verbas consideravelmente superiores: se começou com uma dotação inferior ao de Genebra – 150 000\$00 entre 1954 e 1958 – viu o seu orçamento crescer gradualmente ao longo do período em análise, com as verbas atribuídas pelo Secretariado a oscilarem entre 270 000\$00 (1960-1962) e 375 000\$00 (1964-1965). Tal aumento justificar-se-ia pela importância atribuída à capital italiana, em particular no que dizia respeito a movimentos de turistas internacionais, bem como ao investimento por parte do Estado na imagem de Portugal no exterior, em relação com a defesa da posição portuguesa na questão da posse de colónias. Destes dados se poderá deduzir a importância atribuída ao Centro de Roma, importância política, mas também económica, em ligação com o turismo.

Este subsídio do Secretariado para fins turísticos foi empregue num conjunto de iniciativas que se revelaram comuns aos dois Centros.

Desde logo, em publicações diversas. No caso suíço, pela publicação de um *Boletim de Informações*, em francês e alemão, e de outro tipo de edições referentes ao país, como o álbum *Portugal welcomes you*. Em Roma, pela edição do boletim *Notizie dal Portogallo*, redigido em italiano e distribuído à imprensa do país e agências de viagem, bibliotecas, estudantes universitários e membros do Grupo Amigos de Portugal. Ainda, através do envio regular de publicações, material de propaganda e informação atinentes a Portugal a jornais, agências de viagem, consulados estrangeiros e diferentes delegações.

Depois, em campanhas publicitárias de imagem, direccionadas aos públicos dos dois países, mas também aos turistas que estes recebiam¹⁷⁰. Estas campanhas faziam-se quer em jornais de maior influência, quer em exteriores – *outdoors* nas cidades mais populosas ou quadros publicitários no aeroporto de Genebra; através de cartazes fotográficos coloridos distribuídos em agências de viagem de Roma e afixados nos consulados de Portugal, na Casa Madona di Fatima, no Pontifício Colégio

¹⁷⁰ Em relatório da directora do Centro de Genebra, Maria Manuela Sousa, para o Comissário de Turismo do Secretariado, Álvaro Roquette, de Dezembro de 1968, fazia-se referência a cerca de 6 milhões de turistas que anualmente a Suíça recebia; quanto à Itália, encontrou-se uma referência, mas para o ano de 1954, de cerca de 8 milhões de turistas anuais.

Português, em escolas italianas; ou mediante campanhas de montras, em agências de viagens, companhias aéreas, bancos, espaços comerciais.

Neste último caso, destacam-se as montras do Centro de Informações em Berna, dirigido por António Batalha Reis e decorado por Paulo Ferreira, então chefe dos Serviços Artísticos das Casas de Portugal. Nestas montras, uma das principais atrações era o folclore nacional, com duas vitrinas, uma dedicada ao Alentejo e outra à Nazaré, mostrando as figuras típicas destas localidades, através de cerca de doze bonecos com trajes regionais. Igualmente, as duas grandes montras do Centro de Informações em Roma, na Via Magenta, constituíam chamarizes para quem passava: aí se expunham cartazes, fotografias, objectos de arte popular e folclore, e se publicitavam as várias iniciativas e realizações do Centro. Tratava-se de “uma acção constante [que] passou a ser o apoio esclarecedor e sempre presente dos que desejam ser informados sobre Portugal”¹⁷¹. Em 1964, e para intensificar esta acção, o Centro alugou uma vitrina na passagem subterrânea para peões existente na Via del Tritone, uma concorrida artéria romana: sob o lema “Portogallo paese tranquilo”, manteve-se uma montra bem iluminada e regularmente modificada em termos decorativos, “sempre nitidamente portuguesa”¹⁷², que chamava a atenção dos transeuntes para as belezas naturais e monumentais portuguesas.

Uma outra forma foi a participação em exposições. Algumas dedicadas a Portugal, como a organizada pela Union de Banques Suisses, em 1958. Outras onde o país tinha um pavilhão próprio, na maioria das vezes a cargo do Fundo de Fomento de Exportação, uma vez que, primordialmente, se tratava de Feiras Internacionais de Comércio, existindo nos pavilhões de Portugal um stand de informação turística ao público com exposição de cartazes e distribuição de material de propaganda. Foi o caso da participação na Feira Internacional de Palermo e nas Feiras de Bari e Milão, em 1958 e, em 1961, em Bolonha, Trieste, Pádua e Parma; ou, no caso suíço, na Biennale du Loisir, Genebra, e no Salon International du Tourism et des Sports, em Lausanne, em 1970, eventos que contavam “regularmente com a representação de países nossos concorrentes tais como Espanha, Itália, Grécia, Roménia”¹⁷³, e onde convinha, pois, marcar forte presença.

Ainda, através da organização de variadas iniciativas culturais. Foi o caso da exposição de arte popular intitulada Cores e Reflexos de Portugal, organizada pelo Centro de Informações de Genebra, em 1954, no Museu de Arte e História dessa cidade. Centrando-se na arte popular portuguesa, servindo-se de objectos utilizados anteriormente nas exposições internacionais em que o país tinha participado e nas diversas exposições temporárias organizadas pelo Secretariado ao longo dos anos de

¹⁷¹ ANTT – Secretariado Nacional de Informação, *Relatório da Actividade da Secção de Turismo do Centro Português de Roma no ano de 1961*, cx. 1633 [1961], p. 5.

¹⁷² ANTT – Secretariado Nacional de Informação, *Relatório da conta da aplicação do subsídio do S.N.I. de 1964*, cx. 4312, 31.12.1964, p. 1.

¹⁷³ ANTT – Secretariado Nacional de Informação, *Orçamento para 1971. Nota justificativa por rubricas (turismo)*, cx. 832, 20.8.1970, p. IX.

1930 e 1940 – peças de filigrana e de barro, associadas à religião popular, artefactos de uso doméstico e relacionados com actividades económicas, trajes regionais, etc. – esperava-se que contribuísse “para o melhor conhecimento no meio internacional [...] da vida e carácter da gente portuguesa”¹⁷⁴.

A organização de conferências sobre diversos aspectos da vida nacional tinha o mesmo objectivo. Alguns exemplos: em Genebra, a conferência sobre Portugal por Gonzague de Reynold, na recepção oferecida pelo Centro, na comemoração do Dia da Raça, em 1952, e sobre o Ultramar português, realizada no Théâtre de la Cour de St. Pierre pelo jornalista Lucien Offenbergh, com o patrocínio do Centro, em 1958; em Roma, a colaboração com o Grupo Amigos de Portugal permitiu a realização de conferências sobre o país ou assuntos portugueses, nomeadamente a do ministro Amadeu Ferreira de Almeida, convidado e hóspede do Grupo, realizada nas salas do Centro, e a do professor Prado Coelho, também da iniciativa do Grupo, na Universidade de Roma.

A exibição de filmes portugueses e as performances de artistas nacionais, eventos organizados ou patrocinados pelos Centros, constituíram pontos fortes destas relações culturais. Destacou-se a exibição dos filmes de ficção *Minho*, *Ballade Portugaise*, *Camões* e dos documentários *Sintra* e *Uma revolução na paz* em várias cidades suíças, a apresentação do Rancho das Cantarinhas em Zurique, e os concertos dos artistas Stella Tavares (canto) Isabel Maria Hitzmann e Grazi Barbosa (piano), Vasco Barbosa (violoncelo), além do recital de fado de Amália Rodrigues, na Legação de Portugal em Berna.

Estas acções eram complementadas com uma estratégia de aproximação aos diversos órgãos de comunicação suíços e italianos, através do relacionamento pessoal com os seus responsáveis e colaboradores. Diplomacia de charme, pois então. O objectivo era criar receptividade à ideia de Portugal como país de turismo. Para tal, os Centros, em colaboração com o Secretariado, patrocinaram viagens educacionais a Portugal de jornalistas (da imprensa, rádio e televisão), mas também de executivos e operadores de agências de viagens, e de personalidades (dos meios artístico, cultural ou social) reputadas como sendo *opinion makers*, cujo prestígio resultasse na promoção da imagem do país, turística e em termos políticos.

Por exemplo, o Centro de Genebra esteve envolvido na organização e na comparticipação das despesas com viagens a Portugal de personalidades suíças consideradas de interesse. Foi o caso de Colette Jean, comentadora da Radio-Genève e “uma das personalidades mais em evidência e mais populares na Suíça”, considerada “amiga muito útil do nosso País”, e que pretendia, na sua viagem de um mês a Portugal, em 1957, “faire un film en couleur (8 mm) qui sera présenté en cercles privés, spécialement au personnel et aux collaborateurs de Radio-Genève. [...] En plus, je désire également

¹⁷⁴ ANTT – Secretariado Nacional de Informação, *Carta do chefe da 1ª Repartição do SNI ao ministro da Presidência*, cx. 3098, 5.4.1954, p. 1-2.

prendre quelques photos originales pour la presse radio radiophonique Suisse"¹⁷⁵. Em colaboração com a Agência de Viagens Wagons-Lits/Cook, o Centro organizou ainda uma viagem de grupo a Portugal, designada “Avril au Portugal 1958”, encarada como “un voyage de propagande pour le Portugal”¹⁷⁶, que incluiu personalidades de destaque na vida suíça. No caso do Centro de Roma, este optimizou as colaborações com outras entidades. Assim, em Abril de 1956, verificou-se a visita a Portugal de 30 estudantes e 10 professores da Secção de Náutica e Economia Marítima do Instituto Universitário Naval de Nápoles, organização conjunta do Centro de Roma e do Secretariado, que passou, entre outros locais, pela Escola Naval e pelo Museu da Marinha. O Centro preparou o programa de nova visita de um grupo de estudantes italianos universitários a Portugal, em 1958, tendo-lhes oferecido, por ocasião do seu regresso, uma recepção para que foram convidados uma centena de colegas não participantes na excursão, contando com a presença do Embaixador de Portugal em Roma. Entre Janeiro e Março de 1962, encontra-se referência a outra visita a Portugal, de grupos de professores e universitários dos centros culturais italianos, resultado de uma colaboração entre o Centro Português de Roma e o Centro Relazioni Universitari Estero, num total de 120 pessoas.

4.3 Os Centros Portugueses de Informação de Genebra e Roma: Dificuldades

Apesar desta actividade intensa, os Centros viviam com muitas limitações, em particular financeiras, decorrentes de insuficientes dotações, por um lado e do atraso nas remessas dos subsídios mensais, por outro. Vejamos cada uma destas questões com mais detalhe.

Em 1964, o director do Centro de Informações de Genebra, Fernando de Alcambar Pereira, escrevia ao director do Secretariado, deixando entrever um desgaste com “uma variedade excessiva de atribuições” do Centro, “que em muito transcendem as possibilidades do seu reduzido quadro de pessoal” e que constituiriam uma sobrecarga; propunha que “as funções atribuídas ao Centro por incumbência do Secretariado seriam por certo melhor desempenhadas se fosse possível encarregá-las a uma secção autónoma”¹⁷⁷. Em 1967, novo apelo, escrevendo Alcambar Pereira que “a acção desenvolvida por este Centro, que de resto mais não constitui que o desempenho dos deveres que lhe cabem, tem sido extremamente difícil”¹⁷⁸. Apontava duas soluções para as dificuldades: “Criar uma

¹⁷⁵ ANTT – Secretariado Nacional de Informação, *Carta do director do Centro de Informações Portuguesas de Genebra ao director do SNI*, cx. 698, 21.7.1957, p. 1.

¹⁷⁶ ANTT – Secretariado Nacional de Informação, *Carta do director do Centro de Informações Portuguesas de Genebra ao director do SNI*, cx. 698, 21.7.1957, p. 1.

¹⁷⁷ ANTT – Secretariado Nacional de Informação, *Carta de Fernando de Alcambar Pereira, director do Centro de Informações Portuguesas de Genebra, ao director do SNI*, cx. 892, 29.2.1964, p. 2.

¹⁷⁸ ANTT – Secretariado Nacional de Informação, *Ofício confidencial de Fernando de Alcambar Pereira, director do Centro de Informações Portuguesas de Genebra, ao Comissário de Turismo do SNI*, cx. 1691, 27.2.1967, p. 3.

secção autónoma do Centro, ou um Serviço independente, em Zurique, alargando as respectivas instalações e contratando o pessoal necessário” ou “Aguardar que o Fundo de Fomento de Exportação tome disposições sobre o aluguer de novos locais para o Centro”¹⁷⁹, mais espaçosos e adequados. Muito provavelmente na sequência destes relatórios, em 1970 os serviços comerciais do Centro de Genebra passaram a ter instalações próprias, em Zurique, enquanto os serviços de turismo do Centro se tornaram autónomos. Todavia, as dotações do Secretariado não se modificaram, pelo que novas queixas surgiram, desta feita da nova direcção do Centro: “A potencialidade da Suíça é pois indiscutível e não é com orçamentos reduzidos que se pode conquistar um mercado por excelência caro”¹⁸⁰.

Em Roma, a situação não se afigurava muito diferente. Em 1958, o director, Batalha Reis, escrevia ao Secretariado, pedindo a mudança das instalações, o que daria ao Centro maior acessibilidade ao público, “dotando-o de instalação adequada ao estabelecimento de um contacto [...] directo, não só com os turistas italianos (e os milhões de estrangeiros que por aqui passam anualmente) mas, também, com o público em geral, numa acção de presença viva do nosso País, o que cada vez mais se verifica ser necessário aqui”¹⁸¹. O pedido foi atendido e, em finais desse ano, operou-se a mudança das instalações ocupadas pelo Centro, agora em espaço próprio, na Via Magenta, mas com inauguração apenas em 1960, em consequência de complicações nos trabalhos. O entusiasmo era notório na missiva de Batalha Reis ao Secretariado:

Com a inauguração da Secção de Turismo, devidamente instalada em local próprio, em Roma passa a haver um serviço montado segundo as exigências inerentes à natureza da informação directa ao público e da propaganda de Portugal. É desnecessário encarecer as grandes vantagens que vão colher-se do facto de, agora, se poder reestruturar uma acção a todos os títulos necessária, não só para o prestígio nacional, como para os benefícios reais que os créditos do turismo podem trazer para a balança portuguesa. E Roma é o Centro de afluência turística por excelência, visitada anualmente por mais de uma dezena de milhões de estrangeiros, a que se devem acrescentar as possibilidades que a própria Itália hoje oferece no fornecimento de turistas¹⁸².

Todavia, as dotações do Fundo de Turismo do Secretariado para o Centro eram absorvidas, quase na sua totalidade, pelos encargos de pessoal e de manutenção¹⁸³, pelo que a verba remanescente

¹⁷⁹ ANTT – Secretariado Nacional de Informação, *Ofício confidencial de Fernando de Alcambra Pereira, director do Centro de Informações Portuguesas de Genebra, ao Comissário de Turismo do SNI*, cx. 1691, 127.2.1967, p. 6.

¹⁸⁰ ANTT – Secretariado Nacional de Informação, *Plano de ação para o ano de 1971. Centro Português de Informações na Suíça*, cx. 832, 20.8.1970, p. 2.

¹⁸¹ ANTT – Secretariado Nacional de Informação, *Aplicação do subsídio do S.N.I. no ano de 1959 e Plano de actividade*, cx. 1633, 21.10.1958, p. 1.

¹⁸² ANTT – Secretariado Nacional de Informação, *Plano de actividade para o ano de 1960 e orçamento*, cx. 1633, s/d, p. 1.

¹⁸³ Conforme parecer de 1970, eventualmente de Jorge Felner da Costa.

era “insuficiente para atingir grandes resultados”, em particular em Itália, “onde a população está tradicionalmente inclinada para outras zonas”¹⁸⁴. Assim, em 1964, Batalha Reis considerava que “no seu valor absoluto, a acção da Secção de Turismo do Centro de Roma tem de se considerar de âmbito modesto”, pelo que gostaria de a ver “dotada de mais largas possibilidades de acção, afim de que a sua actividade se possa alargar a mais vastos sectores”¹⁸⁵. Indicava a necessidade de se “proceder de modo mais intenso e agressivo [usando] meios directos de persuasão e conquista”¹⁸⁶. Para tal, como se deduz, seria necessário um reforço da dotação financeira do Centro. E embora a verba atribuída pelo Secretariado tenha sido reforçada durante a década de 1960, como mencionado anteriormente, a verdade é que não seria ainda suficiente, face aos orçamentos, muito mais robustos, de departamentos congéneres de países directamente concorrentes de Portugal, como a Espanha e França.

Outra das dificuldades, como mencionado, era o atraso no envio dos fundos para estes Centros, atrasos estes que comprometiam “os resultados que se procuram obter”¹⁸⁷, como reconhecia em 1959 Guerreiro de Sousa, chefe da Secção de Serviços no Estrangeiro, em carta ao director do Secretariado. E acrescentava: “Por melhor que seja a boa vontade e dedicação dos Directores dos Centros, não é de crer que sem confiança na regularidade dos recebimentos, a sua actividade turística ultrapasse a rotina e as iniciativas esporádicas, sustentadas durante seis a oito meses a crédito, ou pelos amáveis empréstimos providos das disponibilidades de fundos comerciais do F.F.E. – quando os houver”¹⁸⁸.

Ora, parte deste problema parecia radicar nos trâmites relativos à concessão dos subsídios do Secretariado: anualmente, eram solicitados aos centros três planos de actividade – um em Junho/Julho para a acção do ano futuro como justificação do subsídio pedido, de forma a ser previsto no projecto de orçamento privativo do Secretariado; outro em Outubro, pela 4ª Repartição, responsável pelo sector do turismo, que deveria dar o seu parecer, e outro no início de cada ano, uma vez conhecido o quantitativo do subsídio, para sobre este pautar as actividades. Mas este subsídio era sempre estabelecido provisoriamente, uma vez que teria ainda de ir a aprovação em reunião do Conselho Nacional de Turismo.

Este processo excessivamente burocrático implicava, normalmente, atrasos substanciais no envio das verbas aos Centros, pelo que se encontra, na correspondência do Fundo do Secretariado na Torre do Tombo, cartas que indicam a necessidade de se simplificar “tal operação na medida do

¹⁸⁴ ANTT – Secretariado Nacional de Informação, *Orçamento para 1964. Nota explicativa*, cx. 1633, 1.1.1964, p. 1.

¹⁸⁵ ANTT – Secretariado Nacional de Informação, *Relatório da conta da aplicação do subsídio do S.N.I. de 1964*, cx. 4312, 31.12.1964, p. 5.

¹⁸⁶ ANTT – Secretariado Nacional de Informação, *Orçamento para 1964. Nota explicativa*, cx. 1633, 1.1.1964, p. 1-2.

¹⁸⁷ ANTT – Secretariado Nacional de Informação, *Carta de J. Guerreiro de Sousa, chefe da Secção de Serviços no Estrangeiro, ao director do SNI*, cx.699, 27.1.1959, p. 1.

¹⁸⁸ ANTT – Secretariado Nacional de Informação, *Carta de J. Guerreiro de Sousa, chefe da Secção de Serviços no Estrangeiro, ao director do SNI*, cx.699, 27.1.1959, p. 2.

razoável”, pedindo mesmo “a remessa regular de duodécimos dos subsídios, independentemente das aprovações dos planos de actividade, dado que por vezes eles levantam problemas de solução morosa”, uma vez que não seria “vantajoso que a actividade corrente dos Centros deles dependa por tão longos prazos como se tem verificado”¹⁸⁹.

Todavia, o problema não parecia de fácil resolução e, nos anos seguintes, detectam-se, na correspondência consultada, apelos semelhantes feitos por diversos intervenientes. Assim, em 1962, Álvaro Roquette, responsável pela Direcção dos Serviços de Turismo do Secretariado, em carta ao director do organismo, pedia, relativamente às dotações das Delegações de Turismo no Estrangeiro para o ano, em face da “maior urgência” que essas delegações e centros teriam em “ter asseguradas desde já, verbas que lhes permitam fazer face aos encargos correntes e planear as suas campanhas de propaganda”, que estas fossem “autorizadas superiormente, antes da reunião do Conselho Nacional de Turismo”, para o que se necessitaria de “despacho concordante de Sua Excelência o Ministro de Estado”¹⁹⁰. O pedido foi reiterado em 1963, 1964 e 1965 por Silva Barreira, chefe da Secção de Serviços no Estrangeiro. Assim, em 1963, indicava que, face à atribuição tardia dos subsídios aos Centros Portugueses de Informações em Genebra e Roma¹⁹¹, o atraso implicava “não se poder fazer as transferências de fundos para os respectivos Centros e Delegação com a regularidade desejada para os mesmos poderem ocorrer às suas despesas, o que, por vezes, lhes cria situações difíceis”¹⁹², acrescentando que as dificuldades eram ainda maiores para os Centros com instalações e funcionários próprios, como era o caso do Centro de Roma.

Por fim, um dos maiores obstáculos a uma acção eficiente dos Centros seria a pluralidade de funções de propaganda que lhe eram atribuídas: a nível turístico e cultural, como se viu, através do subsídio do Secretariado; no campo da propaganda económica, pelo financiamento do Fundo de Fomento de Exportação; e em termos de acção política. Esta última valência era particularmente sensível, em especial na década de 1960, com a conjuntura política internacional (como entendida pelo regime) – “a campanha do comunismo internacional contra Portugal”¹⁹³ – e a questão de Goa. Ora,

¹⁸⁹ ANTT – Secretariado Nacional de Informação, *Carta de J. Guerreiro de Sousa, chefe da Secção de Serviços no Estrangeiro, ao director do SNI*, cx.699, 27.1.1959, p. 3.

¹⁹⁰ ANTT – Secretariado Nacional de Informação, *Carta de Álvaro Roquette, director dos Serviços de Turismo, ao director do SNI*, cx.892, 31.1.1962, p. 1. Em notas manuscritas nesta carta temos: “Concordo. Julgo, portanto de autorizar. À alta consideração de Sua Ex.^a o Ministro. 7.II.62. C. Moreira Baptista” (director do SNI) e “Concordo. Autorizo, 6.3.62. Correia d’Oliveira” (ministro de Estado).

¹⁹¹ Esta situação repetia-se com o Centro Português de Informações de Bona, o Centro de Turismo de Portugal de Bruxelas e a Delegação de Madrid.

¹⁹² ANTT – Secretariado Nacional de Informação, *Carta de Carlos Silva Barreira, chefe da Secção de Serviços no Estrangeiro*, cx.892, 7.2.1963, p. 1.

¹⁹³ ANTT – Secretariado Nacional de Informação, *Relatório da Actividade da Secção de Turismo do Centro Português de Roma no ano de 1961*, cx. 1633, s/d, p. 2.

recomendava-se, em vários dos relatórios dos Centros de Genebra e Roma, a instalação “de serviços de imprensa devidamente apetrechados com meios eficientes de acção”¹⁹⁴, nomeadamente um adido de imprensa junto das embaixadas portuguesas. Não havendo, aos Centros caberiam estas tarefas. Desde logo, um serviço de recortes para informação política acerca de Portugal, com a observação de periódicos e revistas, e a respectiva remessa para os Serviços de Informação do Secretariado e, em sentido inverso, a distribuição nestes dois países das publicações de carácter político editadas e enviadas pelo Secretariado e pela Agência Geral do Ultramar. Depois, fornecendo informações e elementos de elucidação a organismos vários (estabelecimentos de ensino, academias, etc.) e estabelecendo contactos com jornalistas.

Estas actividades revelavam-se essenciais no que à função política destes Centros dizia respeito: “Tanto para o efeito de dar a conhecer a evolução cultural e social do nosso País, como ainda, e principalmente, para expor e defender as teses portuguesas em face dos graves problemas políticos que nos últimos anos as têm confrontado perante a opinião internacional”¹⁹⁵. Todavia, eram onerosos, e ocupavam em demasia o tempo do pouco pessoal adstrito a tarefas turísticas, as quais, inevitavelmente se viriam a ressentir¹⁹⁶.

¹⁹⁴ ANTT – Secretariado Nacional de Informação, *Relatório da Actividade da Secção de Turismo do Centro Português de Roma no ano de 1961*, cx. 1633, s/d, p. 1.

¹⁹⁵ ANTT – Secretariado Nacional de Informação, *Ofício confidencial de Fernando de Alcambar Pereira, director do Centro de Informações Portuguesas de Genebra, ao Comissário de Turismo do SNI*, cx. 1691, 27.2.1967, p. 2.

¹⁹⁶ ANTT – Secretariado Nacional de Informação, *A propaganda de Portugal realizada em 1962 pela Secção de Turismo*, cx. 4312, s/d, p. 3.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação realizada evidencia o papel primordial assumido pelo Secretariado/Secretaria na construção retórica do regime do Estado Novo: a nível censório e repressivo, protegendo a ditadura face a campanhas propagandísticas contrárias e eliminando quaisquer formas de expressão que se pudessem opor à leitura unilinear da realidade por ela veiculada; no campo propagandístico, pela difusão dos princípios ideológicos sobre os quais assentava o regime, e na mobilização e integração das populações, rurais e urbanas, em torno de uma ideia de Nação por ele desenhada. Pode mesmo dizer-se que a sua função era a de unir, na narrativa oficial do Estado Novo, estes dois conceitos: Regime e Nação. Para tal, revelava-se indispensável exercer um controlo férreo e persistente sobre todos os aspectos da vida nacional.

Neste sentido, os homens que assumiram a direcção deste organismo, entre 1945 e 1974, desempenharam um papel crucial naquilo que foi o Secretariado/Secretaria. Como se viu, os quatro directores do SNI/SEIT foram homens muito diferentes entre si. No carácter e personalidade, na formação académica e na carreira que desenvolveram. Destacaram-se dois: António Ferro e César Moreira Baptista.

Ferro não apenas por ter sido o primeiro, mas sobretudo pela direcção que imprimiu ao(s) organismo(s), através da “Política do Espírito” e que foi, de uma forma ou outra, a bitola que os restantes empregaram. Mas não nos enganemos: a “Política do Espírito”, pedra de toque pela qual avaliamos a acção de Ferro, foi, sobretudo, um programa político, de orientação da arte e dos comportamentos, de inculcação de valores, no sentido da manipulação ideológica e do conformismo social. De qualquer modo, o apoio do Secretariado de Ferro à cultura e às artes afigurou-se redutor: em detrimento da ajuda à criação de estruturas para a produção cultural, privilegiou a dependência dos artistas em relação ao regime, pela atribuição de prémios, pela encomenda ou compra de obras, pelo patrocínio de exposições individuais e colectivas.

Os palcos preferenciais desta acção foram, como se viu, os concursos, as exposições, nacionais e internacionais, e as comemorações, momentos e espaços de encenação e exibição de uma determinada imagem da Nação, de criação de ambientes emocionais propícios que possibilitavam a ligação, física e figurativa, dos indivíduos com a pátria. Quanto aos públicos desta política cultural do Secretariado, eram, assumidamente, as classes médias (sobretudo profissionais liberais e funcionários públicos) e as camadas mais altas da sociedade portuguesa, além das próprias elites estrangeiras, até porque os locais de exibição eram, preferencialmente, ambientes urbanos e cosmopolitas. Seriam estes, afinal, os públicos com disponibilidade financeira e apetência para o conjunto de práticas culturais do

Secretariado, o que os transformava nos potenciais agentes da renovação estética preconizada pelo organismo dirigido por Ferro.

Depois de 1949, o Secretariado assumiu-se como uma organização puramente política, como fica evidente pelos perfis académicos e profissionais dos directores que se seguiram a Ferro. Todos seguiram uma linha de acção que progressivamente atenuou a função estético-cultural do Secretariado, conferindo primazia à dimensão operacional-política. Tal reflectiu-se na forma como a “Política do Espírito” foi continuada, em termos de sensibilidade e de actuação, reduzida em parte devido a cortes orçamentais, mas, essencialmente, devido a uma outra visão política do que deveria ser o organismo. Desta forma, o Secretariado pós-Ferro era menos ambicioso nos seus projectos, menos globalizante nas suas actuações. O *glamour* e irreverência do período inicial foram substituídos pela submissão do organismo ao conservadorismo estético e político do(s) presidente(s) do Conselho.

O eixo central da política cultural de António Ferro, que assentava no demótico, sobretudo nas manifestações rurais e nessa entidade subjectiva e flutuante denominada “povo”, tida como guardadora das formas culturais autênticas, anonimamente criadas em tempos longínquos da Nação, foi subtilmente abandonado. Pode-se dizer que a Ferro falhou o povo, apesar do uso das suas manifestações culturais; mas não admira: estruturalmente, não tinha condições para participar, e nem era essa a sua intenção. Também não era esse o intuito dos seus sucessores, como se viu. Na nova política cultural que emergiu, o Estado investiu sobretudo na democratização da cultura erudita, difundindo-a entre as camadas urbanas, enquanto as temáticas rurais foram claramente secundarizadas.

Todavia, a maior mudança na política cultural do Secretariado decorreu do facto de que para a direcção deste organismo se tornava necessária uma maior militância política e um menor protagonismo pessoal. Neste sentido se entende que o Secretariado passasse a ser dirigido por funcionários públicos de carreira, verdadeiros homens do regime, conservadores, mais centrados na lógica da coacção do que na da persuasão. Mas a mudança respondia, igualmente, aos condicionalismos que marcaram os anos de 1950 e 1960, de alteração de paradigmas, a nível interno e externo, como se viu. Pode-se questionar, portanto, se teria sido possível, depois de 1945, Ferro permanecer no cargo de director do Secretariado. Estaria o regime disposto a admitir que um director, qualquer director, de um organismo tão poderoso pudesse usar dele em seu proveito (que podia ser tão prosaico como a sua própria vaidade intelectual¹⁹⁷), descarrilando das máximas que deveria defender: a obediência ideológica aos princípios estabelecidos pelo regime, o espírito de missão, o colectivo em detrimento da ambição pessoal? Não será muito arriscado dizer de certeza que não. Se foi esse o caso de Ferro – e isso ainda

¹⁹⁷ Foi mencionado atrás a dependência dos artistas em relação ao regime, mas poder-se-ia pensar, também (ou sobretudo?), na dependência dos artistas em relação a Ferro.

está por provar¹⁹⁸ – o regime não lhe perdoou. O afastamento condenou-o a um ‘limbo’ de onde nunca saiu¹⁹⁹.

Seguiram-se homens do aparelho, como se viu. Experimentadas soluções que não pareceram correr muito bem (Costa e Brazão), foi César Moreira Baptista que ‘triunfou’. Se bem que longe da capacidade cultural do primeiro director, Moreira Baptista tinha suficiente visão para o organismo; era um dos operacionais e ideólogos do regime, logo, alguém que saberia usar o Secretariado como instrumento de afirmação e protecção do Estado. Por isso, falava de Ferro como “o poeta da acção”, um “realizador de sonhos e criador de beleza – sonhos e beleza com que polvilhou e animou toda a terra portuguesa”, contrapondo que, quanto a si, lhe bastavam os “trinta anos de total e profunda renovação espiritual e material” (SNI, 1958: 34) que lhe haviam sido oferecidos por Salazar, e que se comprometia a defender de forma intransigente. Em suma, o que os directores do Secretariado depois de Ferro fizeram, em particular Moreira Baptista, foi, precisamente, trocar o sonho pelo pragmatismo, transformando a “Política do Espírito” de Ferro na política do possível e, mesmo, numa “política de restrição” (Ó, 1996: 896), dentro da lógica normalizadora do regime.

António Quadros escreveu um dia que a “Política do Espírito nasceu com António Ferro, morreu com António Ferro” (*apud* Portela, 1982: 118). Vista a esta distância, e com os dados aqui avançados, não podia ser de outra forma.

Outra das questões de investigação que se procurou abordar foi a estrutura de gestão do Secretariado/Secretaria a nível local. Optou-se, desta forma, por um estudo relativo à Delegação do Secretariado no Porto, a segunda cidade do país, que parece ter sido a única efectivamente criada, apesar de o decreto que regulamentava os serviços do SNI prever uma outra delegação, no Funchal. A documentação compilada, embora seja abundante em considerações sobre o funcionamento da Delegação, não é suficiente, todavia, para abarcar toda a dimensão da sua acção; contudo, abre pistas muito ricas, que neste estudo se procurou seguir.

Assim, dela pode-se concluir, de forma clara, que a Delegação se deparou com variadas dificuldades. Internas e externas. Uma destas dificuldades relaciona-se com a extrema centralização exercida pelo regime na própria orgânica interna dos diversos serviços e repartições do Secretariado no Porto, na sua relação com a sede. Assim o deixa entender a documentação coligida, pela qual se pode inferir da escassa autonomia da Delegação do Porto face a Lisboa, quer em termos puramente administrativos – todos os relatórios respeitantes à actividade das repartições da Delegação eram

¹⁹⁸ A saída do Secretariado, em 1949, continua envolta em polémica e discussão por parte dos historiadores. Para uma compreensão da multiplicidade de interpretações, ver Ribeiro, 2014 e Victorino, 2018.

¹⁹⁹ Não sem antes Ferro ter organizado a sua ‘defesa’: a exposição 14 Anos de Política do Espírito, inaugurada na sede do Secretariado a 29 de Janeiro de 1948, que funcionou como um catálogo das obras do Secretariado (Ribeiro, 2014).

sempre dirigidos directamente ao Secretário Nacional – quer nas competências e serviços atribuídos inicialmente à Delegação do Porto e posteriormente assumidos pela sede em Lisboa. Foi o caso dos serviços de colaboração à imprensa do Norte do país, sendo que esta deslocalização para Lisboa não foi vista com bons olhos no Porto. Era claro, pois, que o regime não se conseguia libertar de uma prática centralista que sistematicamente diminuía os recursos necessários para a concretização da encenação de Portugal fora de Lisboa.

Em grande parte devido a outro constrangimento identificado, as restrições orçamentais, era igualmente visível uma disparidade nos meios de actuação entre a sede e a Delegação no Porto. Apesar da aparente robustez dos primeiros anos, a verdade é que a Delegação sempre esteve sujeita a limitações financeiras, subordinada a projectos de carácter nacional considerados prioritários pelo Secretariado. A situação deteriorou-se grandemente com a saída de António Ferro. Nos relatórios analisados chega a manifestar-se uma nítida exasperação. Mais do que uma vez, o Delegado do Secretariado no Porto escrevia sobre a “inveja de Lisboa pelo muito que lhe é distribuída a ela e pelo pouco com que se reparte por ele²⁰⁰”.

Ainda como obstáculo de monta na acção que se pretendia que a Delegação desenvolvesse, deve destacar-se o próprio carácter da cidade, e a resistência política por ela oferecida ao regime estadonovista, como desde cedo o reconheceu o Delegado do Secretariado no Porto. Relembrem-se os exemplos apontados anteriormente em relação à radiodifusão e à imprensa portuenses.

Por fim, a investigação realizada ao longo deste pós-doutoramento levou-me para a acção do Estado Novo no contexto da diplomacia cultural no pós II Guerra Mundial, através das actividades desenvolvidas pelos Centros Portugueses de Informações de Genebra e Roma, cuja acção teria como principal propósito ‘seduzir’ uma Europa pós-guerra democratizada e, más notícias para o regime ditatorial português, defensora do Princípio da Autodeterminação dos Povos, face a um regime – o português – de tipo ditatorial, que persistia em manter um (ainda extenso) Império Colonial.

Abrangendo uma pluralidade de iniciativas e de dinâmicas de cariz cultural, seguiu em grande parte o modelo de acção diplomática cultural implementado por outros países, que Ferro tinha já testado internamente, enquanto director do Secretariado, e que instituiu em Genebra, em 1950, e em Roma, em 1954. Todavia, foram as actividades possíveis, relativamente aos projectos e planos dos directores destes Centros, como se pode constatar da análise das inúmeras missivas dirigidas ao Secretariado. Tratava-se de pretensões ousadas, que preconizavam uma ampla esfera de acção nos campos da propaganda turística, da literatura, da história, da arte e do folclore nacionais. Iniciativas como conferências, projecção de filmes e documentários sobre Portugal, cursos sobre a literatura e arte

²⁰⁰ ANTT – Secretariado Nacional de Informação, *Relatório do chefe da Delegação do Porto dirigido ao Secretário Nacional*, cx. 3026, 18.8.1956, p. 40.

nacionais, exposições de arte, em particular no concernente ao período da expansão marítima, tradução de obras literárias portuguesas, deslocação a estas cidades de artistas e grupos folclóricos ou campanhas publicitárias do país em semanários de grande expansão, apenas para referir as principais sugestões que se encontram nesta documentação.

Mas continuamos no domínio do possível; eram passos demasiado ambiciosos para um país tão carente de recursos. A não concretização dos mesmos deve-se em grande parte, precisamente, aos constrangimentos financeiros endémicos por que estes órgãos passaram no período em análise, fruto de constantes sub dotações, bem como ao fato de os recursos humanos serem consideravelmente inferiores, especialmente quando comparados com outros países.

É igualmente importante salientar as dificuldades advindas de um modelo de funcionamento bicéfalo, dependendo na totalidade os Centros em simultâneo do Fundo de Fomento e Exportação – e, por inerência, do Ministério da Economia – e do Secretariado, sem autonomia administrativa ou financeira que lhes permitisse outras ambições. Esta dupla tutela levou a que o sistema fosse excessivamente burocrático, desorganizado e, por vezes, pouco funcional.

A complexidade e diversidade de atribuições deste Centros revelou-se um obstáculo ao normal e eficaz funcionamento dos mesmos, bem como a existência de outras formas de representação de Portugal no estrangeiro, nomeadamente as Embaixadas, Legações e Consulados, com funções semelhantes e que operavam, a maior parte das vezes, de forma concorrencial entre si.

Quais os efeitos e consequências das iniciativas levadas a cabo por estes Centros? A verdade é que os relatórios analisados (ainda) não permitem dar uma resposta clara a esta interrogação. Para se compreender a perspectiva dos receptores destas actividades, quer entre a imprensa internacional, quer no contexto doméstico, torna-se necessário prosseguir com o levantamento da informação disponível no fundo do Secretariado na Torre do Tombo, ainda somente parcialmente concretizado, em particular a Secção de Imprensa Estrangeira, através dos recortes de imprensa, dos relatórios recebidos e da correspondência expedida. De igual forma, é indispensável a consulta das actas dos Debates Parlamentares, uma vez que a actuação deste tipo de estrutura no estrangeiro foi alvo de debate no decorrer das várias sessões da Câmara Corporativa.

Por fim, interessa reflectir, brevemente que seja, sobre a ideia da Nação portuguesa difundida por via desta acção cultural dos Centros de Genebra e Roma, que se assumiram como parte de um conjunto de instrumentos de legitimação do regime. Tratava-se de um estilo misto. Moderno por um lado, no sentido de uma modernidade económica, representada pela mostra das indústrias nacionais de pesca e de energia eléctrica, minas, transportes e comunicações. Fruto da intervenção do Fundo de Fomento e Exportação, cujo principal interesse residia em fomentar a capacidade competitiva dos produtos portugueses no mercado internacional. Tradicional, por outro lado, ao projectar-se uma nação

assente num discurso histórico, de apreciação pela longevidade da Nação e pela herança universal deixada a nível civilizacional, uma narrativa sustentada na matriz ideológica de um Portugal imperial, “do Minho a Timor”; por fim, pela representação de um *ethos* tradicionalista como emblema da portugalidade, pelo uso do demótico e da valorização da cultura popular portuguesa. Era, ainda, o Portugal do tão celebrado quanto ignorado galo de Barcelos. Dos cantares minhotos. Das aldeias brancas. De um recanto na Europa pleno de tranquilidade e belezas naturais intocadas. De uma ruralidade que pretendia traduzir a alma de um povo. Uma realidade encenada, mais do que uma factualidade retratada, pelas mãos de um ‘realizador’ como António Ferro, com larga experiência em moldar a imagem de Portugal, do poder e do seu chefe, tornando o país inteligível e identificando a Nação externamente, conferindo-lhe um ‘rosto’ próprio.

FONTES ARQUIVÍSTICAS

Arquivo Nacional da Torre do Tombo:

Arquivo Salazar, PC-12, cx. 657; PC-12A, cx. 658; PC-12E, cx. 662.

Secretariado Nacional de Informação, cxs. 662; 698; 699; 780; 832; 892; 1633; 1691; 2044; 2985; 3026; 3098; 4006; 4311; 4312; 5249.

Fundação António Quadros:

Fundo António Ferro/Fernanda de Castro, cx. 0004; 0037; 016B.

FONTES LEGISLATIVAS

Diário do Governo, I série, n° 218, Decreto-Lei n° 23 054 de 25.9.1933.

Diário do Governo, I Série, Suplemento, n° 272, Decreto-Lei n° 26 115, de 23.11.1935.

Diário do Governo, I Série, n° 112, Decreto-Lei n.° 26 589 de 14.5.1936.

Diário do Governo, I Série, Suplemento, n° 304, Decreto n° 30 251, de 30.12.1939.

Diário do Governo, I Série, n° 37, Decreto-Lei n° 33 545 de 23.2.1944.

Diário do Governo, I Série, n° 260, Decreto-Lei n° 34 133 de 24.11.1944.

Diário do Governo, I série, n° 260, Decreto n° 34 134 de 24.11.1944.

Diário do Governo, I série, n° 192, Decreto-Lei n° 37 538 de 2.9.1949.

Diário do Governo, I série, n°. 282, Decreto-Lei n° 39 475, 21.12.1953.

Diário do Governo, I série, n° 148, Decreto-Lei n° 40 229 de 6.7.1955.

Diário do Governo, I Série, n° 207, Decreto-Lei n° 43 150 de 6.9.1960.

Diário do Governo, I Série, n° 47, Decreto-Lei n° 46 199 de 25.2.1965.

Diário do Governo, I Série, n° 269, Decreto-Lei n° 48 686 de 15.11.1968.

FONTES HEMEROGRÁFICAS

Diário de Lisboa, Lisboa, 1933.

Diário de Notícias, Lisboa, 1945, 1951, 1971.

Diário do Norte, Porto, 1949, 1957.

Notícias de Portugal, Lisboa, 1951, 1956, 1958.

O Comércio do Porto, Porto, 1946.

O Século, Lisboa, 1958.

Panorama, Revista Portuguesa de Arte e Turismo, Lisboa, 1958.

Rumo, Revista de Problemas Actuais, Lisboa, 1957,1959.

FONTES IMPRESSAS

Actas do 1º Congresso de Etnografia e Folclore, vol. I. Lisboa: Junta da Acção Social, 1963.

FERRO, António – *Viagem à volta das ditaduras*. Lisboa: Empresa do Diário de Notícias, 1927.

FERRO, António – *Dez Anos de Política do Espírito: 1933-1943*. Lisboa: SPN, 1943.

FERRO, António – *Arte Moderna*. Lisboa: SNI, 1949.

FERRO, António – *Entrevistas de António Ferro a Salazar*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 2003 [1933].

SNI – *Legislação (Contém o Regulamento e Programa dos Concursos)*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1955.

SNI – *Um instrumento de Governo. 25 Anos de acção*. Lisboa: SNI, 1958.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACCIAIUOLI, Margarida – *António Ferro. A Vertigem da Palavra. Retórica, política e propaganda no Estado Novo*. Lisboa: Editorial Bizâncio, 2013.

ADINOLFI, Goffredo – *Ai confini del fascismo. Propaganda e consenso nel Portogallo salazarista (1932-1944)*. Milão: Ed. Franco Angeli, 2007.

ADINOLFI, Goffredo – António Ferro e Salazar: entre o poder e a revolução. In Pinto, António Costa; Martinho, Francisco Carlos Palomanes, org. – *O Corporativismo em Português. Estado, Política e Sociedade no Salazarismo e no Varguismo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008, p. 115-143.

ADINOLFI, Goffredo – The Institutionalization of Propaganda in the Fascist Era: The Cases of Germany, Portugal, and Italy. *The European Legacy*. Vol. 17, nº 5 (2012), p. 607-621.

AGUIAR, Filipa – *Turismo e Propaganda Política: o Estado Novo e as ditaduras contemporâneas (1930-1950)*, Lisboa, 2008. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

ALVES, Luís Alberto; ARAÚJO, Francisco – Camões, Instituto da Cooperação e da Língua (Portugal). *Revista Internacional de Lingüística Iberoamericana*. Vol. 13, nº 1 (2015), p. 53-66.

ALVES, Vera Marques – *Arte Popular e Nação no Estado Novo: A Política Folclorista do Secretariado da Propaganda Nacional*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2013.

- ARNDT, Richard – *Cultural Diplomacy and International Understanding*. Minneapolis: Global Programs and Strategy Alliance at the University of Minnesota, 2011.
- ARQUIVO MUNICIPAL DO PORTO – *Comissão Executiva do 5.º Centenário da Morte do Infante D. Henrique – Delegação do Porto. 1957-1960*, s/d. Disponível em <http://gisaweb.cm-porto.pt/creators/45682/>.
- BALTAZAR, Maria João – *Exposição Henriquina (1960)*, 2015. Disponível em <https://www.designportugues.pt/pt/arquivo/exposicao-henriquina-1960>.
- BARRETO, José – António Ferro: Modernism and Politics. In Dix, Steffen; Pizarro, Jerónimo, ed. – *Portuguese Modernisms. Multiple Perspectives on Literature and the Visual Arts*. Londres: Legenda, 2011, p. 135-154
- BARROS, Júlia Leitão – O Cerco Ideológico do Estado Novo à Imprensa de Província. *Caleidoscópio: Revista de Comunicação e Cultura*. Nº 5/6 (2005), p. 235-300.
- BRAZÃO, Eduardo – *Memórias de Dom Quixote*. S/l: Createspace Independent Pub., 2014 [1976].
- CABRERA, Ana – A censura ao teatro no período marcelista. *Media & Jornalismo*. Nº 12 (2008), p. 27-58.
- CABRERA, Ana – A estratégia de informação de Marcello Caetano o último governante do Estado Novo. *Media & Jornalismo*. Vol. 19, nº 35 (2019), p. 223-235.
- CASTAÑO, David – Portugal e a ONU: a primeira aproximação. *Relações Internacionais*. Nº 47 (2015), p. 9-38.
- COTRIM, João Pedro – *Tradutores e propagandistas. Da tradução como ferramenta de propaganda do Estado Novo no estrangeiro e da indústria que se desenvolveu em torno desta no Secretariado da Propaganda Nacional/Secretariado Nacional de Informação*. Coimbra, 2010. Dissertação de Mestrado em Tradução apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- FARIA, Ana Maria Leal – Brazão, Eduardo. In *Dicionário de Historiadores Portugueses da Academia Real das Ciências ao final do Estado Novo*, s/d. Disponível em <http://dichp.bnportugal.pt/imagens/brazao.pdf>.
- FERRO, Mafalda – *Subsídios para uma biografia de António Ferro*, 2015. Disponível em www.fundacaoantonioquadros.pt/newsletter/newsletter-preview.php?id=118.
- FERRO, Mafalda; FERRO, Rita – *Retrato de uma família: Fernanda de Castro, António Ferro, António Quadros*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1999.
- FERRO, Rita – *António Ferro. Um homem por amar*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 2016.
- FONTES, Carlos – *Feira Popular de Lisboa, Diversão e Poder*, 1999. Disponível em <http://www.filorbis.pt/FeiraPopularCarlosFontes.pdf>.
- FONTES, Carlos – *Os Burocratas*, s/d. Disponível em <http://www.filorbis.pt/cultura/page8Burocratas.html>.

- GANHÃO, Paula – *A Imagem da Nação: as Casas de Portugal no Estrangeiro durante o Estado Novo*. Lisboa, 2018. Tese de Doutoramento em História apresentada ao ISCTE/Instituto Universitário de Lisboa.
- GARRIDO, Álvaro – O Estado Novo e as pescas – a recriação historicista de uma ‘tradição marítima nacional’. In Torgal, Luís Reis; Paulo, Heloísa, coord. – *Estados autoritários e totalitários e suas representações*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, p. 99-118.
- GOMES, Joaquim Cardoso – Os censores do 25 de abril: o pessoal político da censura à imprensa. *Media & Jornalismo*. Nº 23 (2013), p. 77-103.
- GUEDES, Armando Marques – A identidade, a propaganda e o nacionalismo: o projecto de leitorados de língua e cultura portuguesas, 1921-1997. *Lusotopie*. Nº 5 (1998), p. 107-132.
- GUEDES, Fernando – *António Ferro e a sua Política do Espírito*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1997.
- GUERRA, Cidalisa – *Do fervor modernista ao desencanto do regime instituído: António Ferro (1895-1956) ou retrato de uma personalidade em luta*. Lisboa, 2002. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- HENRIQUES, Eduardo Brito; LOUSADA, Maria Alexandre – Férias em Portugal no Primeiro Quartel do Século XX. A Arte de Ser Turista. In Lousada, Maria Alexandre; Pires, Ana Paula, eds. – *Viajar. Viajantes e Turistas à Descoberta de Portugal no Tempo da I República*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, 2010, p. 105-117.
- HENRIQUES, Raquel Pereira – *António Ferro. Estudo e Antologia*. Lisboa: Publicações Alfa, 1990.
- LEAL, Ernesto de Castro – *António Ferro, Espaço Político e Imaginário Social: 1918-32*. Lisboa: Edição Cosmos, 1994.
- LOBO, Susana – *Sun, Sand, Sea & Bikini*. Arquitectura e turismo: Portugal anos 60. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Nº 91 (2010), p. 91-106.
- MATOS, Vera – *Portugal e Itália. Relações diplomáticas (1943-1974)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.
- MEDEIROS, Nuno – Inconstância, ausência e paradoxo na política para o livro no Estado Novo português. *Revista Escrita da História*. Ano I, vol 1, nº 2 (2015-2015), p. 14-48.
- MELO, Daniel – Baptista, César Henrique Moreira In Barreto, António; Mónica, Maria Filomena, dir. – *Dicionário de História de Portugal*, vol. VII, Suplemento. Porto: Figueirinhas, 1999a, p. 168-169.
- MELO, Daniel – Casas de Portugal. In Barreto, António; Mónica, Maria Filomena, dir. – *Dicionário de História de Portugal*, vol. VII, Suplemento. Porto: Figueirinhas, 1999b, p. 245.
- MELO, Daniel – O associativismo popular na resistência cultural ao salazarismo: a Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio. *Penélope*. Nº 21 (1999c), p. 95-130.
- MELO, Daniel – *Salazarismo e Cultura Popular (1933-1958)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2001.

- MINEIRO, Gonçalo – O envio de bolseiros portugueses para os EUA, 1945-1952. *Ler História*. N.º 71 (2017), p. 53-74
- MONTEIRO, Nuno; PINTO, António Costa – Cultural Myths and Portuguese National Identity. In Pinto, António Costa, ed. – *Contemporary Portugal. Politics, society and culture*. New York. Columbia, 2011.
- MOURA, Nuno Costa – “*Indispensável dirigismo equilibrado*”. *O Fundo de Teatro entre 1950 e 1974*. Lisboa, 2007. Dissertação de Mestrado em Estudos do Teatro apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- NINHOS, Cláudia – “Com luvas de veludo”. A estratégia cultural alemã em Portugal (1933-1945). *Relações Internacionais*. N.º 35 (2012), p. 103-118.
- NINHOS, Cláudia – “*Para que Marte não afugente as Musas*”. *A Política Cultural Alemã em Portugal e o Intercâmbio Académico (1933-1945)*. Lisboa, 2016. Tese de Doutoramento em História apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- NYE, Joseph – Public Diplomacy and Soft Power. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*. Vol. 616 (2008), p. 94-109.
- Ó, Jorge Ramos – Salazarismo e Cultura (1930-1960). In Serrão, Joel; Marques, Oliveira, dir. – *Nova História de Portugal*, vol. XII. Lisboa: Editorial Presença, 1992, p. 391-454.
- Ó, Jorge Ramos do – Baptista, César Henrique Moreira, In Rosas, Fernando; Brito, José Maria Brandão de, dir. – *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996a, p. 88-89.
- Ó, Jorge Ramos do – Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) /Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI) /Secretaria de Estado da Informação e Turismo (SEIT), In Rosas, Fernando; Brito, José Maria Brandão de, dir. – *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996b, p. 893-896.
- Ó, Jorge Ramos do – *Os anos de Ferro – o dispositivo cultural durante a “Política de Espírito” (1933 1949): ideologia, instituições, agentes e práticas*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999.
- OLIVEIRA, Alexandre – *Herança de António Ferro: Museu de Arte Popular*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2019.
- PASCHALIDIS, Gregory – Exporting National Culture: Histories of Cultural Institutes Abroad. *International Journal of Cultural Policy*. Vol. 15, n.º 3 (2009), p. 275-289.
- PAULO, Heloísa – *Estado Novo e propaganda em Portugal e no Brasil. O SPN/SNI e o DIP*. Coimbra: Edições Minerva, 1994.
- PIÇARRA, Maria do Carmo – *Salazar Vai ao Cinema. O “Jornal Português” De Actualidades Filmadas*. Coimbra: Edições Minerva, 2006.
- PIMENTEL, Irene Flunser – *História das Organizações Femininas do Estado Novo*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000.

- PIMENTEL, Irene Flunser – *A História da PIDE*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2007.
- PIMENTEL, Irene – *Vidas de portugueses no ano de superavit comercial de 1943*, 2012. Disponível em <https://jugular.blogs.sapo.pt/3300875.html>
- PINTO, António Costa – Secretariado da Propaganda Nacional/Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo (SPN/SNI), In Barreto, António; Mónica, Maria Filomena, dir. – *Dicionário de História de Portugal*, vol. IX, Suplemento. Porto: Figueirinhas, 1999, p. 408-409.
- PINTO, António Costa – Twentieth Century Portugal: An Introduction. In *Contemporary Portugal. Politics, society and culture*. New York. Columbia University Press, 2011, p. 1-54.
- PIRES, Ema – *O Baile do Turismo: turismo e propaganda no Estado Novo*. Lisboa: Caleidoscópio, 2003.
- PIRES, Leonardo Aboim – João Pinto da Costa Leite (Lumbrales) na construção do modelo económico do Estado Novo: pensamento e ação política. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. Vol. 16 (2016), p. 393-412.
- PORTELA, Artur – *Salazarismo e Artes Plásticas*. Amadora: Instituto da Cultura e Língua Portuguesa, 1982.
- QUADROS, António – *António Ferro*. Lisboa: Panorama, 1963.
- RAIMUNDO, Orlando – *António Ferro, o inventor do Salazarismo*. Lisboa: Publicações Dom Quixote 2015.
- RIBEIRO, Carla – *Imagens e Representações de Portugal. António Ferro e a elaboração identitária da nação*. Porto, 2014. Tese de Doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- RIBEIRO, Nelson – *A Emissora Nacional nos Primeiros Anos do Estado Novo 1933-1945*. Lisboa: BonD - Books on Demand, 2005.
- RIBEIRO, Vasco – A empresa de relações públicas norte-americana contratada por Salazar (1951-1962) – A estreia da ditadura no modelo assimétrico bidirecional no período pós-António Ferro. *Media & Jornalismo*. Vol.18, nº 33 (2018), p. 155-169.
- RODRIGUES, António – *António Ferro na idade do jazz-band*, Lisboa: Livros Horizonte, 1995.
- RODRIGUES, Luís Nuno – *A Legião Portuguesa: a milícia do Estado Novo (1936-1944)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1996.
- ROLLO, Maria Fernanda; QUEIROZ, Maria Inês; BRANDÃO, Tiago; SALGUEIRO, Ângela – *Ciência, Cultura e Língua em Portugal no século XX: da Junta de Educação Nacional ao Instituto Camões*. Lisboa: INCM – Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2012.
- ROSAS, Fernando – O Estado Novo (1926-1974). In Mattoso, José, dir. – *História de Portugal*, 7º vol. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994.

- ROSMANINHO, Nuno – António Ferro e a propaganda nacional antimoderna. In Torgal, Luís Reis; Paulo, Heloísa, coord. – *Estados autoritários e totalitários e suas representações*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, p. 289-299.
- SANTOS, Rogério – *A rádio em Portugal. 'Sempre no ar, sempre consigo' (1941-1968)*. Lisboa: Edições Colibri, 2014.
- SANTOS, Rogério – História da rádio em Portugal: dos Pioneiros à Rádio Nova (1924-1974). In Oliveira, Madalena; Prata, Nair, org. – *Rádio em Portugal e no Brasil. Trajetórias e Cenários*. Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, 2015, p. 21-34.
- SILVA, Isabel Alarcão – Modernidade e tradição nos cartazes de propaganda política do Estado Novo. In Reis, António, dir. – *Portugal Contemporâneo*, vol. 4. Lisboa: Publicações Alfa, 1990 p. 321-330.
- TENGARRINHA, José – *Imprensa e Opinião Pública em Portugal*. Coimbra: Edições Minerva, 2006.
- TORGAL, Luís Reis – Cinema e Propaganda no Estado Novo. *Revista de História das Ideias*. Vol. 18 (1996), p. 277-337.
- TORGAL, Luís Reis – ‘Intelectuais orgânicos’ e ‘Políticos funcionais’ do Estado Novo (Os casos de António Ferro, Augusto Castro, João Ameal e Costa Brochado). In Pita, António Pedro; Trindade, Luís, coord. – *Transformações estruturais do campo cultural português, 1900-1950*. Coimbra: Ariadne Editora, 2005, p. 235-253.
- VALENTE, José Carlos – *Para a História dos Tempos Livres em Portugal*. Lisboa: Edições Colibri, 2001.
- VICTORINO, José Guilherme – Propaganda e controlo mediático no primeiro salazarismo. A complementaridade de actuação entre o SPN e o aparelho censório. *Media & Jornalismo*. Vol. 12, nº 1 (2013), p. 135-148.
- VICTORINO, José Guilherme – *Propaganda e Turismo no Estado Novo. António Ferro e a revista Panorama 1941-1949*. Lisboa: Alêtheia Editores, 2018.
- VIEIRA, Joaquim – *Mocidade Portuguesa*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2008.
- ZAMORANO, Mariano – Reframing Cultural Diplomacy: The Instrumentalization of Culture under the Soft Power Theory. *Culture Unbound*. Vol. 8 (2016), p. 166- 186.
- ZÚQUETE, José Pedro – In search of a new society: an intellectual between modernism and Salazar. *Portuguese Journal of Social Sciences*. Lisboa. Vol. 4, nº 1 (2005), p. 39-59.